

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

ANÁLISE INTER-REGIONAL DA DINÂMICA ESPACIAL  
DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Luiz Augusto de Q. Ablas

Juarez A. B.

Rizzieri Alberto

Muller

SÃO PAULO

- 1983 -

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

ANÁLISE INTER-REGIONAL DA DINÂMICA ESPACIAL DO  
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Luiz Augusto de Q. Ablas  
Juarez A. B. Rizzieri  
Alberto Müller

SÃO PAULO

- 1983 -



ANÁLISE INTER-REGIONAL DA DINÂMICA ESPACIAL  
DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Luiz Augusto de Q. Ablas  
Juarez A. B. Rizzieri  
Alberto Müller



## ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. ASPECTOS DESCRITIVOS: MOVIMENTOS MIGRATÓRIO NO BRASIL 1960/1980 .....	5
2.1. Introdução .....	5
2.2. Dinâmica Demográfica e Densidade Populacional .	6
2.3. Análise dos Movimentos Migratórios .....	14
2.4. Urbanização .....	32
2.5. Avaliação Conjunta dos Aspectos Analisados Anteriormente .....	47
3. ASPECTOS INTERPRETATIVOS: CARACTERÍSTICAS INTER-REGIONAIS DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS ESPACIALIZADAS .....	65
3.1. Introdução .....	65
3.2. Caracterização do Comércio Inter-regional da Economia Brasileira como Base de Análise das Relações de Troca .....	65
3.2.1. Introdução .....	65
3.2.2. Aspectos teóricos .....	66
3.2.3. A realidade brasileira .....	67
3.2.4. A evolução das balanças comerciais entre estados nos anos recentes .....	81
3.3. Mecanismos de Ajustamento do Comércio entre Estados .....	84
3.3.1. Introdução .....	84
3.3.2. Os principais mecanismos de ajustamento.	85
3.3.3. Arrecadação de impostos de despesas governamentais .....	88
3.3.4. Estruturas de produção e preços nas trocas entre regiões .....	97



	Página
4. ALGUNS CANAIS DE SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA ECONÔMICA .....	109
4.1. Alguns Canais de Síntese .....	109
4.2. Considerações sobre os Efeitos Espaciais da Política Econômica .....	113
4.2.1. Considerações preliminares de ordem teórica .....	113
4.2.2. O projeto de desenvolvimento do Brasil em 1960-1980 .....	116
4.2.3. As principais políticas econômicas associadas ao projeto de desenvolvimento ...	117
5. CONCLUSÕES .....	129



#### AGRADECIMENTOS

Além dos pesquisadores diretamente envolvidos na elaboração desta pesquisa, contou-se com o apoio das seguintes pessoas a quem agradecemos:

- Eny Elza Ceotto, auxiliar de pesquisa
- José Guilherme Schutzer, estagiário;
- Cleusa Lúcia P. da Fonseca, secretária.



## INTRODUÇÃO

Em termos muito amplos é possível identificar no processo de desenvolvimento brasileiro 3 fases distintas que conduzem o país a um *status* atual, talvez único no mundo, no que se poderia chamar de "*economia em desenvolvimento*".

A essas três fases precede todo um período que remonta ao descobrimento e que se caracterizou pela ocupação do território — timidamente até a independência e mais intensamente após esse evento — e por uma intensa relação com o exterior sob a forma de exportação de produtos primários.

A primeira das fases anteriormente mencionadas inicia-se com a crise econômica de 1929 e caracteriza-se por um processo de substituição de importações que permite o desenvolvimento e surgimento de alguma forma de produção industrial no país. Nesse período, pela primeira vez, tornou-se possível afirmar que o crescimento da produção brasileira se fez com base no mercado interno.

Esse processo substitutivo de importações surte seus efeitos até o final da Segunda Guerra Mundial quando, em razão das novas demandas sobre a pauta de importações, surge um estrangulamento externo que não permite a continuidade do processo. Nessa época abre-se a segunda fase referida.

Em razão dos incentivos concedidos pelos poderes públicos, tal fase irá caracterizar-se por um período de rápida industrialização. Tais incentivos permitem que sejam atraídos volumes expressivos de capitais multinacionais que se instalam no país para atender a uma demanda de bens de consumo duráveis até então importados. Durante essa fase assiste-se a uma internacionalização da economia brasileira refletida nas inversões estrangeiras ao mesmo tempo em que se amplia o mercado interno.

A terceira fase referida inicia-se após 1964 e caracteriza-se por um claro movimento de internacionalização refletida no volume crescente de exportações de produtos industriais e uma integração, também crescente, do Brasil na economia internacional.

A economia brasileira passa assim, em um pouco mais de 50 anos, de uma economia primário-exportadora para uma economia semi-industrializada e integrada ao comércio internacional. A clara dependência com relação ao exterior é a grande responsável pelo atual impasse em que se encontra a economia nacional, mas, ao mesmo tempo, abriu as perspectivas de um crescimento continuado e da "montagem" de um parque industrial que, embora ainda embrionário em alguns setores, apresenta-se como amplamente diversificado.

Do ponto de vista espacial ou da configuração territorial assumida por tal padrão de desenvolvimento é possível identificar, em grandes linhas, dois fenômenos interligados: o "adensamento" da área composta pela região sudeste com prolongamento para o sul do país e uma ocupação rápida da fronteira agrícola na direção do oeste brasileiro. A área definida pelo nordeste do Brasil não teria participado, diretamente, desse processo, recebendo, apenas marginalmente, alguns incentivos para a sua industrialização sem, no entanto, engajar-se em um processo mais dinâmico de crescimento.

O presente trabalho tem por objetivo principal o aprofundamento da análise desse processo com especial destaque ao inter-relacionamento das diversas "economias regionais" identificáveis a partir das características diferenciadas das diversas estruturas produtivas. O aspecto inter-regional é importante na medida em que abre espaço para considerações sobre a efetividade das políticas governamentais com conteúdo espacial.

Todo tratamento de variáveis sociais e econômicas sob o ponto de vista espacial e que leva em conta, portanto, a localização do agente econômico envolve uma tomada de partido que precisa ficar bem clara a fim de se evitar interpretações equivocadas a respeito do papel do espaço na consecução do desenvolvimento de uma sociedade. Nesse sentido, acredita-se que a utilização de um conceito sobre a "espacialidade do fenômeno social"<sup>(1)</sup> seja importante. Esse conceito envolve a idéia

(1) Sobre esse conceito e outros correlatos vide o documento "Marco de Referência Teórica" dos mesmos autores da presente pesquisa apresentado anteriormente ao IPEA.

de que o fato social no sentido amplo (incluindo aí o econômico, o político e o cultural) não possui em si um aspecto espacial, possuindo, no entanto, um rebatimento espacial ou uma "espacialidade". O resultado final do conjunto desses rebatimentos espaciais constitui o que se pode chamar de "*forma espacial*" que seria uma configuração territorial qualquer que possuisse a possibilidade de recorrência na sua análise. Assim, a "*forma espacial*" está associada a um processo social que lhe dá origem e que a define. A compreensão desse processo e da sua ligação com a "*forma espacial*" correspondente permite a compreensão do processo de desenvolvimento de uma sociedade e do seu rebatimento no espaço.

Na presente pesquisa, em razão do seu escopo limitado, tais considerações serão tomadas como um referencial mais amplo e abstrato que deverão permitir a conclusão da análise a um nível prático-real conveniente.

Definidos os objetivos e delineado o marco teórico-metodológico mais amplo que norteia o trabalho de pesquisa, acredita-se que o resultado final deverá contemplar três sub-objetivos que poderão ser definidos como segue:

- i) Efetuar a caracterização da ocupação territorial brasileira observada ao longo dos últimos 20 anos;
- ii) Efetuar a análise do inter-relacionamento dos estados brasileiros sob o ponto de vista da relação de troca em seu sentido amplo;
- iii) Analisar as linhas gerais da política governamental de cunho espacial que tem prevalecido nos anos recentes no processo de planejamento brasileiro;
- iv) Delinear, prospectivamente, a forma pelo qual esse processo terá continuidade no futuro.

No decorrer do texto que se segue esses aspectos serão tratados simultaneamente. Sem ter havido uma preocupação de manter a mesma seqüência acima, organizou-se o texto em cinco capítulos dos quais esta introdução corresponde ao primeiro.

O segundo capítulo trata dos aspectos descritivos do problema onde se procura caracterizar, utilizando-se variáveis demográficas com ênfase nos processos migratórios, as principais características assumidas pela ocupação do território nacional.

O capítulo terceiro trata da problemática relacionada à dinâmica inter-regional que transparece da atual organização espacial da produção no país. O enfoque utilizado privilegia a relação de troca entre regiões considerando inicialmente o comércio entre estados e depois os mecanismos de compensação dos déficits e superávits verificados. Adicionalmente é feita uma caracterização de transferência de esforço produtivo entre regiões a partir do ponto de vista da diferenciação estrutural verificada nas suas respectivas estruturas de produção.

O quarto capítulo procura encaminhar alguns canais de síntese e verificar o papel da política governamental na ordenação do processo constatado e explicado anteriormente.

Finalmente o último capítulo é dedicado ao delineamento de algumas conclusões.

## 2. ASPECTOS DESCRITIVOS: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL 1960/1980

### 2.1. Introdução

O objetivo desta parte é oferecer uma descrição de alguns aspectos demográficos que caracterizaram o Brasil, nas últimas duas décadas (1960-1980), com a finalidade de apreender a forma como vem se dando a ocupação do território nacional.

Não se pretende efetuar uma caracterização minuciosa da situação demográfica em todas as suas dimensões, mas apenas selecionar alguns aspectos que possam ser adequadamente incorporados à análise.

Nesse sentido, dois níveis específicos de análise serão privilegiados. O primeiro refere-se à configuração espacial assumida pela formação sócio-econômica do Brasil. Neste sentido será enfatizada a distribuição espacial da população e o caráter urbano ou rural de seus assentamentos.

O segundo nível, vinculado à geração de estímulos aos movimentos de população, refere-se aos fluxos migratórios.

Desta forma, a pesquisa desenvolver-se-á em quatro tópicos enumerados a seguir, e que serão examinados separadamente:

1. Dinâmica demográfica e densidade populacional;
2. Análise de movimentos migratórios;
3. Urbanização;
4. Avaliação conjunta dos aspectos analisados anteriormente.

Na primeira parte serão comparados os crescimentos demográficos das populações dos diferentes estados brasileiros ao longo do período, colocando em evidência as eventuais disparidades. Concomitantemente serão apresentados e analisados os dados referentes à densidade demográfica.

Quanto à análise dos movimentos migratórios dois níveis serão considerados. Em primeiro lugar, ensaiar-se-á a monta-

gem de uma matriz de migrações, que reflitam os movimentos migratórios registrados nos períodos intercensitários. Desta forma, poder-se-á estabelecer o sentido dos principais movimentos registrados. Em segundo lugar, avaliar-se-á o peso destes movimentos migratórios no total do crescimento experimentado pelos diferentes estados, nos períodos intercensitários.

No item referente à urbanização igualmente dois níveis de análise serão considerados. No primeiro, avaliar-se-á, no seu conjunto, a evolução das populações urbanas e rurais, a nível estadual. Visando oferecer um panorama mais preciso, serão indicados os valores de densidade demográfica da população rural. No segundo nível de análise, serão classificados os processos urbanos no referente ao tamanho dos centros afetados positivamente e negativamente pelo processo de urbanização sofrido pelo Brasil no período.

Finalmente, na avaliação conjunta final, serão efetuados alguns cruzamentos e comparações com base na análise dos resultados obtidos nas três instâncias anteriores.

## 2.2. Dinâmica Demográfica e Densidade Populacional

A população brasileira cresceu entre 1960 e 1980 a uma taxa de 2,7% ao ano, representando um acréscimo de 70% em 20 anos.

Dado que os fluxos migratórios internacionais foram insignificantes nesse período, a referida taxa pode ser considerada como representativa da do crescimento vegetativo. Analisada em um período mais amplo percebe-se que a mesma encontra-se em declínio; após atingir um pico de 3% no período 1940/50, diminuiu para 2,9% entre 1960 e 1970, declinando para 2,5% em 1970/80. Note-se que tal declínio muda a posição relativa do Brasil no mundo no que tange às taxas de crescimento populacional: se entre 1960 e 1970, dentro de um conjunto dos 125 países mais povoados do mundo, o Brasil aparecia em 16º lugar, na década seguinte, passa a ocupar a 47ª posição<sup>(1)</sup>.

(1) Segundo dados do *World Development Report* do Banco Mundial (1980), para 1978 (pág. 142/143).

Este comportamento demográfico está longe de ser uniforme nos vários estados da Federação, conforme pode ser observado na tabela 2.1, que apresenta as taxas de crescimento total de cada um deles, bem como as mudanças observadas na participação no conjunto da populacional nacional.

Nesta tabela, uma primeira constatação de interesse diz respeito às disparidades nas taxas de crescimento demográfico, podendo-se perceber que apesar de tais disparidades não houve mudanças substantivas na estrutura de participação dos diferentes estados da Federação no total da população. Os estados que apresentam aumentos de participação mais sensíveis são o Distrito Federal, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas, Acre, Amapá e São Paulo, enquanto que os decréscimos mais evidentes são observados em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Paraná, por sua vez, mostra um pico marcante de participação em 1970.

Nota-se portanto que só São Paulo, como o estado onde ocorreu a maior parcela da industrialização brasileira verificada no período, e os estados (ou territórios) demográficos e economicamente vazios apresentam uma decisiva tendência à concentração demográfica (além do Distrito Federal, cuja fundação acontece pouco antes do Censo de 1960). Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, por sua vez, apresentam taxas de crescimento sensivelmente inferiores às dos estados do Nordeste em seu conjunto, especialmente no último decênio, mostrando claros sinais de esgotamento do processo de atração populacional, que, com exceção do Paraná, já estavam presentes a partir dos anos 40 (sendo que Minas Gerais, manifesta estagnação no crescimento desde fins do século passado).

Em termos de densidade demográfica total o Brasil, apesar de sua considerável população, apresenta coeficientes reduzidos, que passam de 8,3 hab/km<sup>2</sup> em 1960 para 14,1 hab/km<sup>2</sup> em 1980. Estes valores estão próximos daqueles observados para numerosos países da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai, Peru, por exemplo) sendo, no entanto, inferiores aos apresentados pelo México, Equador e países da América Central, e ainda pelos países desenvolvidos em geral<sup>(1)</sup>.

(1) Banco Mundial, op. cit., págs. 110-111.



TABELA 2.1  
POPULAÇÃO DOS ESTADOS: TAXA DE CRESCIMENTO  
INTERCENSITÁRIO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL

Estado	Taxa de Crescimento Anual		Participação (%)		
	1960/70	1970/80	1960	1970	1980
1 Acre	3,1	3,4	0,23	0,23	0,25
2 Alagoas	2,4	2,3	1,80	1,71	1,67
3 Amapá	5,3	4,4	0,10	0,12	0,15
4 Amazonas	2,9	4,1	1,02	1,03	1,20
5 Bahia	2,4	2,4	8,48	8,05	7,96
6 Ceará	2,9	2,0	4,71	4,68	4,45
7 Distrito Federal	14,4	8,1	0,20	0,58	0,99
8 Espírito Santo	3,2	2,4	1,68	1,72	1,70
9 Goiás	4,4	2,8	2,75	3,16	3,25
10 Maranhão	1,9	2,9	3,55	3,21	3,36
11 Mato Grosso	6,0	4,6	1,28	1,71	2,10
12 Minas Gerais	1,7	1,5	13,89	12,33	11,25
13 Pará	3,5	4,6	2,20	2,33	2,86
14 Paraíba	1,8	1,5	2,85	2,56	2,33
15 Paraná	5,0	1,0	6,11	7,44	6,41
16 Pernambuco	2,4	1,8	5,85	5,54	5,16
17 Piauí	3,0	2,4	1,79	1,80	1,80
18 Rio de Janeiro	3,1	2,3	9,53	9,66	9,49
19 Rio Grande do Norte	3,1	2,1	1,63	1,66	1,60
20 Rio Grande do Sul	2,1	1,6	7,72	7,16	6,53
21 Rondônia	4,7	16,0	0,10	0,12	0,41
22 Roraima	3,5	7,0	0,04	0,04	0,07
23 Santa Catarina	3,1	2,3	3,05	3,12	3,05
24 São Paulo	3,3	3,5	18,37	19,08	21,03
25 Sergipe	1,8	2,4	1,08	0,97	0,95
BRASIL	2,9	2,5	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

Também sob o aspecto da densidade demográfica observam-se diferenças significativas entre os estados. Esse fato pode ser visualizado nas informações apresentadas na tabela 2.2. De uma forma geral, o maior adensamento dos estados do Nordeste, Sul e Sudeste se traduz em valores de densidades superiores à média nacional, mostrando a concentração da população no litoral brasileiro, com predominância na costa leste. A tabela 2.3 ilustra mais claramente essa concentração, podendo-se detectar diferenças de densidade da ordem de 20 para 1 nos dois primeiros períodos e de 14 para 1 em 1980 quando se compara conjuntamente as regiões Nordeste, Sudeste e Sul com as regiões Centro-Oeste e Norte. Apesar de ter havido nos anos recentes um pequeno adensamento populacional dessas duas últimas regiões, pode-se concluir que as mesmas ainda se constituem em espaços fracamente povoados quando comparados com as demais regiões. No entanto, mesmo os valores mais altos observados para os estados dessas 3 regiões, encontram-se bem abaixo daqueles prevalecentes nos países industrializados da Europa, onde é possível notar valores sempre superiores a 100 hab/km<sup>2</sup>. Convém ressaltar, que em 1980 os estados do Rio de Janeiro e São Paulo já se encontram nesse patamar, sendo que o Rio de Janeiro já o atingira em 1960.

Dessas observações e da análise dos dados apresentados pode-se concluir que a distribuição espacial da população brasileira é extremamente desigual, concentrando-se nas três regiões colocadas em evidência (NE, SE e S) que compreendem cerca de 36% da superfície do país, quase 89% da população em 1980. Há no entanto dois aspectos a serem ressaltados:

- Em primeiro lugar, há indicações que o índice de concentração populacional do conjunto das três regiões encontra-se em declínio, posto que seu valor para 1960 era de 92%; é claro que esta não é uma variação quantitativamente importante, mas revela uma tendência definida;

- Em segundo lugar, há um único estado, no conjunto dos 16 incluídos nas três regiões consideradas, que mostra uma clara tendência ao aumento de sua participação; trata-se, obviamente de São Paulo.



TABELA 2.2

ESTADOS: DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 1960-1970-1980 (HAB/KM<sup>2</sup>)

Estados	Densidade Demográfica		
	1960	1970	1980
1 Acre	1,0	1,4	2,0
2 Alagoas	45,3	57,3	71,8
3 Amapá	0,5	0,8	1,3
4 Amazonas	0,5	0,6	0,9
5 Bahia	10,6	13,4	16,9
6 Ceará	22,4	29,7	36,1
7 Distrito Federal	24,2	93,1	203,4
8 Espírito Santo	25,6	35,1	44,3
9 Goiás	3,0	4,6	6,0
10 Maranhão	7,6	9,2	12,3
11 Mato Grosso	0,7	1,3	2,0
12 Minas Gerais	16,6	19,7	23,0
13 Pará	1,3	1,8	2,8
14 Paraíba	35,3	42,3	49,1
15 Paraná	21,4	34,8	38,3
16 Pernambuco	41,5	52,5	62,5
17 Piauí	5,0	6,7	8,5
18 Rio de Janeiro	153,6	207,7	261,0
19 Rio Grande do Norte	21,5	29,2	35,9
20 Rio Grande do Sul	20,1	24,9	29,1
21 Rondônia	0,3	0,5	2,0
22 Roraima	0,1	0,2	0,3
23 Santa Catarina	22,3	30,4	38,0
24 São Paulo	51,9	71,9	101,2
25 Sergipe	34,2	41,0	51,7
TOTAL	8,3	11,0	14,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.



TABELA 2.3

NORDESTE, SUDESTE E SUL: DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM<sup>2</sup>)

Região	Densidade Demográfica		
	1960	1970	1980
Nordeste	14,4	18,3	22,6
Sudeste	33,0	43,4	56,3
Sul	21,0	29,3	33,9
Total três regiões	21,3	28,0	35,0
Norte e Centro-Oeste	1,0	1,6	2,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.



Desta segunda constatação surgiu o interesse de se aprofundar a análise através do cruzamento entre as informações contidas nas tabelas 2.1 e 2.2, confrontando-se especificamente, densidades e taxas de crescimento. Para tanto, foram utilizados os valores para o Brasil como um todo para separar os dados estaduais em dois conjuntos: os que apresentam valores superiores aos do país, e os que apresentam valores iguais ou inferiores. O resultado desta classificação é indicado nos quadros 2.1 e 2.2, de onde podem ser extraídas as seguintes observações:

Em primeiro lugar, os casos de densidade e dinamismo baixos são reduzidos (na realidade, apenas o Maranhão em 1960/70, se enquadra claramente nessa categoria, pois os valores de crescimento dos demais estados estão próximos dos do Brasil); o restante dos estados de densidade baixa apresentam taxas elevadas de crescimento.

Em segundo lugar, percebe-se claramente pelos dados de 1970/80 o esgotamento do dinamismo demográfico de todos os estados de densidade elevada, excetuando-se São Paulo (já mencionado) e Distrito Federal, caso este que apresenta evidentes peculiaridades que torna difícil a análise.

Em outras palavras, e esta é uma constatação significativa, só as áreas demograficamente vazias e o estado de São Paulo apresentam aumentos na participação relativa da população. Levando-se em conta o reduzido peso demográfico dos estados de baixa densidade, comprova-se, sem dificuldade, a particular posição de realce do estado de São Paulo no conjunto da Federação, posição essa que se fortalece claramente ao longo dos últimos 20 anos.

Por detrás desse processo, existem importantes movimentos migratórios condicionando a totalidade do quadro e dando as bases para o fortalecimento dos pontos mais dinâmicos da economia brasileira. No próximo item tais movimentos serão analisados em maior profundidade.

QUADRO 2.1

ESTADOS - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO TAXA DE CRESCIMENTO  
DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA  
1960/70

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual à do Brasil	Superior à do Brasil
Densidade Inferior ou Igual à do Brasil	- AM, MA	- AC, AP, GO, MT - PA, PI, RO, RR
Densidade Superior à do Brasil	- AL, BA, CE, MG - PB, PE, RS, SE	- DF, ES, PR, RJ - RN, SC, SP

NOTA: Os valores de densidade correspondem a 1960.

QUADRO 2.2

ESTADOS - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO TAXA DE CRESCIMENTO  
DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA  
1970/80

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual à do Brasil	Superior à do Brasil
Densidade Inferior ou Igual à do Brasil	- PI	- AC, AP, AM, GO - MA, MT, PA, RO - RR
Densidade Superior à do Brasil	- AL, BA, CE, ES - MG, PB, PE, RS - SE, PR, RJ, RN, SC	- DF, SP

NOTA: 1) Os valores de densidade correspondem a 1970.

2) Os estados grifados são os que mudaram de posição entre 1960/70 e 1970/80.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

### 2.3. Análise dos Movimentos Migratórios

Os movimentos migratórios presentes em um espaço nacional são talvez o aspecto mais relevante de uma análise que pretenda detectar as características assumidas pela ocupação do território na seqüência de um processo de desenvolvimento. Eles refletem de forma clara a atração exercida por determinados centros dinâmicos e também o papel desempenhado pela expulsão provocada pela desorganização da produção presente em diversos níveis, em algumas áreas da nação.

Uma primeira análise desses movimentos pode ser feita a partir dos dados apresentados nas tabelas 2.4 e 2.5 que mostram as matrizes de fluxos migratórios nos períodos 1960/70 e 1970/80. Nessas tabelas são indicados os volumes de população residente em um estado e seu lugar de residência no decênio anterior à data do recenseamento. Trata-se portanto de uma aproximação com certo grau de imprecisão posto que não são registrados todos os movimentos realizados pelos migrantes mas apenas o último destino, e este é comparado com a localização na data do recenseamento anterior<sup>(1)</sup>. Ilustrações adequadas desses dados, para cada período intercensitário, são apresentadas nos diagramas 2.1 e 2.2. Nesses diagramas tornou-se necessário agrupar alguns estados com a finalidade de ampliar a clareza da representação e destacar os principais movimentos migratórios detectados nas matrizes<sup>(2)</sup>.

(1) Além disso, deve-se assinalar que os critérios adotados pela FIBGE diferem para os dois censos consultados. Enquanto os dados para o período 1960-70 referem-se exclusivamente aos migrantes não nascidos no estado de destino, os do período 1970-80 incluem estes migrantes. Dessa forma, os dados de migração intra-estadual são bem mais elevados no segundo período do que no primeiro. Dado que o interesse está centrado nos movimentos inter-estaduais, este aspecto não é relevante. Como os dados do censo de 1980 permitem apreciar a importância do fluxo intra-estadual, este aspecto será comentado mais adiante.

(2) As regiões Nordeste, Norte e Sul estão integradas pelos estados nelas habitualmente incluídos, pelo FIBGE. A região Centro-Oeste, por sua vez, é também coincidente com a delimitada pelo FIBGE, com exceção do Distrito Federal, que aqui é colocado em evidência. O volume de movimentos migratórios captados no diagrama corresponde, aproximadamente, a 2/3 do total de movimentos registrados nas matrizes, para os dois períodos intercensitários.

TABELA 2.4

## MATRIZ DE MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS - 1960/1970

Destino \ Origem	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO
Acre	(365)	4	4	3739	25	1296	7	3	10
Alagoas	5	(5814)		10	1453	822	58	94	48
Amapá	37	4	(544)	132	8	246	4	4	
Amazonas	6411	23	71	(2715)	111	3366	165	40	312
Bahia	27	7314	47	103	(16894)	7426	594	5098	1283
Ceará	435	3136	87	839	1248	(6854)	343	111	211
Distrito Federal	184	1389	251	578	24289	23483		4219	78283
Espírito Santo	28	220		44	15545	364	127	(15742)	125
Goiás	42	415	15	198	21705	8402	6547	2260	(67377)
Maranhão	184	558	99	363	2174	41951	196	862	3550
Mato Grosso	244	3439	49	356	11840	6018	499	8575	26469
Minas Gerais	55	918	110	367	36540	2035	1954	23324	13365
Pará	1527	148	2649	6344	3810	15071	158	1549	16683
Paraíba	8	649	13	71	685	4513	179	34	199
Paraná	46	9618	65	78	25642	11437	646	19266	1451
Pernambuco	69	21797	42	334	8589	20284	322	176	280
Piauí	53	129	42	40	2258	21506	348	33	277
Rio de Janeiro	1217	15823	553	6049	52773	36212	5652	123403	3024
Rio G. do Norte	14	299	7	89	459	6021	197	31	342
Rio G. do Sul	8	78	4	76	398	255	194	190	116
Rondônia	2640	133	116	7866	284	1902	53	637	450
Roraima	4	3	4	1597	4	224	6		51
Santa Catarina	10	79		35	172	75	140	59	49
São Paulo	513	49741	183	1895	222605	41760	4735	113870	11421
Sergipe		11342	4	74	7757	280	48	142	7
TOTAL	14121	133073	4959	33992	457268	261803	23172	219722	225388

Continua

Continuação

Destino	Origem	MA	MT	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ
Acre		176	90	87	353	45	30	78	11	241
Alagoas		70	227	609	70	3528	848	39472	59	1355
Amapá		151	4	122	15269	96	4	62	34	236
Amazonas		618	220	411	10221	300	198	294	120	1845
Bahia		684	561	30343	283	11944	2737	31678	3295	6738
Ceará		4998	224	610	1626	17904	986	10124	8484	2302
Distrito Federal		10586	3022	84655	2227	19230	3624	13860	21527	51712
Espírito Santo		36	170	65051	116	250	687	526	63	10932
Goiás		43835	9974	133023	3358	4413	2280	4024	10389	2572
Maranhão	(23796)	190	1654	3065	3559	254	4765	61782	735	
Mato Grosso	1089	(45840)	44451	745	2041	45117	6861	745	2614	
Minas Gerais	588	1966	(25128)	520	3199	6006	4845	905	28116	
Pará	25176	585	2844	(7109)	731	747	1035	3241	2342	
Paraíba	337	65	401	63	(4264)	352	24964	359	2415	
Paraná	265	7081	149645	267	4018	(342752)	19071	666	10100	
Pernambuco	1487	352	1408	1011	48427	2171	(14510)	3849	7516	
Piauí	20338	82	245	374	1418	133	2984	(4528)	368	
Rio de Janeiro	12237	6789	240757	12386	90337	9258	67547	5158	(498870)	
Rio G. do Norte	288	43	805	170	24134	257	3889	197	2229	
Rio G. do Sul	37	571	1223	133	62	4725	415	49	4491	
Rondônia	1140	3089	843	1569	210	2573	307	252	522	
Roraima	309	15	38	203	36	4	9	51	176	
Santa Catarina	26	441	1186	52	31	22124	195	39	2222	
São Paulo	3635	37898	476527	4747	34115	184480	127763	12129	69035	
Sergipe	121	81	100	15	455	256	2534	96	1246	
TOTAL		152023	119580	1262166	65952	274747	632603	381812	138028	710930

Continua



Continuação

Destino	Origem	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	EST	TOTAL
Acre		159	59	448	27	21	80	4	284	7646
Alagoas		650	81	4	3	44	4071	3275	179	62844
Amapá		119	19	20	22	8	57		157	17359
Amazonas		480	149	965	963	105	802	59	1002	31971
Bahia		2521	761	42	7	177	12415	23548	2019	168539
Ceará		12555	215	248	78	111	2779	153	398	77059
Distrito Federal		7992	2640	172	40	1298	15959	1657	1342	374219
Espírito Santo		225	262	8		120	1275	581	382	112879
Goiás		8037	451	212	22	580	22642	334	910	354017
Maranhão		2126	155	160	66	35	532	197	389	153397
Mato Grosso		745	2952	452	20	873	145704	1783	7148	366669
Minas Gerais		5645	1715	39	13	1258	54019	918	3275	216823
Pará		1280	277	624	196	70	1254	85	1866	97401
Paraíba		17643	200	28	13	19	1536	268	154	59432
Paraná		1111	180597	95	8	166873	241413	4972	6817	1204000
Pernambuco		10851	920	34	26	200	8902	1115	1686	156358
Piauí		526	16	57	7		784	106	96	56748
Rio de Janeiro		29425	16039	551	173	5459	52795	16603	39644	1348734
Rio G. do Norte		(4140)	163	7	4	35	767	76	171	44834
Rio G. do Sul		133	(7546)	15	4	29022	5518	30	6539	61832
Rondônia		351	247	(1580)	166	87	727	57	629	28430
Roraima		44	122	41	(239)	47	59		210	3496
Santa Catarina		83	99580			(15259)	3337	17	754	145965
São Paulo		15838	18921	45	65	15403	(243755)	33893	78747	1703719
Sergipe		280	120			98	1955	(2100)	83	29194
TOTAL		122959	334207	5847	2162	237202	823137	91831	154881	6883565

FONTE: Censo Demográfico do Brasil - FIBGE - 1970.

FIBGE

-17-

TABELA 2.5

## MATRIZ DE MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS E INTER-MUNICIPAIS NO MESMO ESTADO - 1970/80

Destino \ Origem	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA
Acre/Rondônia/Roraima/Amapá	19281	912	6851	15369	4551	7308	384	23670	4683	5005
Alagoas		(231377)		168	3085	2549	113		56	
Amazonas	6750	450	412	(76583)	1372	7815	1122	475	914	4194
Bahia	353	7284		738	(913698)	14696	1643	19346	4177	3531
Ceará	1021	643		839	3926	(529911)	2339	218	655	7253
Distrito Federal	492	1148	533	1640	36407	43494		2133	87167	32144
Espírito Santo		301		238	21322	2310	1378	(333469)	486	941
Goiás		457		1718	30915	14297	46603	1054	(769343)	32765
Maranhão		1289		208	9193	23310	1830	2801	21303	(572827)
Mato Grosso	75	1530		826	7207	2181	1225	3087	41027	1118
Mato Grosso do Sul		1041		120	1772	2617	1787	173	4904	222
Minas Gerais		649	707	2165	37127	5096	15510	20566	56832	1307
Pará	2833	940	6726	5654	21921	48872	2902	14791	66667	93112
Paraíba		1911			2430	9067	2545		571	472
Paraná		1289			5027	2240	1569	1226	4203	199
Pernambuco	367	26059		1095	21530	17714	2933	121	758	4515
Piauí	69	242		61	4679	23701	1497		1255	26787
Rio de Janeiro	2015	15273	390	1955	62425	47583	10189	56982	5537	35421
Rio Grande do Norte		429		572	1451	12959	1106		1002	513
Rio Grande do Sul				157	1466	3640	2467	1706	178	313
Santa Catarina		66		870	442	376	98		489	123
São Paulo	447	58547		2862	331438	149257	21409	14793	36306	22042
Sergipe		16816		38	16097	1922	187	38	112	660
TOTAL	33703	368653	15619	113876	1539481	972915	120836	496649	1108625	845464

FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - FIBGE - 1980.

Continua

Continuação

Destino \ Origem	MT	MTS	MG	PA	PB
Acre/Rondônia/Roraima/Amapá	47991	31931	19938	19056	937
Alagoas			320	81	2605
Amazonas	534	113	1684	21847	373
Bahia	184	738	37347	1661	8676
Ceará		1825	1301	3516	15589
Distrito Federal	2091	1967	75639	6765	25791
Espírito Santo	992	118	66892	1751	256
Goiás	13440	2444	70133	10503	3938
Maranhão	261		5459	9851	5660
Mato Grosso	(156296)	28558	26415	600	667
Mato Grosso do Sul	7172	(221984)	8261	271	1247
Minas Gerais	2463	4257	(1842777)	2050	3384
Pará	2694	257	25025	(285811)	4199
Paraíba		216	725	540	(268847)
Paraná	3671	12949	31095	5081	3194
Pernambuco	435	152	1961	3200	54234
Piauí	132	194	458	260	1648
Rio de Janeiro	3374	10022	144252	17883	86151
Rio Grande do Norte	222	171	2246	382	33041
Rio Grande do Sul	2339	4150	3735	1454	314
Santa Catarina	552	1406	1162	674	
São Paulo	15104	88986	463051	20262	88042
Sergipe	34	379	699	561	859
TOTAL	259981	412277	2830575	414060	609652



PR	PE	PI	RJ	RN
116642	1105	643	2818	675
722	49338	270	2904	523
1621	1046	414	3206	1345
5057	62258	4394	20311	3971
1671	22966	11508	8742	9248
4752	15251	35916	47931	9061
1956	1620	296	36003	650
5741	5163	10877	3661	4179
3690	5736	69102	1182	1032
112120	3034	137	3288	562
107334	2888	44	6995	497
31039	2040	237	62799	3449
18674	5863	14751	5222	3342
129	30822	696	9465	18650
(1978362)	4313		13783	1473
2642	(763753)	6175	14632	6891
979	3353	(142449)	927	1262
14574	72859	7132	(998826)	23324
504	11471	1862	5420	(248798)
18644	345	314	12703	
62368	615	291	5990	108
590252	325829	43660	117338	33115
1037	5350	227	4405	932
3080510	1397018	351395	1388551	373087

Continua

Continuação

Destino \ Origem	RS	RO	RR	SC
Acre/Rondônia/Roraima/Amapá	2887	28175	130	3131
Alagoas	57	101		318
Amazonas	1200	2784	1912	563
Bahia	3428			1284
Ceará	908			227
Distrito Federal	6390	574	205	1761
Espírito Santo	863	835		430
Goiás	3084	642		135
Maranhão	185			
Mato Grosso	17617	2762		6563
Mato Grosso do Sul	18964	807		4503
Minas Gerais	2415	855		2393
Pará	2165	247		1197
Paraíba	388	76		77
Paraná	87337	1792		86253
Pernambuco	1574			244
Piauí	511	150		132
Rio de Janeiro	25185	201	2770	8362
Rio Grande do Norte	126		252	
Rio Grande do Sul	(1334646)	1829		41280
Santa Catarina	73889	100		(544597)
São Paulo	22536	6557		11423
Sergipe	189			338
TOTAL	1606544	48487	5269	715211



SP	SE	Est	S/ Declaração	Nao Especificado	Total..
9815	200	5309	1105	31	380533
16040	4195	57	854		310333
5063	103	2493	1583	233	148194
39667	20722	1556	6179		1182899
12849	486	1353	2444		640898
26892	2091	8528	2993	246	480002
10096	236	236	696	307	484592
31608	381	852	1295	235	1065463
2243	1188	577	2817	251	741995
36084	326	686	400	270	454661
63590	556	4206	1263	39	463257
147850		6156	6121		2260244
6493	256	2040	927	55	643636
6910	310	310	3513		358670
111536	191	14848	2561		2374192
24539	1397	1712	3102		962342
3583		151	352	128	214960
79656	11983	30939	8935	1781	1785979
6338	126	193	395		329579
12887		15465	15557	169	1475758
8885		2877	1772		707750
(4025048)	29920	88589	61964		6668777
7277	(112941)		593		171691
4689549	187522	189133	127421	3735	24306405

Além dessa representação e apesar das imperfeições citadas anteriormente pode-se estimar os saldos migratórios por estado para os dois períodos intercensitários, conforme mostram as tabelas 2.6 e 2.7.

Ainda com base nestes dados, é possível avaliar a importância relativa dos movimentos migratórios no crescimento demográfico dos estados. Para tanto, além da construção de indicadores específicos adequados, é necessário estimar as taxas de crescimento vegetativo. Os procedimentos adotados encontram-se detalhados no apêndice 2, onde também são discutidos os indicadores propostos. Os valores obtidos são apresentados nas tabelas 2.8 e 2.9, onde as diversas colunas têm os seguintes significados:

Contribuição (col. 2) indica, em termos percentuais, a contribuição (positiva ou negativa) do movimento migratório sobre o total do crescimento observado no estado, no período. Baseia-se na hipótese de que a taxa de crescimento vegetativo independe dos fluxos migratórios;

Impacto (col. 3) indica, também em termos percentuais, o acréscimo (ou decréscimo) diferencial imputável à migração, em relação ao crescimento total, em termos de população total. Isto é, estabelece em que grau o movimento migratório muda o total de população existente no fim do período intercensitário;

Taxa Anual de Crescimento Migratório (col. 4) indica a importância do movimento migratório, mediante a subtração entre a taxa total de crescimento anual e a taxa vegetativa estimada.

Em todos os casos, valores positivos indicarão saldos migratórios positivos, e valores negativos indicarão saldos negativos.

A taxa de crescimento vegetativo independe de explicação, merecendo apenas alguns comentários, prévios à análise propriamente dita dos resultados. Como fica claro no Apêndice 2, o método de estimação desta taxa (e, a partir daí, dos

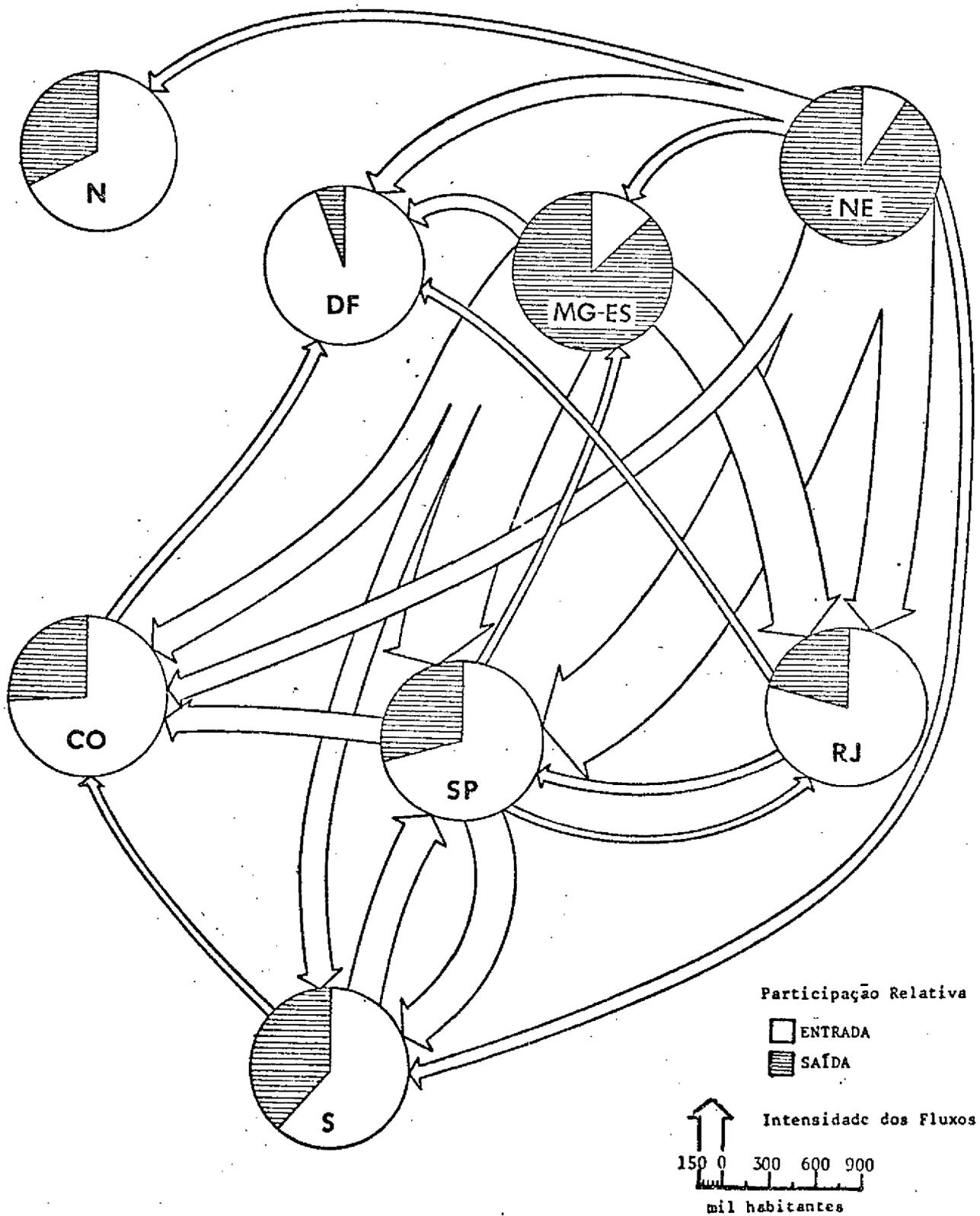


Diagrama 1 - Principais Fluxos Migratórios - 1960/1970.

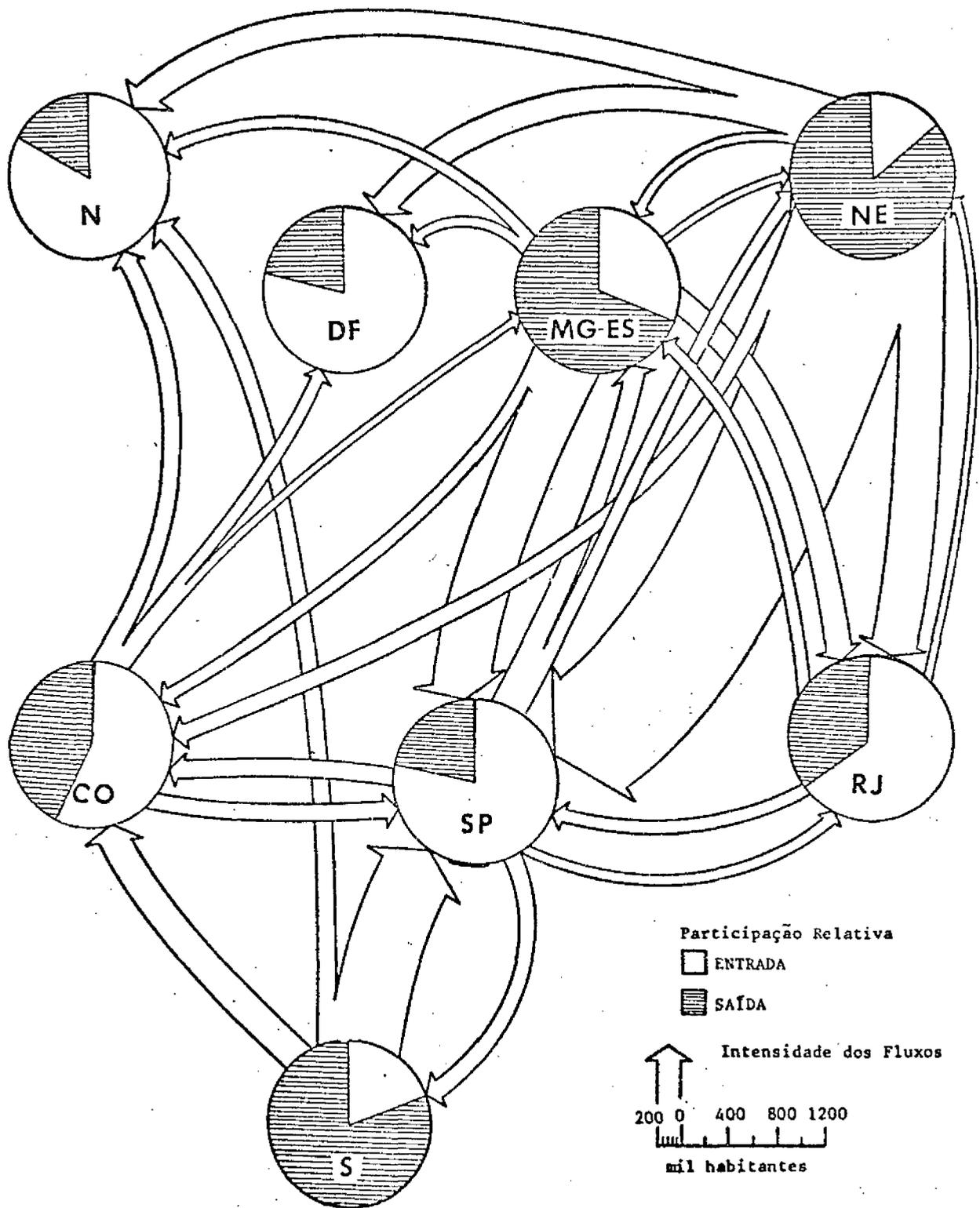


Diagrama 2 - Principais Fluxos Migratórios - 1970/1980



TABELA 2.6  
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS  
1960/1970

Estados	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos
Acre	6.997	13.756	(6.759)
Alagoas	56.851	127.259	(70.408)
Amapá	16.658	4.415	12.243
Amazonas	28.254	31.277	(3.023)
Bahia	149.626	440.374	(290.748)
Ceará	69.807	254.949	(185.142)
Distrito Federal	372.877	23.172	349.705
Espírito Santo	96.755	203.980	(107.225)
Goiás	285.730	158.011	127.719
Maranhão	129.212	128.227	985
Mato Grosso	313.681	73.740	239.941
Minas Gerais	188.420	1.237.038	(1.048.618)
Pará	88.426	58.843	29.583
Paraíba	55.014	270.483	(215.469)
Paraná	854.431	289.851	564.580
Pernambuco	140.162	367.302	(227.140)
Piauí	52.124	133.500	(81.376)
Rio de Janeiro	810.220	212.060	598.160
Rio Grande do Norte	40.523	118.819	(78.296)
Rio Grande do Sul	47.747	326.661	(278.914)
Rondônia	26.221	4.267	21.954
Roraima	3.047	1.923	1.124
Santa Catarina	129.952	221.943	(91.991)
São Paulo	1.381.217	579.382	801.835
Sergipe	27.011	89.731	(62.720)
TOTAL	5.370.963	5.370.963	

FONTE: Censo Demográfico do Brasil - FIBGE - 1970.

NOTA: Os dados entre parênteses são negativos.

TABELA 2.7  
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS  
1970/1980

Estados	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos
Acre			
Roraima			
Rondônia	319.651	48.641	271.010
Amapá			
Alagoas	78.045	137.276	(59.231)
Amazonas	67.312	37.293	30.019
Bahia	261.466	625.783	(364.317)
Ceará	107.190	443.004	(335.814)
Distrito Federal	468.235	120.836	347.399
Espírito Santo	149.884	163.180	(13.296)
Goiás	293.738	339.282	(45.544)
Maranhão	165.523	272.637	(107.114)
Mato Grosso	532.774	293.978	238.796
Minas Gerais	405.190	987.798	(582.608)
Pará	354.803	128.249	226.554
Paraíba	86.000	340.805	(254.805)
Paraná	378.421	1.102.148	(723.727)
Pernambuco	193.168	633.265	(440.097)
Piauí	71.880	208.946	(137.066)
Rio de Janeiro	745.498	389.725	355.773
Rio Grande do Norte	80.193	124.289	(44.096)
Rio Grande do Sul	109.921	271.898	(161.977)
Santa Catarina	158.504	170.614	(12.110)
São Paulo	2.493.176	664.501	1.828.675
Sergipe	58.157	74.581	(16.424)
<b>TOTAL</b>	<b>7.578.729</b>	<b>7.578.729</b>	

FONTE: Tabulações avançadas do Censo Demográfico - FIBGE - 1980.

NOTA: Os dados entre parênteses são negativos.

TABELA 2.8

ESTADOS: TAXA VEGETATIVA ESTIMADA E INDICADORES DE MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS  
1960/70

Estados	Taxa Vegetativa	Contribuição	Impacto	Taxa Migratória
1 Acre	3,5	-12,3	-6,0	-0,38
2 Alagoas	2,9	-19,6	-7,4	-0,51
3 Amapá	3,9	30,8	26,1	1,38
4 Amazonas	3,0	-1,4	-0,6	-0,04
5 Bahia	2,8	-17,5	-6,5	-0,45
6 Ceará	3,4	-16,9	-7,8	-0,50
7 Distrito Federal				
8 Espírito Santo	4,0	-23,3	-13,6	-0,81
9 Goiás	3,8	14,4	9,7	0,54
10 Maranhão	1,9	0,2	0,0	0,00
11 Mato Grosso	4,0	39,3	39,8	2,00
12 Minas Gerais	2,7	-40,1	-14,1	-1,02
13 Pará	3,3	5,4	2,7	0,16
14 Paraíba	2,8	-38,7	-14,3	-1,01
15 Paraná	3,9	24,4	19,5	1,03
16 Pernambuco	2,9	-19,5	-7,4	-0,51
17 Piauí	3,6	-18,4	-9,3	-0,58
18 Rio de Janeiro	2,2	29,4	11,2	0,82
19 Rio Grande do Norte	3,7	-18,7	-9,9	-0,61
20 Rio Grande do Sul	2,6	-19,9	-6,7	-0,48
21 Rondônia	2,0	62,0	38,2	2,67
22 Roraima	3,2	10,8	5,3	0,33
23 Santa Catarina	3,5	-12,4	-6,1	-0,38
24 São Paulo	2,8	18,7	8,2	0,55
25 Sergipe	2,6	-32,4	-10,8	-0,78

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960 e 1970 - FIBGE.

TABELA 2.9

ESTADOS: TAXA VEGETATIVA ESTIMADA E INDICADORES DE MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS  
1970/80

Estados	Taxa Vegetativa	Contribuição	Impacto	Taxa Migratória
Acre+Amapá+Rondônia+ Roraima	6,9	46,9	85,9	1,22
Alagoas	2,6	-14,4	-4,8	-0,34
Amazonas	3,9	7,2	4,6	0,25
Bahia	2,8	-17,5	-6,4	-0,44
Ceará	2,7	-29,0	-10,0	-0,71
Distrito Federal	3,8	61,8	93,9	4,32
Espírito Santo	2,4	-3,4	-1,1	-0,08
Goiás	2,9	-5,4	-2,1	-0,14
Maranhão	3,3	-11,1	-4,9	-0,32
Mato Grosso	3,4	29,7	20,9	1,19
Minas Gerais	2,0	-25,3	-6,2	-0,48
Pará	3,8	20,6	15,2	0,81
Paraíba	2,5	-42,7	-13,7	-1,01
Paraná	2,0	-53,3	-12,7	-1,01
Pernambuco	2,6	-33,6	-11,0	-0,80
Piauí	3,2	-25,9	-11,2	-0,74
Rio de Janeiro	1,9	17,5	4,8	0,37
Rio Grande do Norte	2,3	-12,3	-3,6	-0,26
Rio Grande do Sul	1,8	-13,7	-2,9	-0,23
Santa Catarina	2,3	-1,8	-0,5	-0,04
São Paulo	2,6	28,5	13,3	0,89
Sergipe	2,5	-7,3	-2,3	-0,17

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1970 e 1980 - FIBGE.

indicadores associados e os movimentos migratórios) é de certa forma rudimentar para que se possa ter plena confiança nos resultados obtidos. Em alguns casos, as taxas vegetativas estimadas apresentam valores inconsistentes, sendo os exemplos mais evidentes os casos do Acre+Amapá+Rondônia+ Roraima, Amazonas e Distrito Federal (para 1970/80) e Paraná (para 1960/70)<sup>(1)</sup>. Além do mais, outros valores, ainda que razoáveis em termos absolutos, não coincidem com o comportamento habitualmente esperados dos estados correspondentes. A referência aqui diz respeito principalmente a alguns estados do Nordeste, como por exemplo, Alagoas, Paraíba e Pernambuco, onde as taxas vegetativas estimadas são relativamente baixas nos dois períodos intercensitários.

Por estas razões, decidiu-se evitar uma avaliação direta do comportamento das referidas taxas, optando-se pelo uso dos indicadores de migração que, em certa medida, parecem mais confiáveis, uma vez que incluem entre suas variáveis valores censitários exatos, diminuindo por conseguinte a margem de erro.

Com base nesses resultados elaborados e nos diagramas apresentados, e levando-se em conta as limitações apontadas, pode-se chegar a algumas constatações interessantes.

Inicialmente, a rápida observação dos indicadores expostos nas tabelas anteriores sugere uma notável disparidade de comportamento dos diferentes estados. Como era de se esperar, os estados nordestinos evidenciam um comportamento claramente expulsor de população, sendo que os saldos negativos representam parcelas ponderáveis tanto da população total, como do crescimento nos dois períodos intercensitários<sup>(2)</sup>. Os valores do coeficiente de contribuição são quase sempre inferiores a -10%, chegando em vários casos a níveis abaixo de -20%, co-

---

(1) Esses casos correspondem aos estados que apresentaram estimativas de taxas vegetativas superiores mais de um ponto à taxa do Brasil, no mesmo período, o que parece pouco provável de ocorrer.

(2) A única exceção é o Maranhão, entre 1960 e 1970.

mo são os casos do Ceará (em 1970/80), Paraíba e Pernambuco, (em 1960/70 e 1970/80), Piauí (em 1970/80), e Sergipe (em 1960/70). O impacto deste fluxo negativo de migrantes oscila entre -6,5% e -14,3%, em 1960/70, e -2,3% e -13,7%, entre 1970 e 1980.

As mudanças observadas entre os dois períodos intercensitários são diferenciadas nos vários estados nordestinos. Ceará, Piauí e Pernambuco apresentam diminuições sensíveis nos índices de contribuição e impacto (em termos absolutos), enquanto que Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe evidenciam um comportamento inverso.

Saldos migratórios negativos caracterizam também vários estados não pertencentes ao Nordeste, como Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estados estes que perdem também proporções importantes de seus crescimentos. No entanto, todos eles conseguem aumentar de forma significativa a contribuição e o impacto entre os períodos de 1960/70 e 1970/80, sendo que Espírito Santo e Santa Catarina conseguem reter quase todo seu crescimento vegetativo no último período. Minas Gerais, por sua vez, após perder 40% de seu crescimento no período 1960/70, reduz este índice para 25% no período subsequente, contraindo significativamente o impacto negativo do saldo migratório.

Os estados que recebem estes fluxos são São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, e, com algumas exceções, os do Norte e Centro-Oeste.

São Paulo, como era de se esperar, é o principal receptor de migrantes, tendo aumentado seu saldo positivo em cerca de 130% entre os dois períodos. Apesar dos elevados valores absolutos, os índices que mensuram contribuição e impacto devido ao elevado volume de população envolvido, não registram valores muito diferentes dos observados em outros estados. Mesmo assim, a contribuição dos movimentos migratórios é elevada e crescente, passando de menos de 1/5 para mais de 1/4 do crescimento entre os dois períodos intercensitários. Em 1970/80, o referido estado capta 55% do total de saldos migratórios inter-estaduais.

Rio de Janeiro sofre uma brusca queda no seu saldo migratório, com uma importante diminuição dos índices de contribuição e impacto. Se em 1960/70, a imigração significou quase 1/3 do crescimento total do estado, em 1970/80 ela representou pouco mais de 1/6.

O Distrito Federal, por sua vez, absorve significativos fluxos migratórios em 1970/80, os quais representam quase 2/3 do crescimento total. Note-se que o saldo do período é quase igual ao do Rio de Janeiro, embora trate-se aqui de uma área bem menor, tanto do ponto de vista territorial como do demográfico<sup>(1)</sup>.

Os estados do Norte e Centro-Oeste, embora evidenciando em geral saldos positivos, apresentam comportamentos desiguais. No Mato Grosso, os saldos migratórios contribuem decisivamente para o crescimento demográfico com 39% e 30% do crescimento total, nos períodos de 1960/70 e 1970/80 respectivamente. Em termos de impacto, a imigração acrescenta à população cerca de 40% em 1970 e 21% em 1980. Mesmo em se tratando de coeficientes elevados, evidencia-se uma sensível diminuição relativa, que se reflete em uma diminuição do saldo migratório, em termos absolutos.

Goiás apresenta a mesma tendência, porém com características mais acentuadas posto que o importante saldo positivo de 1960/70 - contribuição ao crescimento de 14% - torna-se negativo em 1970/80, reduzindo em mais de 5% o seu crescimento.

Já os estados do Norte, após apresentarem um saldo migratório ligeiramente positivo (em seu conjunto) entre 1960 e 1970, mostram um brusco aumento no decênio seguinte, contribuindo de forma importante para o crescimento global de suas populações, especialmente no conjunto Acre, Rondônia, Roraima, Amapá. O estado do Amazonas, mesmo revertendo o sinal do saldo, apresenta índices de contribuição e impacto bem menores.

---

(1) Dado que por ocasião do Censo de 1960 o Distrito Federal havia sido recentemente criado, não faz muito sentido avaliar os movimentos migratórios em termos de contribuição e impacto, em 1960/70.

O caso do Paraná é bem diferenciado dos demais, merecendo uma análise à parte. Após apresentar um importante saldo positivo em 1960/70 (saldo comparável ao do Rio de Janeiro no período), que contribui com 1/4 do crescimento total de sua população, passa a ser caracterizado por um processo violento de emigração no período seguinte, que reduz em mais da metade o seu crescimento vegetativo.

Os comentários sobre o comportamento individual dos diversos estados devem ser complementados pelas características e direções dos principais movimentos migratórios, tomando-se por base as matrizes de migração e os diagramas de fluxo correspondentes.

Através desses dados, pode-se perceber que o Nordeste é, obviamente, o grande "fornecedor" de migrantes para todo o resto do Brasil, principalmente para São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e, em menor grau, para o Norte. Os migrantes de Minas Gerais e Espírito Santo têm, preponderantemente, esses mesmos estados como destino. O Centro-Oeste, por sua vez, recebe migrantes de São Paulo, da região Sul e de Minas Gerais. O Norte, que absorve importantes fluxos na década de 1970/80, recebe migrantes das áreas que se tornam importantes expulsoras neste período: principalmente, o Sul e o Centro-Oeste.

Finalmente, é importante notar que o Distrito Federal acolhe principalmente migrantes mineiros, nordestinos e do Centro-Oeste, e só em um grau reduzido do Rio de Janeiro (e, nesse caso, apenas na década de 1970/80). Percebe-se então que a nova capital não consegue deslocar população do Centro-Sul do país de forma apreciável, mas redireciona (e talvez gere) fluxos provenientes de áreas de baixa densidade, ou tradicionalmente expulsoras.

A comparação entre os dois períodos intercensitários mostra, qualitativamente, algumas mudanças importantes na posição do Norte, que se torna mais receptor, e do Sul e Centro-Oeste, que experimentam uma mudança em sentido contrário. Do ponto de vista quantitativo, observa-se o aumento da importan

cia relativa da atratividade de São Paulo, especialmente em relação ao Rio de Janeiro.

Com base nessas análises, pode-se resumir algumas observações sobre o comportamento migratório do Brasil através das seguintes proposições:

- Existe uma clara divisão entre áreas expulsoras e receptoras de migração; a maioria dos estados não muda o sinal do seu saldo no período 1960/80. Entre os poucos casos onde se registra inversão dos movimentos migratórios, o mais notável é o do Paraná, e em menor grau Goiás e Amazonas.

- A nível do impacto relativo das migrações sobre o comportamento demográfico, nota-se tendências divergentes. Quatro estados do Centro-Sul e Sul, que apresentam saldos negativos (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo), mostram uma clara tendência a aumentar seu grau de retenção de população. Três estados do Nordeste, apresentam o mesmo comportamento (Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe).

- Só São Paulo, o Distrito Federal e os estados do Norte é que apresentam um comportamento decididamente receptor de população, em grau crescente.

- Os migrantes nordestinos dirigem-se basicamente às regiões Sudeste e Norte. Os provenientes do Espírito Santo e Minas Gerais têm o mesmo destino, além da região Centro-Oeste e o Distrito Federal. Finalmente, os vultosos saldos negativos registrados na região sul em 1970/80 manifestam-se como fluxos que têm São Paulo, primordialmente, e as regiões Centro-Oeste e Norte, em segundo lugar, como áreas de destino.

#### 2.4. Urbanização

O Brasil vem experimentando, nos últimos 50 anos, um processo de progressiva urbanização que fez com que a população vivendo nas cidades se elevasse de 31 milhões em 1960 para mais de 80 milhões no início da década de 80, equivalente portanto, a um crescimento anual de cerca de 5% em todo o período.

TABELA 2.10  
URBANIZAÇÃO NO BRASIL

	1960	1970	1980
População Total	69.806.430	93.137.796	119.069.542
População Urbana	31.498.578	52.083.743	80.153.390
População Rural	38.307.852	41.054.053	38.916.152
Cresc. Pop. Total		2,9%	2,5%
Cresc. Pop. Urbana		5,2%	4,4%
Cresc. Pop. Rural		-0,7%	-0,5%

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

No entanto, é interessante notar que ao final da década de 70, chega-se a um ponto em que, pela primeira vez, o Brasil apresenta uma queda absoluta em sua população rural (ver tabela 2.10): em 1980, ela é 5% inferior à de 1970, sendo superior à de 1960 em apenas 1,6%. Isso ocorre apesar da elevada taxa de crescimento vegetativo registrada entre 1960 e 1980 (2,7%). Esse fenômeno já era evidente na primeira metade do período 1960/70, quando a população rural cresceu apenas 7% ao ano, taxa essa que não permitiu sequer reter seu crescimento vegetativo.

Em decorrência destes índices de crescimento, as taxas de urbanização sofrem sensíveis modificações; em 1970, também pela primeira vez, há no Brasil maior volume de população urbana que rural, sendo que o índice de urbanização supera os 2/3 em 1980.

Ainda que em níveis diferentes, todos os estados brasileiros, à exceção de Rondônia, apresentam taxas de urbanização crescentes nas duas últimas décadas, tendo alguns deles, como são os casos do Rio de Janeiro e São Paulo, atingido taxas de urbanização próximas dos 90%. Conforme pode ser observado na tabela 2.11, todos os estados apresentam taxas de crescimento da população urbana significativamente superiores à taxa de crescimento demográfico do Brasil. Mesmo os estados considerados fronteira agrícola apresentam taxas expressivas de crescimento de população urbana (sobressaindo Rondônia e Roraima com valores de 14,6 e 10,7, respectivamente), mostrando que mesmo na ocupação agrícola do território brasileiro tem prevalecido padrões claros de urbanização acelerada.

A análise do processo de urbanização brasileiro foi feito até o momento de um ponto de vista global, sem se fazer referência aos padrões assumidos por essa urbanização, principalmente no que tange ao tamanho das cidades.

Os dados dispostos nas tabelas 2.12 e 2.13 permitem uma análise desse aspecto. Enquanto na tabela 2.12 são apresentadas as distribuições de cidades segundo tamanho para 1960, 1970 e 1980, na tabela 2.13 esses dados são elaborados levando-se em conta o total de população compreendida em cada cate

TABELA 2.11  
DADOS SOBRE URBANIZAÇÃO POR ESTADO

Estados	Taxa de Urbanização (%)			Taxa Crescimento População Urbana	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
1 Acre	21,2	27,5	44,0	5,9	8,3
2 Alagoas	33,5	39,8	49,2	4,1	4,5
3 Amapá	51,4	54,6	58,8	5,9	5,2
4 Amazonas	33,1	42,5	59,9	5,5	7,7
5 Bahia	34,6	41,2	49,2	4,2	4,2
6 Ceará	33,5	40,8	53,2	4,9	4,7
7 Distrito Federal	63,2	96,0	96,8	19,3	8,2
8 Espírito Santo	31,6	45,1	63,8	6,9	6,0
9 Goiás	30,3	42,1	62,2	7,9	6,9
10 Maranhão	17,9	25,1	31,4	5,4	5,3
11 Mato Grosso	38,9	42,8	62,7	7,0	8,7
12 Minas Gerais	40,0	52,8	67,1	4,6	4,0
13 Pará	40,6	47,2	48,9	5,1	5,0
14 Paraíba	34,9	42,1	52,3	3,7	3,7
15 Paraná	30,7	36,1	58,6	6,7	6,0
16 Pernambuco	44,8	54,5	61,6	4,4	3,0
17 Piauí	23,4	31,9	42,0	6,3	5,3
18 Rio de Janeiro	79,0	87,9	89,2	4,2	2,5
19 Rio Grande do Norte	37,5	47,6	58,8	5,6	4,2
20 Rio Grande do Sul	44,8	53,3	67,6	3,9	4,0
21 Rondônia	43,6	53,6	47,3	6,9	14,6
22 Roraima	43,2	42,8	60,2	3,4	10,7
23 Santa Catarina	32,3	42,9	59,4	6,1	5,6
24 São Paulo	62,7	80,3	88,6	5,9	4,5
25 Sergipe	38,7	46,1	54,0	3,6	4,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE

TABELA 2.12

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES POR TAMANHO 1960-1970-1980

Tamanho (Hab.)	1960	1970	1980
0 - 2000	4737	5379	4861
2000 - 10000	1394	1744	2179
10000 - 20000	154	276	433
20000 - 50000	} 129	173	306
50000 - 100000		49	78
100000 - 500000		39	56
500000 - 1000000		-	3
Regiões Metropolitanas		10	10
TOTAL	6414	7670	7926

FONTE: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: No item "Regiões Metropolitanas", indica-se as 10 regiões habitualmente compreendidas neste conjunto (isto é, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e São Paulo), apesar delas pertencerem, a rigor, a outras faixas, para alguns anos censitários. Os dados referentes a 1960 não permitem o mesmo detalhamento efetuado para 1970 e 1980.



TABELA 2.13

BRASIL - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CIDADES SEGUNDO O TAMANHO

Tamanho (Hab.)	Importância Relativa (%)		
	1960	1970	1980
0 - 2000	10,3	5,5	4,0
2000 - 10000	17,1	14,4	10,8
10000 - 20000	6,8	7,4	8,4
20000 - 50000	} 65,8	11,6	12,0
50000 - 100000		7,1	7,3
100000 - 500000		15,2	20,8
500000 - 1000000		-	2,4
10 Regiões Metropolitanas		38,8	34,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS - Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: Salvo no caso das Regiões Metropolitanas em 1970 e 1980, os valores foram estimados mediante o produto do número de cidades de cada faixa por um valor médio correspondente a cada faixa; este valor médio foi obtido com base na amostra para cada faixa dos estados mais representativos, que incluem 2/3 do número de cidades. As eventuais diferenças com o total de população urbana foram anuladas ajustando os valores da faixa superior (por ser a que está mais sujeita a erros). Para 1960, o valor da faixa de mais de 20.000 habitantes foi estimado por diferença com o total de população urbana.

goria, obtendo-se assim um indicador de sua importância relativa, representada por um percentual sobre o total de população urbana.

Esses dados podem sugerir, à primeira vista, que tenha havido um crescimento mais rapidamente do que os menores. Deve-se levar em conta, no entanto, que a própria expansão dos centros, ao longo do período de 20 anos, leva-os a mudar sua posição dentro da classificação.

Um simples exercício que contemple este aspecto, será suficiente para obter uma média mais correta sobre o assunto. Se se consideram apenas duas faixas em 1960 (de 0 até 20.000, e de 20.000 e mais habitantes), e se esses limites de faixa são corrigidos pela taxa de crescimento da população urbana global (154,5% entre 1960 e 1980 segundo os dados da tabela 2.10), percebe-se que se as cidades compreendidas em cada uma destas faixas recalculadas cresceram em conjunto às mesmas taxas, elas deverão encontrar-se atualmente nas faixas de 0 até 50.000 e mais de 50.000 habitantes, respectivamente. Isto é, se nestas faixas são encontradas proporções de população urbana semelhantes às obtidas em 1960, pode-se então dizer que as cidades compreendidas nas duas faixas definidas para 1960 cresceram em seu conjunto à mesma taxa.

Pelos dados da tabela 2.13 pode-se observar que em 1960, 65,8% da população urbana morava em cidades com mais de 20.000 habitantes, e em 1980, a proporção da população urbana em centros com mais de 50.000 habitantes (valor próximo do novo limite reajustado) era de 64,8%. Uma diferença de apenas um ponto, indica que, grosso modo, o crescimento dos dois conjuntos de centros urbanos deve ter sido da mesma ordem.

Essas observações podem ser corroboradas pela análise dos coeficientes de concentração de Gini, calculados para número de cidades e sua respectiva população total segundo as classes de tamanho considerados anteriores e que são apresentados na tabela 2.14. Tais dados não mostram mudanças significativas de peso, ainda que indiquem uma leve tendência à concentração, confirmando assim as considerações sobre o padrão relativamente equilibrado do crescimento urbano no Brasil.

TABELA 2.14  
BRASIL: ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA

Índice	1960	1970	1980
4 Observações	0,800	0,841	0,833
8 Observações	-	0,858	0,863

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: São apresentados os índices para 4 observações, conforme os quadros anteriores, a fim de possibilitar a incorporação do ano de 1960; mas é claro que os índices para 8 observações são mais exatos.

Embora os dados não permitem uma avaliação mais aprimorada do problema, a análise efetuada deve ser qualificada devidamente, por duas razões:

- Em primeiro lugar, não se deve supor que ela seja válida para todos os estados de forma indistinta. Por essa razão, serão desenvolvidas a seguir análises específicas dos estados do Norte e Centro-Oeste;

- Em segundo lugar, o crescimento experimentado pelas 10 regiões metropolitanas foi, em 1970/80, inferior ao crescimento global da população urbana, razão pela qual o comportamento dos demais centros maiores de 50.000 habitantes em 1980, deve ter sido mais dinâmico.

De qualquer forma, é importante levar em conta o padrão de crescimento que foi grosseiramente identificado, na medida em que se revela contrário ao que normalmente seria esperado e que diz respeito à decadência dos centros urbanos menores. Outro elemento importante é a relativa estagnação das 10 regiões metropolitanas, que perdem participação na população urbana entre 1970 e 1980. Este aspecto poderia, talvez, deixar transparecer que tais regiões, no seu conjunto, estariam perdendo dinamismo, em favor de centros urbanos menores (ainda que, é claro, se deva levar em conta os comportamentos diferenciados de cada uma delas).

Um outro aspecto que convém assinalar pela sua relevância, é a diminuição no número de centros de até 2.000 habitantes entre 1970 e 1980. Este poderia ser um indício de que a criação de cidades pequenas é um fenômeno em vias de esgotamento no Brasil, sendo que o recente desenvolvimento urbano se verifica primordialmente em centros já criados, cujo crescimento foi avaliado anteriormente. É claro que este aspecto está intimamente ligado ao decréscimo de importância relativa das áreas de fronteira, fenômeno esse perceptível apenas a partir dos anos 70.

Como foi assinalado, os resultados globais analisados não podem ser considerados válidos ao nível de estados. Como uma forma de dar alguma indicação quanto a este aspecto, se-

rão feitas considerações referentes aos estados das regiões Norte e Centro-Oeste (excluindo os territórios federais, de reduzida importância), estados esses que constituíram, em diversos anos do período estudado, a fronteira agrícola do país. Neste sentido, o comportamento dos estados restantes será ilustrado "por diferença". As tabelas 2.15 e 2.16 indicam o comportamento desses dois agrupamentos.

Algumas observações interessantes podem ser extraídas desses dados. Inicialmente, observa-se que os estados componentes do grupo da fronteira agrícola apresentam uma distribuição populacional menos concentrada, sobressaindo-se as cidades de até 20.000 habitantes que compreendem uma proporção expressiva da população. Esta observação, no entanto, não pode ser tomada em termos absolutos uma vez que é preciso ter em mente que a rede urbana que predomina nestes estados não está totalmente desenvolvida, podendo acontecer que com o decorrer do tempo o padrão dominante no resto do país venha a prevalecer para essa região.

Adicionalmente, constata-se que o número de centros de até 10.000 habitantes da fronteira agrícola diminui sensivelmente entre os anos 1970 e 1980, sugerindo que o esgotamento da criação de novos centros, fenômeno já referido anteriormente para o Brasil como um todo, se manifesta também neste subconjunto de estados.

Em termos do coeficiente de Gini, que mede a concentração da população urbana, a tabela 2.17 indica que os valores dos dois agrupamentos têm mudado, no período 1960-1980, no mesmo sentido, isto é, no do aumento da concentração. No entanto, se os valores absolutos são mais reduzidos no caso dos estados pertencentes à fronteira agrícola, em compensação, eles sugerem um movimento de concentração bem mais intenso do que nos estados componentes do resto do país. Estes últimos, por sua vez, evidenciam estagnação (ou uma ligeira diminuição) da concentração entre 1970 e 1980. Paradoxalmente, portanto, as áreas onde a expansão agrícola é mais importante, são as que



TABELA 2.15  
FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL:  
DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES POR TAMANHO  
1960-1970-1980

Tamanho (Hab.)	Fronteira Agrícola <sup>(*)</sup>			Resto do Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0- 2000	592	663	571	4145	4716	4290
2000- 10000	166	474	361	1228	1270	1818
10000- 20000	16	40	76	138	236	357
20000- 50000	13	4	42	160	264	392
50000- 100000						
100000- 500000	10	4	6	119	35	50
500000- 1000000	-	-	2	-	-	1
Regiões Metro- litanas	1	1	1	9	9	9
TOTAL	784	1199	1069	5630	6471	6857

FONTE: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

(\*) A fronteira agrícola neste caso foi definida como constituída pelas Regiões Norte e Centro-Oeste do país, abrangendo os estados de Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso (inclusive Mato Grosso do Sul), Pará e Rondônia.

TABELA 2.16  
FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL:  
IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CIDADES SEGUNDO O TAMANHO (%)

Tamanho (Hab.)	Fronteira Agrícola			Resto do Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0- 2000	18,0	11,4	5,2	9,6	5,0	3,9
2000- 10000	30,0	23,6	19,8	16,1	13,6	9,6
10000- 20000	9,2	13,0	12,5	6,6	6,9	8,0
20000- 50000	} 42,8	11,5	15,2	} 67,7	11,6	11,7
50000- 100000		5,5	8,9		7,2	7,1
100000- 500000		22,3	12,6		14,6	21,7
500000-1000000		-	15,4		-	0,9
Regiões Metro- politanas		12,7	10,4		41,1	37,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

TABELA 2.17  
FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL:  
ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA

	Fronteira Agrícola			Resto do Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Com 4 observações	0,683	0,698	0,747	0,810	0,854	0,842
Com 8 observações	-	0,701	0,767	-	0,873	0,874

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: São apresentados os índices para 4 observações a fim de possibilitar a incorporação do ano de 1960; mas é claro que os índices para 8 observações são mais exatos.

evidenciam maior crescimento de seus centros maiores, em detrimento dos menores. Esse fenômeno mostra que mesmo após o deslocamento da fronteira agrícola, os centros urbanos deixados atrás dela continuam crescendo. Sem a presença de um processo de industrialização significativo, esse crescimento poderá significar um "inchamento" das cidades dessas regiões, o que sem dúvida se constitui em um problema a ser analisado com maiores detalhes a uma escala mais localizada.

Finalmente, é preciso lembrar uma vez mais que o comportamento individual dos estados (e de suas microrregiões) pode ser diferente daquele indicado pelos agregados demográficos aqui empregados.

Considerações a respeito do processo de urbanização fazem sobressair alguns aspectos significativos da população rural. São relevantes nesse contexto os dados de densidade rural, na medida em que refletem, numa primeira aproximação, o nível de ocupação e uso do solo agrícola. Na tabela 2.18 esses dados são apresentados para os três anos censitários<sup>(1)</sup>, juntamente com as taxas de crescimento da população rural.

Como pode ser observado, esses dados refletem, novamente, grandes disparidades no comportamento dos diferentes estados, podendo-se constatar, em linhas gerais, as características a seguir.

A população rural brasileira, globalmente considerada, apresenta-se praticamente estacionária durante o decorrer das duas últimas décadas. Quanto analisada a nível de estados observa-se algumas características peculiares e que denotam as peculiaridades das regiões envolvidas. Quase todos os estados do Nordeste (a exceção de Paraíba, Pernambuco e Sergipe)

---

(1) No caso do Distrito Federal, constata-se uma importante diminuição da densidade rural em 1970, que depois volta a aumentar em 1980. É provável que estas oscilações reflitam mudanças nos critérios de delimitação de áreas rurais. Dada a reduzida importância absoluta da população rural, tais mudanças eventuais não afetam determinadamente a análise.

TABELA 2.18

ESTADOS: DENSIDADE RURAL E TAXA DE  
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL

Estados	Densidade Rural			Taxa de Crescimento População Rural	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
1 Acre	0,8	1,0	1,1	2,3	0,7
2 Alagoas	30,1	34,5	36,4	1,4	0,5
3 Amapá	0,2	0,4	0,5	4,5	3,4
4 Amazonas	0,3	0,4	0,4	1,4	0,4
5 Bahia	6,9	7,9	8,6	1,3	0,9
6 Ceará	14,9	17,6	16,9	1,7	-0,4
7 Distrito Federal	8,9	3,7	6,6	-8,4	5,9
8 Espírito Santo	17,5	19,2	16,0	0,9	-1,8
9 Goiás	2,1	2,7	2,3	2,4	-1,5
10 Maranhão	6,3	6,9	8,5	1,0	2,0
11 Mato Grosso	0,4	0,7	0,8	5,3	0,2
12 Minas Gerais	10,0	9,3	7,6	-0,7	-2,1
13 Pará	0,7	0,9	1,4	2,3	4,3
14 Paraíba	23,0	24,5	23,4	0,6	-0,4
15 Paraná	14,8	22,2	15,9	4,1	-3,3
16 Pernambuco	22,9	23,9	24,0	0,4	0,1
17 Piauí	3,8	4,6	4,9	1,8	0,8
18 Rio de Janeiro	32,3	25,1	28,3	-2,5	1,2
19 Rio Grande do Norte	13,5	15,3	14,8	1,3	-0,4
20 Rio Grande do Sul	11,1	11,6	9,4	0,4	-2,1
21 Rondônia	0,2	0,2	1,1	2,7	17,5
22 Roraima	0,1	0,1	0,1	3,6	3,1
23 Santa Catarina	15,1	17,3	15,5	1,4	-1,1
24 São Paulo	19,3	14,1	11,5	-3,1	-2,0
25 Sergipe	20,9	22,1	23,8	0,5	0,7
BRASIL				0,7	-0,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

apresentam na década 1960/70 taxas de crescimento rural superiores à média nacional. Já na década seguinte, exceção feita ao Maranhão e Sergipe, essa tendência se reverte. Em parte o crescimento ligeiramente positivo dos estados dessa região pode ser creditado às taxas de crescimento vegetativo que aí devem ser mais elevadas do que no restante do país. Todavia, não se pode deixar de lado que certas características culturais dessa região evidenciam uma capacidade de retenção de parte desse crescimento. No Sudeste e Sul<sup>(1)</sup>, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não evidenciam mudanças significativas, enquanto Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina indicam claramente uma reversão.

Os estados de ocupação mais recente do Centro-Oeste e Norte, mostram, no geral, taxas positivas, com a exceção de Goiás. Apesar de manter um crescimento neste segundo decênio, pode-se dizer que existem sinais de reversão no caso do Mato Grosso, onde a taxa anual de expansão rural cai de 5,3% para 0,2%. São os estados do Norte, em grau não uniforme, mostram taxas elevadas de crescimento rural nas duas décadas sob análise. Isto é especialmente válido para Amapá, Rondônia (áreas, aliás, de reduzido volume demográfico).

Os casos como os de Goiás e Paraná que após apresentarem taxas expressivas de crescimento da população rural em 1960/70 perdem população na década seguinte, são ímpares e denotam as características de esgotamento da fronteira agrícolas e mudanças no produto cultivado.

Finalmente, é importante assinalar que existe uma relação mais ou menos clara entre densidade rural e localização do estado correspondente, no sentido de que à medida que se afasta do litoral Atlântico, as densidades urbanas tendem claramente a decrescer. Isto vale também para aqueles estados

---

(1) O caso do Rio de Janeiro deve ser considerado com ressalvas, posto que a brusca reversão observada na taxa de crescimento rural para 1970/80, provavelmente é atribuível a mudanças nos critérios censitários.

que, mesmo integrando esse litoral, compreendem vastas extensões mediterrâneas. O contraste entre Bahia, Maranhão e Piauí, de um lado, e Alagoas, Pernambuco e Sergipe de outro é, neste sentido, evidente. Os Mapas 2.1, 2.2 e 2.3, que mostram as densidades rurais por estados para 1960, 1970 e 1980, ilustram este aspecto.

## 2.5. Avaliação Conjunta dos Aspectos Analisados Anteriormente

Nesta seção será desenvolvida uma avaliação dos elementos apresentados anteriormente, com a finalidade de se estabelecer alguns cruzamentos referentes, basicamente à relação existente entre movimentos migratórios e processo de urbanização.

Para esse fim, inicialmente, estimou-se o fluxo de migrantes de origem rural e com destino às áreas urbanas, mediante um procedimento simples e que tem por base aquele empregado na avaliação das migrações inter-estaduais (conforme Apêndice 2)<sup>(1)</sup>. Os resultados obtidos mostram que o volume da migração rural-urbana pode ser estimada em 8.611 em 1960/70 e 12.052 em 1970/80.

Comparando esses valores com os correspondentes aos totais de movimentos migratórios inter-estaduais constata-se que, nos dois períodos, os valores dos movimentos migratórios inter-estaduais equivalem a cerca de 2/3 dos fluxos rurais-urbanos estimados (ver tabela 2.19).

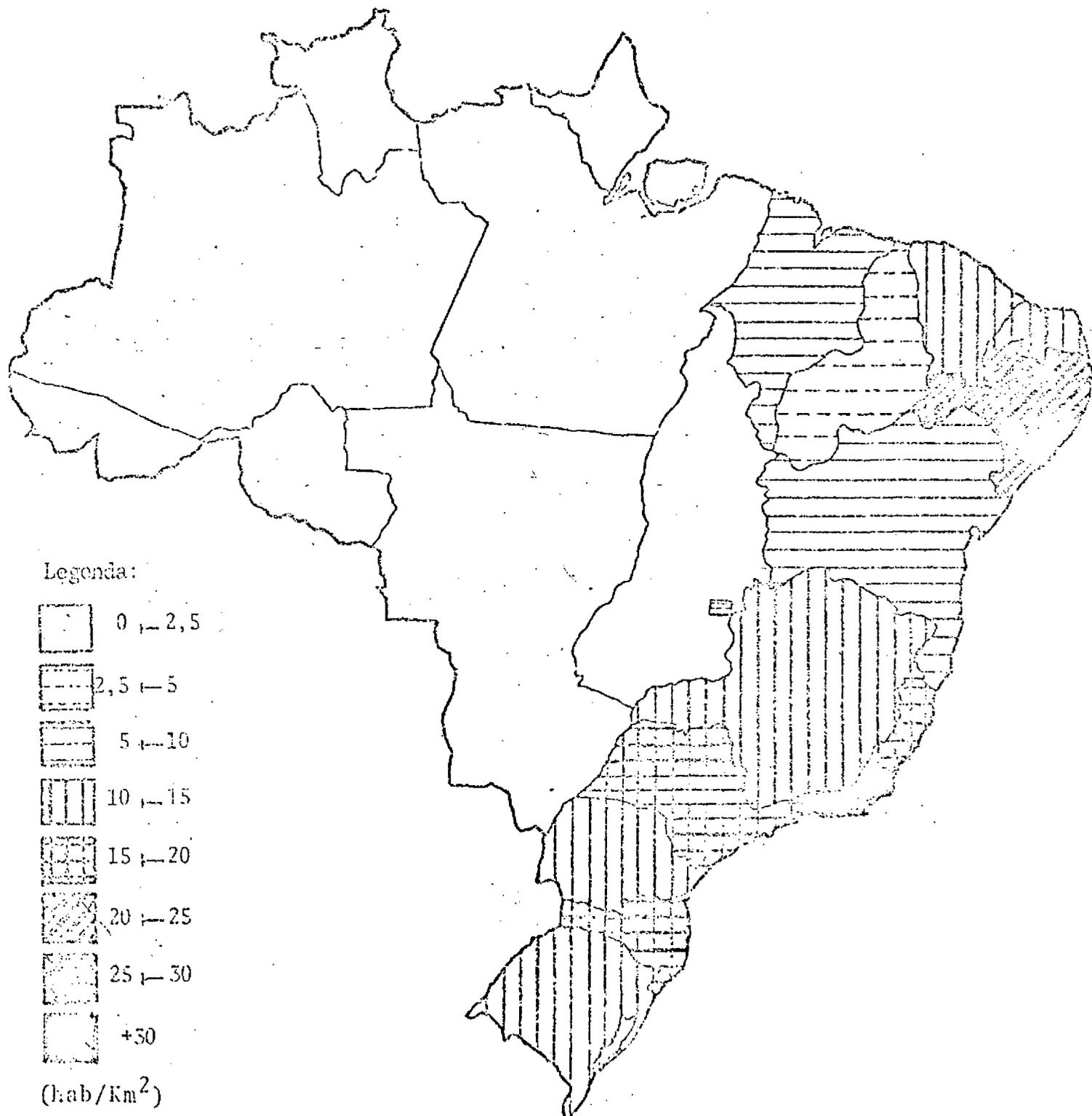
---

(1) Em resumo, trata-se do seguinte procedimento: supõe-se que o fluxo migratório rural-urbano  $M$  se verifica na metade do período inter-censitário, sendo que a taxa vegetativa de crescimento é uniforme para  $M$ , para a população rural  $R$  e para a população urbana; é claro que será equivalente à taxa vegetativa do Brasil. Pode-se neste caso estimar o volume de migrante a partir da seguinte fórmula para um período de 10 anos.

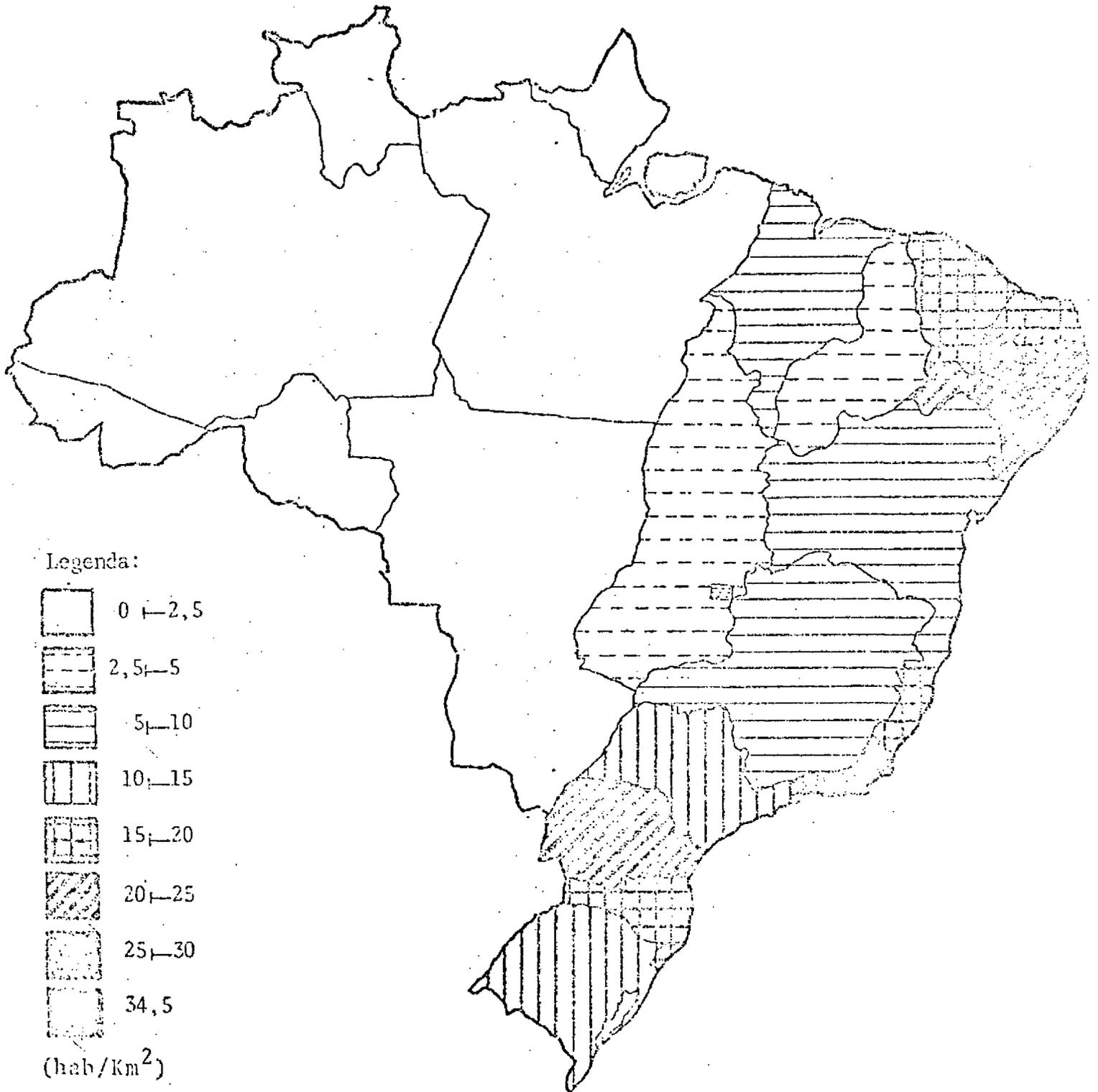
$$\left(\frac{R_{10} + M(1+v)^5}{R_1}\right)^{1/10} = 1+v. \text{ Conhecendo } R_{10}, R_1 \text{ e } v \text{ é possível}$$

facilmente calcular  $M$ .

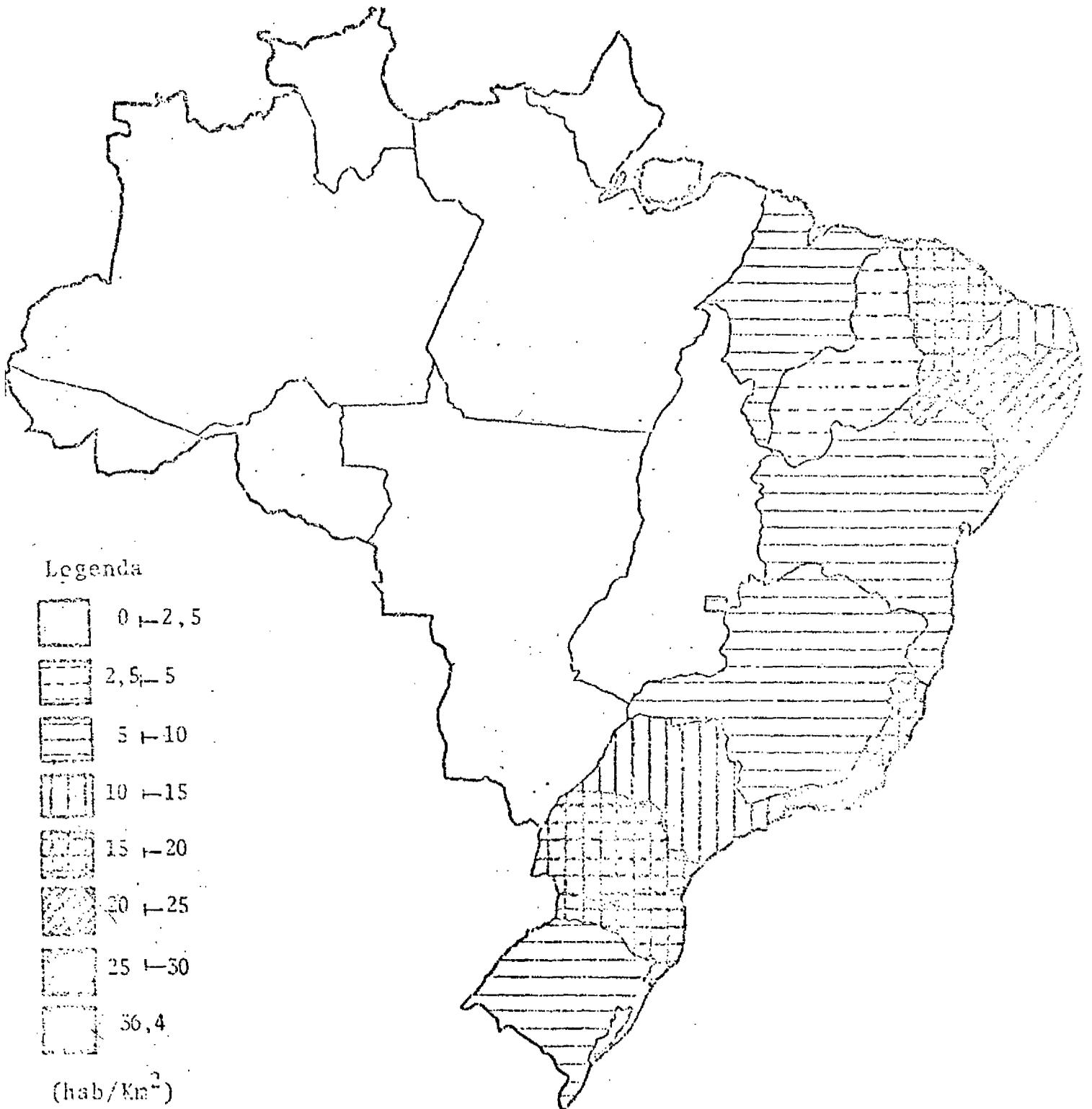
MAPA 2.1  
DENSIDADE RURAL - 1960



MAPA 2.2  
DENSIDADE RURAL - 1970



MAPA 2.3  
DENSIDADE RURAL - 1980



Esses resultados são difíceis de serem interpretados principalmente pelo fato de as informações disponíveis não permitirem chegar-se à montagem de um quadro completo compreendendo os fluxos rurais-urbanos e urbanos-urbanos segundo se trate de fluxos inter ou intra-estaduais. No entanto os dados da tabela 2.19 indicam claramente que uma parte importante dos fluxos migratórios rurais-urbanos desenvolveu-se no interior dos estados; no mínimo, na proporção de 1/3, se se admite como hipótese extrema, que todos os fluxos inter-estaduais tenham sido rurais-urbanos.

TABELA 2.19

BRASIL: FLUXOS RURAL-URBANOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS  
INTER-ESTADUAIS 1960-1970-1980

(Mil habitantes.)

	1960-1970	1970-1980
Fluxos rurais-urbanos (1)	8.611	12.052
Movimentos migratórios inter-estaduais (2)	5.371	7.579
(2)/(1)	0,624	0,629

Para o período 1970-1980, dispõe-se de informações referentes a movimentos migratórios intra-estaduais. Na tabela 2.20 apresenta-se esse dado agregado para o Brasil, comparando-o com os indicadores constado da tabela 2.19.



TABELA 2.20

BRASIL: FLUXOS RURAL-URBANOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER  
E INTRA ESTADUAIS 1970-1980

	(Mil habitantes)
	1970-1980
Fluxos rural-urbanos (1)	12.052
Movimentos migrat6rios intra-estaduais (2)	16.353
Movimentos migrat6rios inter-estaduais (3)	7.579
$\frac{(2) + (3)}{(1)}$	1,98

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demogr6fico do Brasil de 1980-FIBGE. Tabula76es Avan7adas do Censo Demogr6fico de 1980-FIBGE.

Percebe-se neste caso que cerca de metade do movimento de popula76o verificado no per6odo foi efetuado por pessoas que se deslocaram entre zonas rurais diferentes (em outros estados ou n6o) ou entre cidades diferentes, significando que esse movimento n6o implicou em mudan7a na situa76o anterior dos migrantes. Levando-se em conta a intensa urbaniza76o verificada na d6cada, conforme assinalado anteriormente, 6 poss6vel imaginar que o maior volume dessa migra76o tenha se dado entre cidades em um processo de acomoda76o da popula76o no processo de deslocamento, por est6gios, entre o meio rural e as cidades maiores. Note-se, finalmente, que a maior parte da migra76o foi intra-estadual (mais de 2/3), sendo igualmente prov6vel que ela tenha-se dado basicamente entre centros urbanos.

A fim de se ter uma vis6o global do comportamento dos diversos estados brasileiros pode-se organizar os dados apresentados at6 aqui, relacionando os estados segundo o comportamento de sua popula76o rural (crescimento superior ou infe

rior à média do Brasil) e do sinal do seu saldo migratório (conforme quadros 2.3 e 2.4, para 1960/70 e 1970/80, respectivamente).

Nesses quadros é possível identificar 4 casos:

I) Crescimento rural baixo e saldo migratório positivo: enquadram-se aqui os estados onde a atração dos movimentos migratórios é devida ao crescimento das atividades não primárias, caracterizando o caso dos estados onde o processo de industrialização tem importância decisiva;

II) Crescimento rural alto e saldo migratório positivo: este caso pode ser identificado com o dos estados pertencentes à fronteira agrícola em expansão;

III) Crescimento rural baixo e saldo migratório negativo: poder-se-ia associar facilmente este caso ao dos estados cujo desenvolvimento agrícola encontra-se em franca reversão, não sendo possível a absorção da população em atividades não agrícolas no próprio estado;

IV) Crescimento rural alto e saldo migratório negativo: este caso é atípico, porque indicaria uma certa propensão do setor primário a reter população, não acontecendo o mesmo com as atividades secundárias e terciárias.

QUADRO 2.3

ESTADOS: CRESCIMENTO RURAL E SALDOS MIGRATÓRIOS:  
1960/1970

		Crescimento Rural		
		Inferior ao do Brasil	Superior ou Igual ao do Brasil	
Saldos Migratórios	Positivos	Rio de Janeiro São Paulo  (I)	Amapá Goiás Maranhão(*) Mato Grosso Pará	Paraná Rondônia Roraima  (II)
	Negativos	Minas Gerais Pernambuco Rio Grande do Sul  (III)	Acre Alagoas Amazonas Bahia Ceará Esp. Santo (IV)	Paraíba Piauí Rio G. do Norte Sta. Catarina Sergipe

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960 e 1970 - FIBGE.

NOTA: O Distrito Federal não foi incluído por possuir uma população rural irrelevante.

(\*) Saldo praticamente nulo.

QUADRO 2.4

ESTADOS: CRESCIMENTO RURAL E SALDOS MIGRATÓRIOS - 1970-1980

		Crescimento Rural	
		Inferior ao do Brasil	Superior ou igual ao do Brasil
Saldos Migratórios	Positivos	São Paulo (I)	Acre+Amapá+Rondônia+Roraima Amazonas Mato Grosso Pará Rio de Janeiro(*) (II)
	Negativos	Espírito Santo Goiás Minas Gerais Paraná Rio G. do Sul Santa Catarina (III)	Alagoas Bahia Ceará(**) Maranhão Paraíba(**) Pernambuco Piauí Rio G. do Norte (**) Sergipe (IV)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1970 e 1980 - FIBGE.

NOTAS: (\*) No referente ao comportamento deste estado, ver observação em nota (1), pág. 44 .

(\*\*) As taxas de crescimento da população rural destes estados foram negativas no período, ainda que superiores às taxas do Brasil.

Da análise desses quadros pode-se dizer que os agrupamentos I, II e III apresentam um panorama previsível, que caracteriza corretamente o comportamento dos estados incluídos. Já o agrupamento IV, que foi definido anteriormente como "atípico" inclui praticamente todos os estados nordestinos nos dois períodos (além de Santa Catarina e Espírito Santo para o período 1960/70), estados estes caracterizados por elevados índices de emigração, conforme visto anteriormente nas tabelas 2.8 e 2.9.

Com base nestas constatações pode-se sugerir a seguinte hipótese sobre a origem regional da migração rural-urbana: se no conjunto dos estados emissores, os do Nordeste apresentam algum grau de absorção de população rural e nos demais estados emissores a população rural sofre reduções pronunciadas, é provável que entre os emigrantes destes últimos preponderam os originários das áreas rurais, enquanto que nos estados pertencentes ao agrupamento IV, uma parte não desprezível dos emigrantes pode ser originária das áreas urbanas. Esta é apenas uma hipótese, cuja validade deveria ser testada adequadamente.



APENDICE 2.1  
ESTADOS: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL  
1960-1970-1980

Estados	1960			1970			1980			Área
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
1 Acre	158.052	53.534	124.518	215.299	59.307	155.992	299.894	151.974	167.920	152.589
2 Alagoas	1.256.159	421.148	835.011	1.588.109	631.739	956.370	1.989.703	979.524	1.010.179	27.731
3 Amápa	68.520	35.241	33.279	114.359	62.451	51.908	175.971	103.461	72.510	159.063
4 Amazonas	714.774	236.654	478.120	955.235	405.831	549.404	1.427.784	855.679	572.105	1.558.987
5 Bahia	5.918.872	2.049.124	3.869.748	7.493.470	3.085.483	4.407.987	9.472.523	4.663.950	4.808.573	559.951
6 Ceará	3.289.595	1.103.436	2.186.159	4.361.603	1.780.093	2.581.510	5.297.750	2.817.397	2.480.553	146.817
7 Distrito Federal	139.796	88.295	51.501	537.492	516.082	21.410	1.175.915	1.135.823	38.092	5.771
8 Espírito Santo	1.169.553	370.075	799.478	1.599.333	721.916	877.417	2.019.877	1.289.356	730.521	45.597
9 Goiás	1.917.460	580.518	1.336.942	2.936.677	1.237.108	1.701.569	3.864.629	2.402.414	1.462.215	642.036
10 Maranhão	2.477.371	442.995	2.034.376	2.992.686	752.027	2.240.659	4.000.083	1.256.683	2.743.400	324.616
11 Mato Grosso	892.233	346.922	545.311	1.597.090	684.189	912.901	2.506.063	1.570.955	935.108	1.251.549
12 Minas Gerais	9.698.118	3.880.388	5.817.730	11.487.415	6.060.300	5.427.115	13.389.605	8.984.948	4.404.657	582.586
13 Pará	1.538.193	623.816	914.377	2.167.018	1.021.966	1.145.052	3.410.088	1.668.132	1.741.956	1.227.530
14 Paraíba	1.991.145	695.232	1.295.913	2.382.617	1.002.156	1.380.461	2.769.521	1.448.001	1.321.520	56.372
15 Paraná	4.263.721	1.310.909	2.952.752	6.929.868	2.504.378	4.425.490	7.629.405	4.471.949	3.157.456	199.060
16 Pernambuco	4.080.601	1.828.426	2.252.175	5.160.640	2.810.843	2.349.797	6.147.080	3.784.751	2.362.329	98.281
17 Piauí	1.249.200	292.422	956.778	1.680.573	536.612	1.143.961	2.138.790	998.158	1.240.632	250.934
18 Rio de Janeiro	6.649.646	5.252.631	1.397.015	8.994.802	7.906.146	1.088.656	11.300.665	10.076.259	1.224.406	43.305
19 Rio Grande do Norte	1.140.623	427.543	713.280	1.550.244	737.368	812.876	1.901.745	1.117.953	783.792	53.015
20 Rio Grande do Sul	5.388.659	2.412.279	2.976.380	6.664.891	3.553.006	3.111.885	7.778.162	5.254.469	2.523.693	267.523
21 Rondônia	70.232	30.626	39.606	111.064	59.564	51.500	491.651	252.769	238.882	243.044
22 Roraima	28.871	12.460	16.411	40.885	17.481	23.404	80.148	48.240	31.908	250.140
23 Santa Catarina	2.129.252	688.358	1.440.894	2.901.734	1.246.043	1.655.691	3.631.368	2.155.510	1.475.858	95.483
24 São Paulo	12.823.806	8.044.377	4.779.429	17.771.948	14.276.239	3.495.709	25.036.171	22.190.947	2.845.224	247.320
25 Sergipe	751.778	291.109	460.669	900.744	415.415	485.329	1.136.951	614.088	522.863	21.596

FONTE: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

APÊNDICE 2.2

PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA O CÁLCULO DAS TAXAS VEGETATIVAS DE CRESCIMENTO E DAS CONTRIBUIÇÕES DAS MIGRAÇÕES AO CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS ESTADOS

O ponto de partida foi a denominada "equação compensadora":

$$P_1 = P_0 + E_{01} - S_{01} + N_{01} - O_{01} \quad (1)$$

onde

$P_0, P_1$  = população total de um estado nas datas censitárias 0 e 1, por uma área;

$E_{01}$  = entradas de migrantes idem;

$S_{01}$  = saídas de migrantes idem;

$N_{01}$  = nascimentos verificados idem;

$O_{01}$  = óbitos verificados idem.

É interessante salientar alguns aspectos, a respeito da fórmula (2) acima, tendo em vista a discussão posterior.

i) Os nascimentos registrados no período inter-censitário ( $N_{01}$ ) são atribuíveis (1) à população pré-existente na área ( $P_0$ ); (2) à população que nela ingressou ( $E_0$ ); e (3) a descendentes dos dois grupos (isto é, nascimento de filhos de membros de  $P_0$  ou  $E_0$ ). O mesmo vale para os óbitos ( $O_{01}$ ).

ii) As saídas de populações verificadas ( $S_{01}$ ) podem corresponder tanto à população pré-existente ( $P_0$ ), à população nascida no período ( $N_{01}$ ) ou à população entrada ( $E_{01}$ ).

Portanto, para efeito de maior precisão seria preciso re-escrever a equação compensadora (1), de forma a refletir estas matrizes. Esse caminho não é seguido, posto que não se dispõe de informações suficientes para preencher todas as exi

gências desta formulação. Parece mais viável partir para uma simplificação mais de acordo com a disponibilidade de dados.

Nesse caso, a equação compensadora pode ser apresentada da forma seguinte, em termos de acréscimos:

$$\text{Crescimento Total} = \text{Crescimento Vegetativo de População Nativa} + \text{Imigrantes} - \text{Emigrantes} + \text{Crescimento Vegetativo da População Imigrante} \quad (2)$$

Esta equação, como já foi assinalado, não é diretamente utilizável, posto que só se dispõe de informações referentes a:

- 1) crescimento total;
- 2) imigrantes até fim do período, e
- 3) emigrantes até o fim do período.

Isto é, não se dispõe de informações referentes aos crescimentos vegetativos. Neste ponto, só se pode avançar mediante hipóteses adicionais, que supram estas ausências. Tais hipóteses seriam as seguintes:

- 1) Os movimentos de imigração e emigração reduzem-se a um único movimento, no sentido apresentado pelo saldo dos movimentos efetivamente acontecidos<sup>(1)</sup>; supõe-se, além disso que estes movimentos são adequadamente representados pelas informações censitárias referente ao domicílio atual e anterior dos migrantes, no momento de efetuar o censo (ou seja, não serão considerados os casos de dois ou mais movimentos migratórios realizados, no período intercensitário, por um indivíduo e/ou família).

---

(1) Isto é, se se tem uma emigração de 100.000 pessoas, e uma imigração de 80.000, supõe-se que há um único movimento migratório de 20.000 pessoas.

2) Assume-se que este movimento-saldo efetua-se num ano determinado do período intercensitário. O interessante deste pressuposto é que ele simplifica enormemente o cálculo das taxas vegetativas. Quanto a data a ser fixada, quanto mais próxima ela esteja do início do período intercensitário, maior será a contribuição dos imigrantes ao crescimento demográfico. Em razão disso, maior será o efeito do seu crescimento vegetativo; a mesma observação vale para o caso de saldos migratórios negativos. Obviamente, escolheu-se como momento o que divide o período intercensitário em duas partes iguais, como a melhor aproximação<sup>(1)</sup>.

3) Finalmente, supõe-se que as taxas de crescimento vegetativo serão constantes ao longo do período intercensitário.

Na realidade, fez-se necessário um pressuposto adicional que será explicitado mais adiante, quando sua necessidade fique em evidência.

De acordo com estes pressupostos, o crescimento da primeira metade do período será igual ao crescimento vegetativo. Assumindo que o período intercensitário é de 10 anos (como acontece com o caso examinado neste trabalho), a população no ano 5 será dada pela expressão seguinte:

$$P_5 = P_1 (1 + v)^5 \quad (3)$$

onde

$P_1, P_5$  = população nos anos 1 e 5;

$v$  = taxa de crescimento vegetativo (e ser determinada)

---

(1) Uma outra possibilidade seria escolher alternativamente, como casos extremos, o início e o fim do período intercensitário, para depois escolher a média entre os valores indicados. Os resultados obtidos não são substantivamente diferentes dos que resultou do método proposto.

No ano 5 é incorporado o saldo migratório com suas influências no crescimento vegetativo da área. Neste ponto a discussão desdobra-se em duas partes; a primeira refere-se ao caso de saldos migratórios negativos, e a segunda ao caso de saldos positivos.

1) Se os saldos forem negativos, isto significa que a população continuará crescendo à mesma taxa vegetativa, mas sofrendo uma redução equivalente ao saldo. Isto é, o crescimento do ano 5 até o ano 10 será representado pela expressão seguinte:

$$P_{10} - P_5 = (P_5 - SM) (1 + v)^5 - P_5 \quad (4)$$

onde

$SM$  = saldo migratório do período intercensitário (em termos absolutos)

A partir de (3), colocando  $P_5$  em função de  $P_1$ , e obtém-se a expressão do crescimento no total do período intercensitário:

$$P_{10} - P_1 = P_1 (1+v)^{10} - SM (1+v)^5 - P_1 \quad (5)$$

Desta expressão, pode-se extrair facilmente o valor de  $v$ .

2) Se os saldos forem positivos, a população nativa crescerá ao longo do período sempre à mesma taxa, enquanto que a população imigrante crescerá a uma taxa a ser determinada. Formalmente, tem-se:

$$P_{10} - P_1 = (1+v)^{10} + SM (1+m)^5 - P_1 \quad (6)$$

$m$  = taxa vegetativa de crescimento do saldo migratório positivo

Através dessa fórmula, pode-se calcular  $v$  também sem maiores dificuldades.

As expressões (5) e (6) estabelecem os padrões de crescimento para o caso de áreas com saldos negativos e positivos,

respectivamente. Mas se a primeira permite encontrar a taxa de crescimento vegetativo; a segunda não o permite, quanto temos duas variáveis ( $v$  e  $m$ ) e uma só equação. Tem-se aqui várias opções para acrescentar uma relação adicional, sendo algumas delas as seguintes:

- a) considerar que  $m$  é igual à taxa do estado de origem do migrante;
- b) considerar que  $m$  é igual a taxa de crescimento vegetativo do estado de destino do migrante;
- c) considerar que  $m$  é igual a uma média das taxas indicadas em a) e b) e
- d) considerar que  $m$  é igual à taxa vegetativa para o Brasil.

As três primeiras alternativas tentam se basear em diferentes hipóteses em relação ao comportamento do migrante, que sofre influência dos padrões do estado de origem ou destino. Provavelmente, escolher a alternativa intermediária c) seria o mais correto. Entretanto, ela implica um volume de cálculo que a inviabiliza em termos práticos. Portanto, escolher a taxa indicada em d) parece ser a única saída; ela tem validade, na medida em que provavelmente constitui um valor intermediário entre as taxas de crescimento dos estados emissores e as dos estados receptores (sendo provavelmente as primeiras maiores do que as segundas).

Devemos assinalar uma restrição adicional para a análise, que se constitui na inexistência de informações sobre a composição etária dos migrantes; na medida em que ela seja muito diferente da do conjunto da população, os índices de crescimento vegetativo também o serão. Por exemplo, se as populações que emigram são preponderantemente jovens, a taxa vegetativa real será relativamente elevada; no entanto, não existem bases para aventurar hipóteses neste sentido.

Uma vez obtida a taxa de crescimento vegetativo da área, é interessante apresentar alguns indicadores do efeito dos fluxos migratórios no crescimento demográfico. Propõe-se aqui três.

O primeiro consiste em avaliar a contribuição (positiva ou negativa) do saldo migratório sobre o crescimento total da população. Novamente, o cálculo difere se se tem o saldo positivo ou negativo.

- Se  $SM > 0$ , então a contribuição da migração (CONT) será medida por

$$CONT = \left[ \frac{SM (1+m)^5}{(P_{10} - P_1)} \right] \cdot 100 \quad (7)$$

- Se  $SM < 0$ , a contribuição será

$$CONT = \left[ \frac{(SM (1+v)^5 / (P_1 (1+v)^{10} - P_1))}{1} \right] \cdot 100 \quad (8)$$

A formulação deste indicador, deve-se notar, parte da hipótese de que a taxa de crescimento vegetativo independe dos fluxos migratórios; pelo que foi visto, trata-se de uma hipótese forte mas imprescindível, posto que não se dispõe de elementos que permitam um refinamento maior do cálculo.

O sinal deste indicador dependerá tanto daquele verificado pelo saldo migratório como do crescimento total. Dado que este último é sempre positivo no caso do Brasil, o primeiro será o fator decisivo.

O segundo indicador também se baseia na hipótese de que caso não houvesse migração, a população da área crescerá à mesma taxa vegetativa calculada anteriormente. Esta medida, denominada por impacto (IMP) para diferenciá-la da anterior pode ser representada adequadamente pela fórmula seguinte:

$$IMP = (SM/P_0 (1+v)^{10}) \cdot 100$$

O valor deste coeficiente será positivo (negativo) se o saldo migratório for positivo (negativo); ele indicará, o peso relativo do crescimento (decrecimento) induzido pela migração, como um percentual sobre o hipotético crescimento, na ausência de migrações.

Finalmente, o terceiro indicador consiste em subtrair da taxa de crescimento total do estado ( $t$ ) a de crescimento ve



getativo ( $v$ ), obtendo desta forma o crescimento médio anual  
atribuível a migração ( $m$ ). Formalmente:

$$m = t - v$$

Claramente, se  $m$  for positivo (negativo), o saldo migratório será positivo (negativo).



### 3. ASPECTOS INTERPRETATIVOS: CARACTERÍSTICAS INTER-REGIONAIS DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS ESPACIALIZADAS

#### 3.1. Introdução

O objetivo desta parte é o de caracterizar e analisar o processo de trocas entre as diversas regiões brasileiras. Para tal fim, o problema será analisado em dois tempos. Inicialmente serão considerados os aspectos relacionados aos balanços de pagamentos regionais e a sua interrelação mútua. Em segundo lugar, serão sistematizados e analisados os mecanismos de ajustamento presentes em um contexto regional, com vistas a compreender a dinâmica dos relacionamentos em estruturas produtivas diferenciadas no espaço. Em ambos os casos, a fim de evitar a complicada discussão sobre o conceito de região, os dados trabalhados serão apresentados a nível de estados da Federação. Entretanto, no próprio processo de análise serão sistematizados e identificados alguns componentes que permitem a extrapolação da análise para um nível mais agregado que possivelmente estará mais próximo da estrutura inter-regional da economia brasileira.

#### 3.2. Caracterização do Comércio Inter-regional da Economia Brasileira como Base de Análise das Relações de Troca

##### 3.2.1. Introdução

Em termos restritos, pode-se afirmar que o determinante das relações de trocas entre duas estruturas produtivas localizadas será o preço dos seus respectivos produtos fixados no mercado (concorrencial ou oligopolizado) e que refletem, em última análise, as condições de oferta e procura prevalecentes em um dado momento. Em termos mais amplos, a idéia de relação de troca envolve, além do preço dos produtos trocados, o volume do comércio realizado a fim de incluir a idéia de

saldo na balança comercial de forma a caracterizar uma transferência líquida de recursos de uma região para outra<sup>(1)</sup>. Teoricamente essa transferência de recursos significa uma alteração no nível de renda global de cada região considerada.

### 3.2.2. Aspectos Teóricos

Para melhor compreender esse aspecto teórico, considere-se um sistema de  $n$  regiões interdependentes, significando que a renda de cada uma dessas regiões depende não apenas do seu nível interno de produção mas também do saldo da sua balança comercial com os seus parceiros.

A renda líquida de cada uma dessas  $n$  regiões, dentro da dinâmica macroeconômica tradicional, será constituída pelos gastos de consumo, mais o investimento líquido mais as exportações, menos as importações<sup>(2)</sup>. Se se considera adicionalmente os gastos do governo, tem-se:

$$Y_i = C_i + I_i + G_i + X_i - M_i$$

onde  $Y_i$  = renda na região  $i$ ;

$C_i$  = gastos de consumo na região  $i$ ;

$I_i$  = gastos de investimentos na região  $i$ ;

$G_i$  = gastos do governo na região  $i$ ;

$X_i$  = exportações de  $i$  para as demais regiões;

$M_i$  = importações de  $i$  das demais regiões.

---

(1) Genericamente, neste texto, o termo região será utilizado simplesmente com o significado de uma delimitação espacial de uma porção de território.

(2) Richardson, V.W. (1969).

Neste caso, por definição, uma região irá apresentar uma saída líquida de renda quando suas exportações ( $X$ ) forem superiores às suas importações ( $M$ ), ou, em outras palavras, quando as suas vendas às demais regiões excederem à sua receita, assumindo tal região, nesse caso, uma posição credora com relação às demais.

Basicamente, utilizando o mesmo modelo descrito anteriormente, existem duas fontes básicas<sup>(1)</sup> de compensação dessa posição credora da região com relação às demais: a diferença entre poupança e investimento internos e a diferença entre arrecadação de impostos e os gastos locais dos governos. Pode-se então sistematizar tal afirmação pela fórmula seguinte:

$$X_i = M_i = (S_i - I_i) + (T_i - G_i)$$

onde  $S_i$  = poupança na região  $i$ ;

$T_i$  = arrecadação de impostos na região  $i$ ;

$G_i$  = gastos governamentais na região  $i$ .

Por esta formulação percebe-se que um déficit de importações sobre as exportações poderá ser mantido se é compensado por um excedente de investimentos internos sobre a poupança ou se houver um excesso de gastos governamentais sobre a arrecadação de impostos. Em ambos os casos pressupõe-se a existência de um fluxo de renda (na forma de poupança externa ou de gastos governamentais) vindo de fora da região considerada.

### 3.2.3. A realidade brasileira

Para caracterizar a realidade brasileira a partir desse ponto de vista serão utilizados inicialmente dados de comércio interestadual para os anos recentes, através dos quais será possível visualizar os diversos fluxos comerciais exis-

(1) Mais adiante serão efetuadas considerações a respeito de outras formas de solucionar o problema de um saldo na balança de pagamentos inter-regiões.

tentes entre as estruturas produtivas espacializadas, evidenciando a existência de saldos positivos ou negativos de balança de pagamentos.

Os dados referidos encontram-se disponíveis desde 1975 e dizem respeito a operações de compra e venda efetuadas entre os diversos estados brasileiros. Tais dados são publicados separadamente em operações tributadas e operações totais. Tendo em vista os objetivos deste trabalho serão utilizados primordialmente os números referentes às operações totais.

A análise irá desenvolver-se em duas etapas. Inicialmente tomar-se-ão os dados de 1977 por ser o ano mais próximo de 1975 para o qual estatísticas confiáveis estão disponíveis. A referência a 1975 se faz necessária pelo fato de as análises da parte seguinte referirem-se a esse ano. Em uma segunda etapa serão consideradas as possíveis variações dos valores alcançados pelo comércio inter-regional a fim de se verificar a realidade dos dados de 1977 como representativos de um fenômeno estrutural.

Tomando-se, inicialmente, os dados apresentados na tabela 3.1, pode-se verificar que o comércio entre estados é superavitário, em seu todo, apenas para São Paulo e Amazonas, sendo deficitário, em diferentes graus, em todos os demais estados, mostrando claramente os efeitos da concentração da produção no território de São Paulo (vide mapa 3.1). A presença de um saldo positivo para o Amazonas pode ser justificado pelas exportações efetuadas a partir da Zona Franca de Manaus.

É interessante verificar a importância dos saldos (positivos ou negativos) quando comparados com o total entradas + saídas, o que vem mostrar a dependência do estado e a real importância do superávit ou déficit com relação ao "comércio exterior" do estado. Assim, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo, que apresentam déficits comerciais elevados em termos absolutos, têm as suas respectivas balanças comerciais, em realidade, quase equilibradas, visto que os déficits apre-

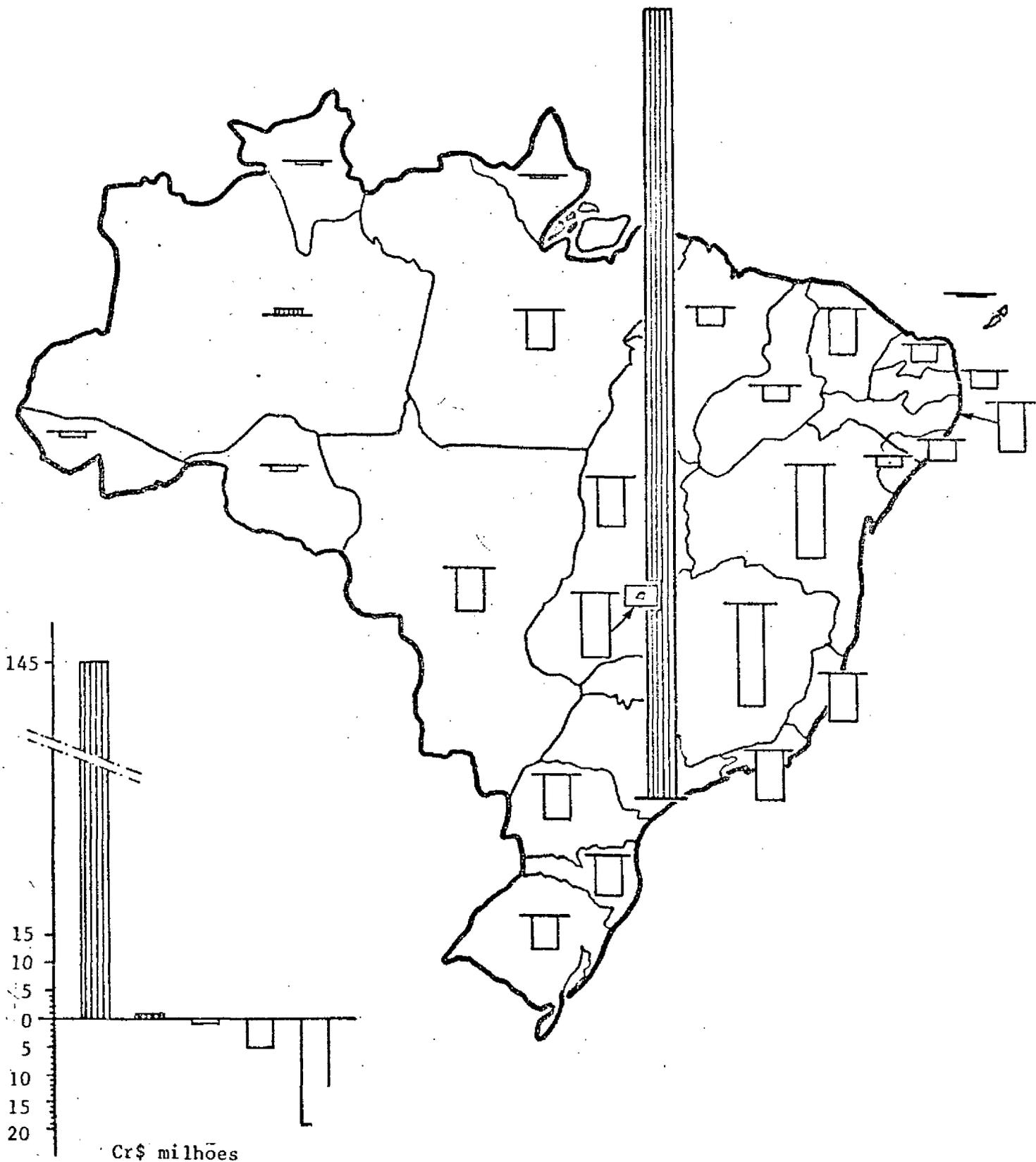
TABELA 3.1  
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL  
1977

Estados	(1) Entradas	(2) Saídas	(3) Saldo	(3) (1)+(2)
AC	970,3	245,3	- 725,0	0,59
AM	6.366,2	7.643,4	+1.277,2	0,09
PA	10.854,8	3.556,8	-7.298,0	0,50
AP	662,6	196,3	- 466,3	0,54
RO	1.562,1	614,2	- 947,9	0,43
RR	366,9	98,9	- 268,0	0,57
MA	4.890,6	1.847,2	-3.043,4	0,45
PI	4.035,8	1.506,6	-2.529,2	0,45
CE	13.789,1	5.530,2	-8.258,9	0,43
RN	5.515,9	2.601,4	-2.914,5	0,36
PB	6.845,6	3.614,0	-3.231,6	0,31
PE	28.060,7	19.557,9	-8.502,8	0,18
AL	6.929,9	2.690,2	-4.239,7	0,44
SE	4.526,4	2.504,8	-2.021,6	0,28
BA	33.630,0	16.568,7	-17.061,3	0,34
RN	72,6	7,1	- 65,5	0,82
MT	15.404,3	7.461,0	-7.493,3	0,35
GO	17.534,5	8.636,1	-8.898,4	0,34
DF	13.907,4	2.275,5	-11.631,9	0,71
MG	83.766,3	64.795,3	-18.971,0	0,13
ES	16.431,6	7.822,8	-8.608,8	0,35
RJ	113.887,3	105.220,7	-8.666,6	0,04
SP	174.422,0	319.652,9	+145.230,9	0,29
PR	56.144,0	48.378,9	-7.765,1	0,07
SC	29.661,7	22.750,2	-6.911,5	0,13
RS	55.818,6	50.280,8	-5.537,8	0,05

FONTE: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.



MAPA 3.1  
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS - 1977.



representam apenas 4% e 5%, respectivamente, dos volumes totais de negócios efetuados com o restante do país. Por outro lado, de uma forma geral, os estados do norte e nordeste, com exceção de Amazonas e Pernambuco, apresentam déficits significativos quando comparados com o volume total de comércio.

Os resultados do agrupamento por grandes regiões administrativas (conforme tabela 3.2) mostram a prevalência da região Sudeste sobre as demais em termos de existência de um superávit comercial.

TABELA 3.2  
BALANÇA COMERCIAL ENTRE REGIÕES  
1977

	Entradas	Saídas	Saldo
Norte	17.946,0	11.466,6	- 7.480,1
Nordeste	108.296,6	56.428,1	- 51.868,5
Centro-Oeste	48.408,3	18.986,8	- 29.421,5
Sudeste	388.507,2	497.491,7	+108.984,5
Sul	141.624,3	121.409,9	- 20.214,4

FONTE:

Esta análise geral permite apenas a identificação de saldos positivos ou negativos de cada estado com relação ao restante do país, não fornecendo informações sobre os saldos entre estados específicos. Na tabela 3.9, no final desta seção são apresentados os saldos (positivos e negativos) de cada um dos 26 estados ou territórios individualmente com relação a cada um dos demais. Tais dados, pelo seu volume, são muito difíceis de serem analisados, sendo apresentados apenas como um ponto de referência para quando for necessário obter alguma informação adicional. Acredita-se que uma reorganiza-

ção dessas informações agrupando-as por regiões e verificando a posição de cada estado com relação a cada região dará melhores condições de análise.

Tais informações são sistematizadas nas tabelas 3.3 a 3.7 e apresentadas a seguir. Cada uma dessas tabelas diz respeito a uma região e mostra a importância dos estados integrantes de uma dada região com relação às demais. As informações apresentadas se referem às entradas, saídas e respectivos saldos<sup>(1)</sup>.

Iniciando-se pela região do Norte (tabela 3.3) pode-se verificar que os estados do Pará e Amazonas são os únicos que apresentam saldos positivos no comércio com os demais estados componentes da região, sendo que o último mostra também um superávit com a região Sudeste, em consequência das exportações provenientes da Zona Franca de Manaus. Os demais estados e territórios (com exceção do Amapá no tocante ao Nordeste e Centro-Oeste) mostram déficits em suas balanças comerciais com relação às demais regiões, sendo de se destacar a importância do déficit do estado do Pará com relação ao Sudeste.

A tabela 3.4 refere-se às relações dos estados do Nordeste individualmente com as demais regiões do País. De uma forma geral os estados do Nordeste apresentam déficits com as regiões Sudeste e Sul, alternando valores positivos e negativos nas suas relações com as regiões Norte e Centro-Oeste. Dois estados merecem destaque pelo seu comportamento diferenciado: Pernambuco e Bahia. O primeiro apresenta-se como um centro dinâmico dentro da própria região do Nordeste aparecendo como um exportador líquido significativo para os demais estados. Entretanto quando confrontado com a região Sul e principalmente com o Sudeste o estado de Pernambuco apresenta expressivos saldos negativos. O estado da Bahia, por seu lado, é deficitário com todas as regiões do País, o que faz com que o seu saldo geral negativo seja um dos maiores na comparação entre estados. Tal situação se agrava substancialmente quando a comparação é feita com relação ao Sudeste, atingindo nesse caso cerca de 80% do total de déficit desse estado.

(1) Atendendo a conveniência do projeto como um todo, o estado de Rondônia foi agrupado à região do Centro-Oeste, sendo retirado, conseqüentemente, da região do Norte.



TABELA 3.3

REGIÃO NORTE: TRANSAÇÕES COMERCIAIS ENTRE ESTADOS E DEMAIS REGIÕES  
(EM CR\$ MILHÕES - 1977)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Totais
E	155,8	63,1	90,5	556,1	104,8	970,3
AC S	121,3	21,4	3,6	93,6	5,4	245,3
D	-34,5	-41,7	-86,9	-462,5	-99,4	-725,0
E	419,3	560,4	163,0	4.705,6	517,9	6.366,2
AM S	463,6	308,0	171,7	6.430,7	269,4	7.643,4
D	+44,3	-252,4	+8,7	+1.725,1	-248,5	+1.277,2
E	319,3	1.233,4	287,1	8.294,5	720,5	10.854,8
PA S	603,8	1.035,5	335,7	1.409,4	172,4	3.556,8
D	+284,5	-197,9	+48,6	-6.885,1	-548,1	-7.298,0
E	228,9	32,1	1,9	355,8	43,9	662,6
AP S	48,4	81,4	5,9	59,0	1,6	196,3
D	-180,5	+49,3	+4,0	-296,8	-42,3	-466,3
E	150,8	8,0	2,1	167,1	38,9	366,9
RR S	37,0	3,6	1,6	40,0	16,7	98,9
D	-113,8	-4,4	-0,5	-127,1	-22,2	-268,0
E		1.897,0	544,6	14.079,1	1.426,0	17.946,7
TOTAL S		1.449,9	518,5	8.032,7	465,5	10.466,6
D		-447,1	-26,1	-6.046,4	-960,5	-7.480,1

FONTE: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.

NOTA: E significa Entradas, S Saídas e D Diferença ou Saldo.

TABELA 3.4

REGIÃO NORDESTE: TRANSAÇÕES COMERCIAIS ENTRE ESTADOS E DEMAIS REGIÕES  
(EM CR\$ MILHÕES - 1977)

		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Totais
MA	E	345,1	2.068,8	-148,8	2.160,1	167,8	4.890,6
	S	126,5	916,7	116,1	655,4	32,5	1.847,2
	D	-218,6	-1.152,1	-32,7	-1.504,7	-135,3	-3.043,4
PI	E	119,0	1.731,2	16,8	1.927,9	240,9	4.035,8
	S	29,8	1.235,1	35,4	181,5	24,8	1.506,6
	D	-89,2	-496,1	+18,6	-1.746,4	-216,1	-2.529,2
CE	E	216,0	3.423,8	201,2	9.199,3	748,8	13.789,1
	S	264,1	3.245,3	71,7	1.705,7	243,4	5.530,2
	D	+48,1	-178,5	-129,5	-7.493,6	-505,4	-8.258,9
RN	E	57,0	2.418,2	12,2	2.602,7	425,8	5.515,9
	S	110,5	1.161,3	46,8	1.083,1	199,7	2.601,4
	D	+53,5	-1.256,9	+34,6	-1.519,6	-226,1	-2.914,5
PB	E	27,3	2.974,5	53,2	3.256,7	533,9	6.845,6
	S	74,7	2.074,7	48,0	1.276,5	140,1	3.614,0
	D	+47,4	-899,8	-5,2	-1.980,2	-393,8	-3.231,6
PE	E	294,6	4.965,6	175,1	20.223,1	2.402,3	28.060,7
	S	866,8	11.151,0	255,2	6.213,8	1.071,1	19.557,9
	D	+572,2	+6.185,4	+80,1	-14.009,3	-1.331,2	-8.502,8
AL	E	83,3	2.988,2	3,5	3.489,7	365,2	6.929,9
	S	190,4	1.977,9	17,6	440,5	63,8	2.690,2
	D	+107,1	-1.010,3	+14,1	-3.049,2	-301,4	-4.239,7
SE	E	11,1	1.758,3	47,5	2.423,0	286,5	4.526,9
	S	6,4	1.002,1	57,1	1.371,5	67,7	2.504,8
	D	-4,7	-756,2	+9,6	-1.051,5	-218,8	-2.021,6
BA	E	296,5	3.999,2	195,9	26.085,6	3.052,8	33.630,0
	S	227,8	3.565,2	120,7	11.935,7	719,3	16.568,7
	D	-68,7	-434,0	-75,2	-14.149,9	-2.333,5	-17.061,1
FN	E		2,0	3,3	64,3	3,0	72,6
	S		0,5	1,1	4,8	0,7	7,1
	D		-1,5	-2,2	-59,5	-2,3	-65,5
TOTAL	E	1.449,9		857,5	71.432,4	8.227,0	108.296,6
	S	1.897,0		769,7	24.868,5	2.563,1	56.428,3
	D	+447,1		-87,8	-46.563,9	-5.663,9	-51.868,5

FONTE: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.

NOTA: E significa Entradas, S Saídas e D Diferença ou Saldo.



TABELA 3.5

REGIÃO CENTRO-OESTE: TRANSAÇÕES COMERCIAIS ENTRE ESTADOS E DEMAIS REGIÕES  
(EM CR\$ MILHÕES - 1977)

		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Totais
MT	E	37,4	87,4	269,1	11.725,5	3.284,9	15.404,3
	S	32,4	51,1	246,5	5.964,3	1.166,7	7.461,0
	D	-5,0	-36,3	-22,6	-5.761,2	-2.118,2	-7.943,3
GO	E	131,9	368,1	1.077,2	14.320,5	1.636,8	17.534,5
	S	261,9	400,7	1.149,1	6.577,6	246,8	8.636,1
	D	+130,0	+32,6	+71,9	-7.742,9	-1.390,0	-8.898,4
DF	E	203,6	290,1	924,7	11.575,1	913,9	13.907,4
	S	76,0	377,7	920,3	873,1	28,4	2.275,5
	D	-127,6	+87,6	-4,4	-10.702,0	-885,5	-11.631,9
RO	E	145,6	24,1	66,6	1.146,4	179,4	1.562,1
	S	174,3	28,0	21,7	360,1	30,1	614,2
	D	+28,7	+3,9	-44,9	-786,3	-149,3	-947,9
TOTAL	E	518,5	769,7		38.767,5	6.015,0	48.408,3
	S	544,6	857,5		13.775,1	1.472,0	18.986,8
	D	+26,1	+87,8		-24.992,4	-4.543,0	-29.421,5

FONTE: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.

NOTA: E significa Entradas, S Saídas e D Diferença ou Saldo.

TABELA 3.6

REGIÃO SUDESTE: TRANSAÇÕES COMERCIAIS ENTRE ESTADOS E DEMAIS REGIÕES  
(EM CR\$ MILHÕES - 1977)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Totais	
MG	E	299,4	2.534,5	2.798,0	70.749,1	7.385,3	83.766,3
	S	838,9	5.475,1	4.356,1	49.308,0	4.817,2	64.795,3
	D	+539,5	+2.940,6	+1.558,1	-21.441,1	-2.568,1	-18.971,0
ES	E	20,6	984,3	30,6	14.236,4	1.159,7	16.431,6
	S	40,0	835,1	63,1	6.340,0	544,6	7.822,8
	D	+19,4	-149,2	+32,5	-7.896,4	-615,1	-8.608,8
RJ	E	1.152,9	4.133,6	799,0	93.031,8	14.770,0	113.887,3
	S	2.872,5	13.920,6	4.897,0	69.341,2	14.189,4	105.220,7
	D	+1.719,6	+9.787,0	+4.098,0	-23.690,6	-580,6	-8.666,6
SP	E	6.559,8	17.216,1	10.147,5	87.196,7	53.301,9	174.422,0
	S	10.327,7	51.201,6	29.451,3	140.224,8	88.447,5	319.652,9
	D	+3.767,9	+33.985,5	+19.303,8	+53.028,1	+35.145,6	+145.230,9
TOTAL	E	8.032,7	24.868,5	13.775,1		76.616,9	388.507,2
	S	14.079,1	71.432,4	38.767,5		107.998,7	497.491,7
	D	+6.046,4	+46.563,9	+24.992,4		+31.381,8	+108.984,5

FONTE: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.

NOTA: E significa Entradas, S Saídas e D Diferença ou Saldo.

TABELA 3.7

REGIÃO SUL: TRANSAÇÕES COMERCIAIS ENTRE ESTADOS E DEMAIS ESTADOS  
(EM CR\$ MILHÕES - 1977)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Totais
PR E	134,2	522,9	1.141,3	44.755,0	9.590,6	56.144,0
PR S	568,7	2.365,7	3.432,3	33.324,3	8.687,9	48.378,9
PR D	+434,5	+1.842,8	+2.291,0	-11.430,7	-902,7	-7.765,1
SC E	45,2	938,4	57,1	16.510,0	12.111,0	29.661,7
SC S	264,3	1.737,6	442,6	13.306,3	6.999,4	22.750,2
SC D	+219,1	+799,2	+385,5	-3.203,7	-5.111,6	-6.911,5
RS E	286,1	1.101,8	273,6	46.733,7	7.432,4	55.818,6
RS S	593,0	4.123,7	2.140,1	29.986,3	13.437,7	50.280,8
RS D	+306,9	+3.021,9	+1.866,5	-16.747,4	+6.014,3	-5.537,8
TOTAL E	465,5	2.563,1	1.472,0	107.998,7		141.624,3
TOTAL S	1.426,0	8.227,0	6.015,0	76.616,9		121.409,9
TOTAL D	+960,5	+5.663,9	+4.543,0	-31.381,8		-20.214,4

FONTE: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.

Os estados da região Centro-Oeste (onde se encontra englobado também o estado de Rondônia), cujos dados são apresentados na tabela 3.5, repetem de certa forma as grandes características da região Nordeste, apresentando sistematicamente saldos negativos quando confrontados com a região Sul e principalmente com o Sudeste. Quando analisados com relação às regiões Norte e Nordeste os eventuais saldos positivos não têm grande significação quando comparados com números apresentados pelo comércio com o Sudeste, mas assumem proporções consideráveis quando colocados na magnitude do comércio local (por exemplo as vendas de Goiás para o Norte do País significam o dobro das suas compras do total dessa região).

Na região mais dinâmica do País - Sudeste - os seus estados apresentam um comportamento individual significativo quando comparados com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, diferenciando-se mais quando o relacionamento se faz com a região Sul do País ou dentro da própria região Sudeste (ver tabela 3.6). São Paulo domina claramente o comércio entre regiões e dentro da sua própria região, constituindo-se, sem dúvida, no grande centro produtor e exportador da nação. Seu relacionamento com o Sul é significativo, sendo sobrepujado apenas pelo comércio dentro da própria região Sudeste. Rio de Janeiro e Minas Gerais têm comportamentos semelhantes entre si, apresentando superávits com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e déficits com o Sul e os demais estados da região Sudeste. O comércio dentro da sua própria região acabam por torná-los estados deficitários na análise individual.

Finalmente, os estados da região Sul (tabela 3.7) apresentam perdas apenas no seu relacionamento com a região Sudeste, exibindo saldos positivos no seu comércio com o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Internamente à região, o Estado do Rio Grande do Sul se sobressai sendo um exportador líquido para os demais estados. O comércio inter-regional apresenta significância tanto para esse estado como para o Paraná, ambos com expressivos volumes de compra e venda principalmente para o Sudeste do País.

Em termos amplos o que se pode concluir da análise efetuada anteriormente? Em primeiro lugar, os dados apresentados evidenciam que o estado de São Paulo assume uma posição de grande produtor sendo exportador líquido de produtos para o restante da nação, podendo-se supor que mecanismos de ajustamento estejam funcionando no sentido de transferir renda de São Paulo na direção do restante do País a fim de que o equilíbrio se mantenha ao longo do tempo.

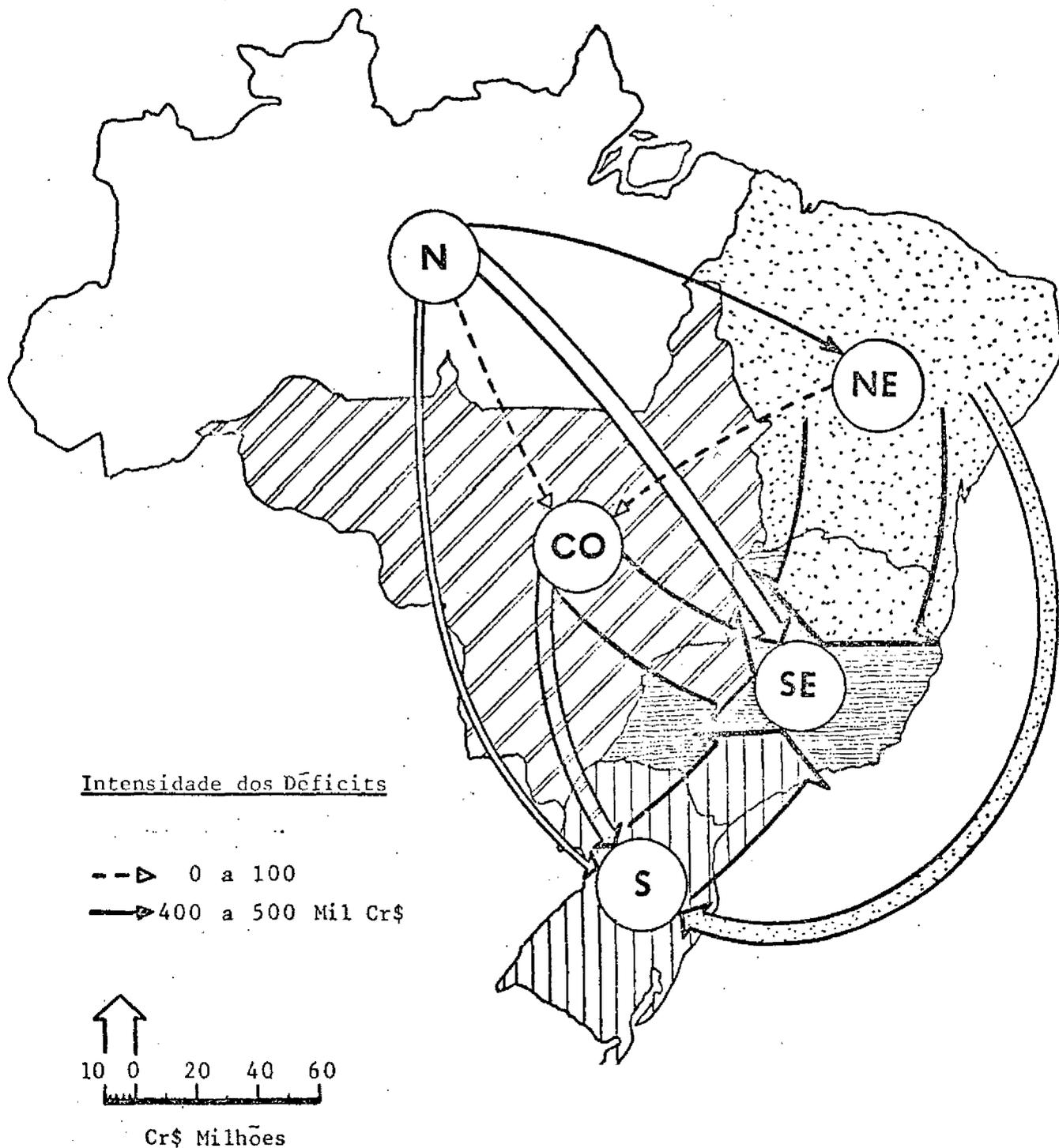
Em segundo lugar evidencia-se também que cada região considerada apresenta a prevalência de um dos estados sobre os demais em um processo de dominação via comércio. Pernambuco no Nordeste, Rio Grande do Sul na região Sul e São Paulo no Sudeste são estados que apresentam saldos positivos no seu comércio com os demais estados de cada região. Embora em menor grau, Goiás no Centro-Oeste e Pará no Norte têm características semelhantes.

De uma forma geral pode-se considerar a região Sudeste como sendo a geradora mais importante de fluxos de comércio com as demais regiões. Os dados relativos à entrada e saída por região, podem ser sistematizados em um mapa onde os fluxos financeiros, na inexistência de mecanismos compensatórios, sejam representados por setas proporcionais à sua importância. Tais fluxos estão representados no mapa 3.2, onde se pode visualizar facilmente a importância do papel desenvolvido pela região Sudeste.

Esta espécie de "dominação" exercida pela região Sudeste como um todo, tem o seu suporte sobre a performance do estado de São Paulo como pode ser facilmente visualizado no diagrama 3.1. Neste mapa são sistematizadas as informações de forma a desagregar o comportamento dos 4 estados que compõem a região Sudeste. Como resultado, observa-se que o "centro" do sistema de regiões brasileiras encontra-se no estado de São Paulo para onde convergem significativos fluxos de pagamentos oriundos dos déficits de balança de pagamento com o restante do espaço brasileiro. É interessante notar ainda que os demais estados da região assumem posições que transferem recursos indi

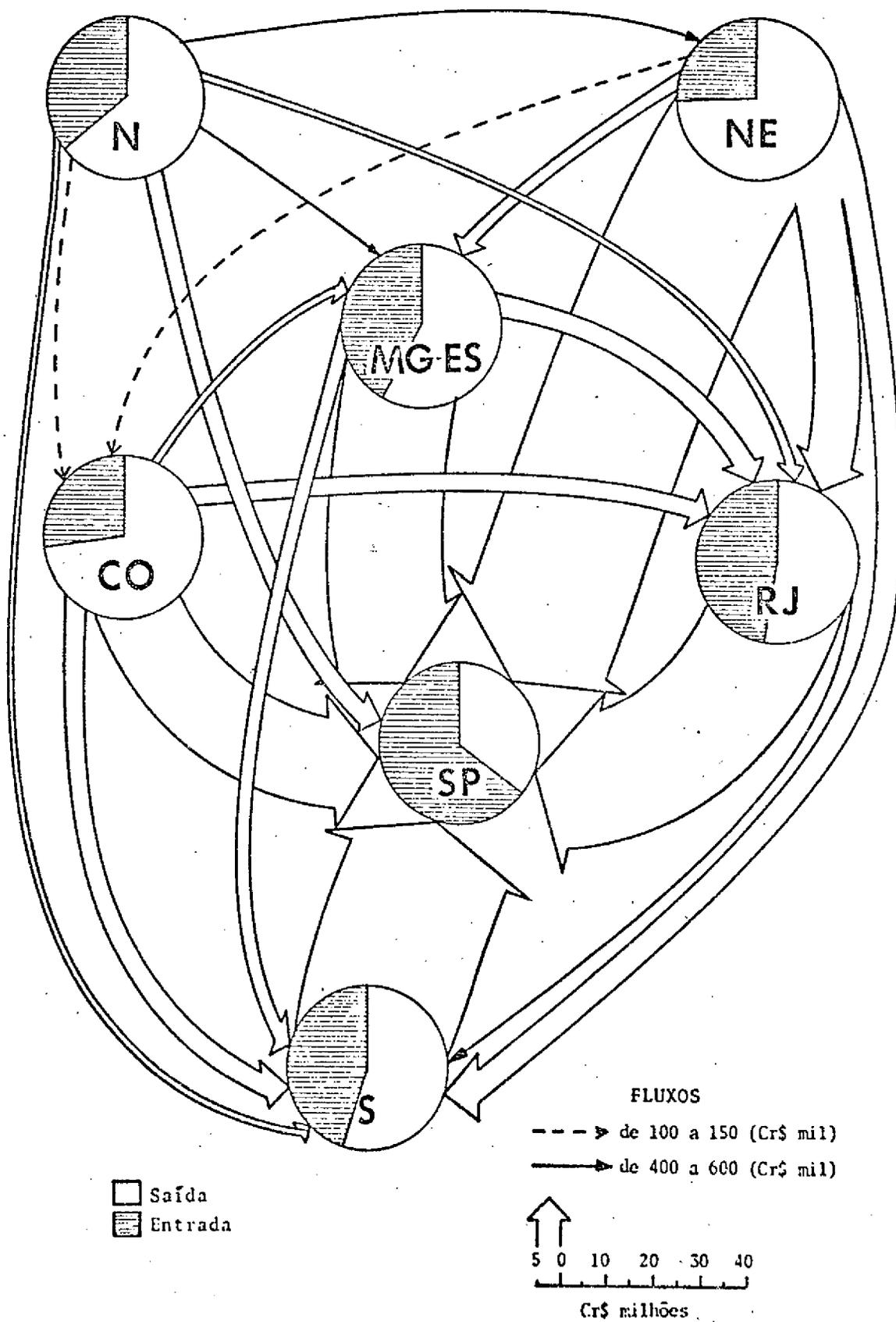


MAPA 3.2  
BRASIL: DÉFICIT DA BALANÇA COMERCIAL  
POR REGIÕES - 1977



Nota: São usados dois tipos de representação cartográfica: um em intervalos representados pelas setas tracejadas e cheia (em mil Cr\$), e outro representado por setas proporcionais à sua importância (em Milhões Cr\$).

DIAGRAMA 3.1  
 DÉFICIT DA BALANÇA COMERCIAL - 1977



retamente das demais regiões na direção do estado de São Paulo. Assim, o estado do Rio de Janeiro que possuía uma balança de pagamentos praticamente equilibrada em 1977, apresenta um déficit significativo com São Paulo e superávits com as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Chega-se assim a uma espécie de sistema em que se caracteriza claramente um centro dinâmico constituído pelo estado de São Paulo e por três níveis de periferias correspondentes ao afastamento espacial deste centro. O primeiro nível é constituído pelos demais estados da região Sudeste conjuntamente com a região Sul. O segundo corresponde aos estados formadores das regiões Nordeste e Centro-Oeste, permanecendo como a periferia mais distante (3º nível) a região Norte. É claro que dentro desses três níveis seria ainda possível determinar-se subníveis caracterizados pelas relações mais ou menos intensas com o centro, embora tal detalhamento pouco possa adicionar à análise efetuada a um elevado nível de agregação como a que está sendo executada neste trabalho.

#### 3.2.4. A Evolução das Balanças Comerciais entre Estados nos Anos Recentes

Os dados sobre comércio inter-regional permitem caracterizar, através de uma rápida análise, a evolução da balança comercial durante o período de 1977 a 1980. Tais dados acham-se dispostos na tabela 3.8 e apresentam informações tanto a nível de estados como agregados por região. Para fins de comparação entre anos, efetuou-se a correção dos valores correntes, centrando-os a preços de 1977, a fim de eliminar o efeito da inflação nesse período. Para facilidade de análise os valores correspondentes às balanças comerciais por estado foram assinalados por diagramas de barras no mapa 3.3.

As evidências que podem ser extraídas deste mapa são que, grosso modo, as características estruturais que prevaleciam em 1977 estão presentes nos anos subsequentes. A principal delas se refere à dominação crescente que se estabelece a par-

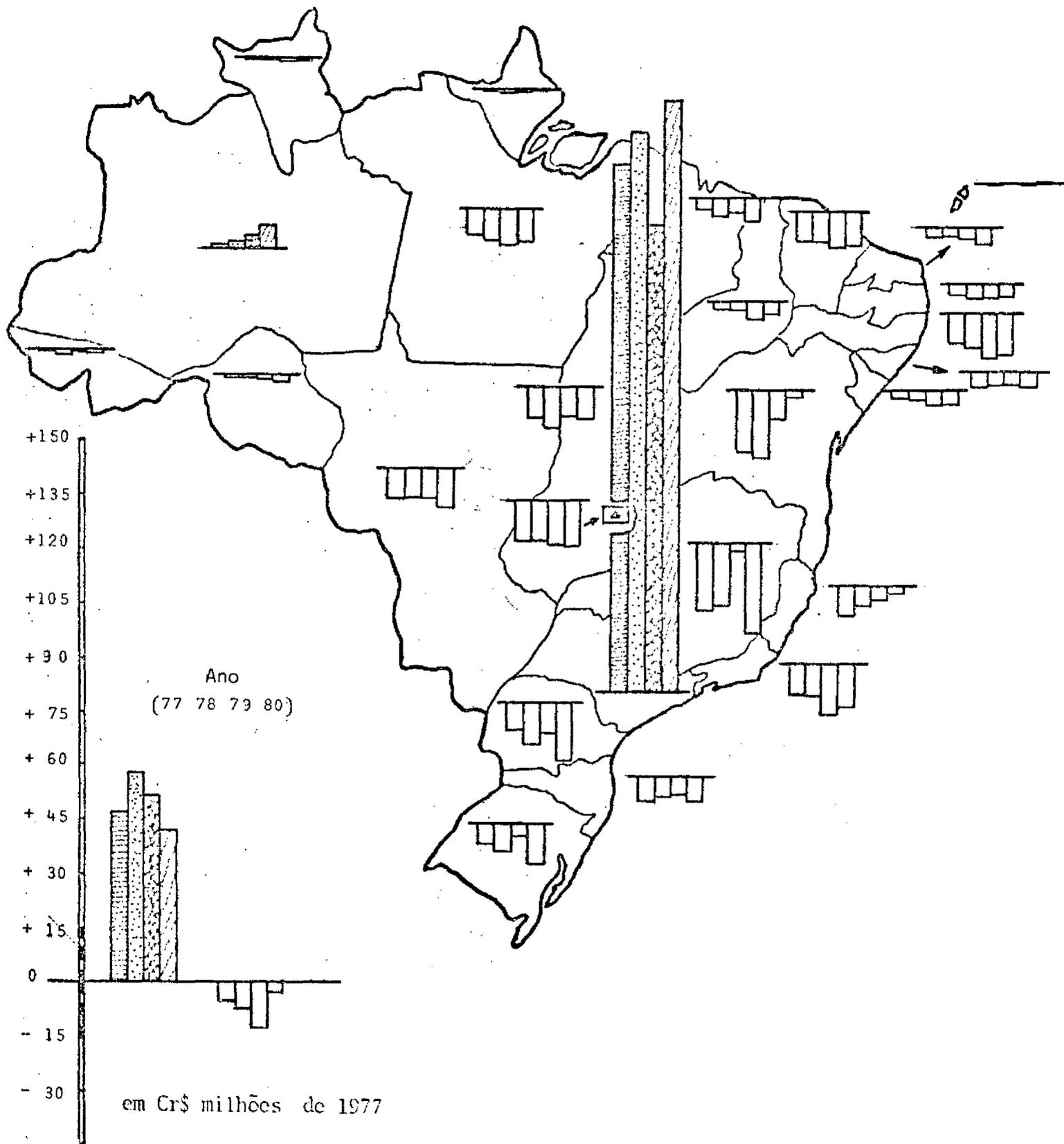
TABELA 3.8  
SALDOS COMERCIAIS POR ESTADOS DA FEDERAÇÃO  
(VALORES CORRIGIDOS PARA CR\$ DE 1977)<sup>(\*)</sup>

	1977	1978	1979	1980
Norte	- 7.480,1	- 9.475,0	- 8.456,4	- 4.905,0
AC	- 725,0	- 1.458,4	- 801,3	- 910,5
AM	+ 1.277,2	+ 2.024,0	+ 3.670,4	+ 6.195,7
PA	- 7.298,0	- 8.817,4	- 9.781,0	- 9.177,2
AP	- 466,3	- 906,6	- 669,6	- 344,0
RR	- 268,0	- 316,6	- 874,9	- 669,0
Nordeste	-51.866,7	-55.936,8	-53.193,2	-49.145,0
MA	- 3.043,4	- 4.644,9	- 4.076,9	- 6.001,9
PI	- 2.529,2	- 2.681,1	- 4.810,3	- 3.465,1
CE	- 8.258,9	- 8.372,3	- 9.785,7	- 9.600,8
RN	- 2.914,5	- 2.830,0	- 3.030,3	- 4.605,2
PB	- 3.229,8	- 3.803,2	- 3.884,4	- 3.624,9
PE	- 8.502,8	- 9.363,5	-12.303,3	-11.892,8
AL	- 4.239,7	- 3.369,8	- 3.316,1	- 4.137,1
SE	- 2.021,6	- 2.149,9	- 4.176,3	- 4.072,2
BA	-17.061,3	-18.692,9	- 7.715,8	- 1.836,5
FN	- 65,5	- 29,2	- 94,0	+ 91,5
C.Oeste	-29.423,3	-31.921,9	-29.901,8	-34.393,3
MT	- 7.943,3	- 7.855,6	- 8.298,9	-10.681,3
GO	- 8.898,4	-11.293,1	- 7.989,7	- 8.999,3
DF	-11.631,9	-11.478,8	-12.211,1	-13.073,1
RO	- 949,7	- 1.294,4	- 1.402,1	- 1.639,6
Sudeste	+108.984,5	+122.457,9	+108.969,0	+124.628,6
MG	-18.971,0	-17.424,5	- 2.192,8	-24.683,3
ES	- 8.608,8	- 5.831,0	- 4.020,1	- 2.059,4
RJ	- 8.666,6	- 8.723,8	-14.048,3	-12.190,7
SP	+145.230,9	+154.437,2	+129.230,2	+163.562,0
Sul	-20.214,4	-25.124,0	-17.417,3	-36.185,2
PR	- 7.765,1	-11.989,2	- 8.845,3	-17.933,2
SC	- 6.911,5	- 5.600,1	- 5.159,9	- 7.113,9
RS	- 5.537,8	- 7.534,7	- 3.412,1	-11.138,1

FONTE: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.

(\*) Deflator: Índice Geral de Preços.

MAPA 3.3  
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS



tir do estado de São Paulo, Com efeito, embora o ano de 1979 tenha apresentado uma queda no superávit deste estado<sup>(1)</sup>, 1980 confirma a tendência crescente que se verificava até 1978. O estado do Amazonas, da mesma forma, reforça a sua posição de estado exportador líquido.

Os demais estados viram reforçados ou mantidos a sua posição deficitária no conjunto das relações entre estados. As duas exceções significativas que valem a pena serem citadas se referem à evolução observada para os estados da Bahia e do Espírito Santo. Estes dois estados, no período em análise apresentaram quedas significativas e constantes nos saldos negativos do comércio entre estados. A Bahia durante esse período recebeu importantes investimentos principalmente na área da petroquímica, o que poderá estar fortalecendo a sua presença no comércio inter-estadual como um exportador líquido desses produtos. Uma hipótese válida a ser considerada nesse contexto é de que o espaço econômico do estado de São Paulo, com predominância de atividades industriais, está tendendo a se expandir na direção do Nordeste, atingindo, por enquanto, os estados mais próximos dessa direção.

### 3.3. Mecanismos de Ajustamento do Comércio entre Estados

#### 3.3.1. Introdução

Anteriormente, foi visto que o sistema inter-regional brasileiro funciona de tal forma que existem alguns centros importantes e hierarquizados através dos quais transparece uma espécie de "dominação" de uma vasta periferia que, por sua vez, também apresenta diversos graus diferenciados de relação

---

(1) Os dados indicam que essa queda foi provocada, em parte, por um melhor comportamento do estado de Minas Gerais que apresenta nesse ano um déficit significativamente menor que nos demais anos. Não se deve descartar completamente uma hipótese de erro na coleta de dados para o ano de 1979.

namento entre si e com os centros maiores. O resultado final deste relacionamento é um déficit crônico dessas regiões com relação aos centros mais dinâmicos. Entretanto, é de se notar que uma situação deste tipo tende a drenar completamente os recursos das regiões mais pobres em benefício das mais ricas, se perdurar por um grande período de tempo. Em razão disto e diante da inexistência de mecanismos clássicos tipo câmbio, tarifas, políticas monetária e fiscal usualmente utilizados ao nível de países para remediar desequilíbrios das balanças de pagamento, outros mecanismos de mercado ou de intervenção dos poderes públicos deverão existir, para solucionar esses problemas entre regiões ou estados da federação.

### 3.3.2. Os principais mecanismos de ajustamento

Na literatura especializada são comumente citados como mecanismos desse tipo os seguintes:

- 1) Efeitos sobre a renda regional do tipo estudado pelos modelos keynesianos;
- 2) Movimentos de capital financeiro via sistema bancário;
- 3) Mobilidade inter-regional dos "fatores" de produção capital e trabalho;
- 4) Transferências governamentais de todos tipos, inclusive assistência financeira do governo central às regiões menos desenvolvidas;
- 5) Efeitos sobre os preços decorrentes da estrutura de custos prevalecentes em cada região.

Dos 5 mecanismos citados é fácil verificar que os dois primeiros têm pouco significado no caso brasileiro, o terceiro padece de uma concepção teórica inadequada do conceito de capital, sendo os dois últimos os mais relevantes para a análise do caso brasileiro. Em razão disso, serão dedicadas a seguir seções específicas para cada um dos dois últimos mecanismos, tratando-se os demais, de uma forma condensada.

O *efeito renda* diz respeito às variações de renda que se observam em algumas regiões na seqüência de um déficit ou superávit na sua balança de pagamento. Se uma região apresenta um déficit na balança de pagamentos em razão de uma queda em suas exportações ou um aumento das importações à custa da produção interna, a renda regional cairá e, na medida em que as importações são função da renda, o déficit será reduzido. Simultaneamente, a evolução da renda nas regiões superavitárias incentivará as importações reduzindo o saldo positivo na sua balança de pagamentos.

No caso brasileiro existem evidências que este mecanismo não vem funcionando, pois tem havido mecanismos compensatórios (como será visto mais adiante) que tendem a transferir renda das regiões mais ricas para as mais pobres.

No que diz respeito às *transferências de capital financeiro* via sistema bancário, pelas próprias características desse mecanismo ele serve primordialmente para solucionar problemas conjunturais de balança de pagamento, sendo ineficiente como um mecanismo de longo prazo para a eliminação de desequilíbrios de caráter estrutural. No caso brasileiro tais desequilíbrios, pela sua persistência ao longo do tempo, deixam entrever problemas bem mais profundos de diferenciação nas estruturas produtivas regionais. Além disto, como o sistema bancário brasileiro é bem integrado e composto por bancos que possuem um alcance nacional, é mais provável que o capital financeiro arrecadado sob todas formas de depósitos em todo o território nacional seja aplicado, preferencialmente, nas regiões mais desenvolvidas onde a taxa de retorno é mais elevada e os riscos menores.

De acordo com a maioria dos autores que tem escrito sobre o assunto, tal mecanismo iria funcionar apenas no caso em que a um saldo negativo na balança comercial tivesse uma correspondência em um montante de investimentos superior à poupança regional. Neste caso, é preciso que na região deficitária esteja instalado um processo de crescimento que justifi-

que o maior dinamismo dos investimentos que deverão ter ainda taxas de retorno superior àquelas observadas nas regiões com superávits na balança comercial. Novamente tal situação parece não corresponder ao caso brasileiro, pois o processo de investimento é bastante comandado pelo processo de inovação que por sua vez tem seu centros mais importantes - geradores ou importadores de tecnologia - situados exatamente nas regiões mais dinâmicas. Por outro lado, pelo montante dos incentivos ao investimento que tem prevalecido fora da região Sudeste nas últimas décadas, é de se acreditar que o retorno dos investimentos realizados nesta região é superior ao do restante do espaço nacional.

A movimentação dos chamados *fatores de produção* pode ser um aspecto importante a ser levado em conta no processo de ajustamento entre regiões. No entanto, a análise torna-se um pouco mais complexa diante da dificuldade em se conceituar precisamente a idéia de capital como fator de produção. Se se conceitua capital como um fundo financeiro através do qual se colocam em movimento máquinas, mão-de-obra para transformar um insumo qualquer, cai-se então, naturalmente, na análise desenvolvida anteriormente e o movimento de capital estará dependendo da taxa de retorno que prevalece em cada região. Se, por outro lado, se considera o capital como um estoque de equipamentos e máquinas através dos quais, conjuntamente com a mão-de-obra, se obtém um certo produto, pode-se considerar que, neste caso, um "fluxo" de capital entre regiões será praticamente inexistente devido à elevada imobilidade da maior parte dos equipamentos e máquinas utilizados na produção.

Quanto ao movimento da mão-de-obra, refletido nos movimentos migratórios, a análise é mais simples. Neste caso, pode-se esperar que o rendimento adicional auferido pelos imigrantes nas regiões mais prósperas constituirão um adicional à renda regional e provocarão um aumento nas importações tendendo a eliminar o déficit da região pobre de onde se originou tais imigrações. Pode acontecer, igualmente, que ao se retirar da região pobre, o imigrante traga consigo uma parte ou a totalidade de seus ativos o que significará nesse caso uma

drenagem adicional dos recursos dessa região, agravando, ao menos no curto prazo, o problema da balança comercial.

No caso brasileiro, observa-se, como foi detectado na primeira parte deste trabalho, que a direção predominante dos movimentos migratórios nas últimas décadas tem sido no sentido das regiões com déficit para aquelas com superávit, evidenciando um movimento no sentido de reduzir os problemas de balança de pagamentos. Deve-se adicionar a isso que, tradicionalmente, no caso brasileiro, a migração das áreas pobres para as ricas, tem sido feita pelos elementos mais pobres da região o que permite pressupor-se que a transferência de ativos entre regiões não se processe de forma acentuada. Ao contrário, parece ser possível identificar mecanismos de remessa de parte dos ganhos auferidos pelos imigrantes das regiões ricas aos seus parentes ainda residentes nas áreas pobres, o que significa um movimento favorável à eliminação do déficit. Sabe-se entretanto que tais mecanismos são pouco significativos diante da magnitude dos saldos negativos observados entre regiões.

### 3.3.3. Arrecadação de impostos e despesas governamentais

A forma como o governo central arrecada impostos e efetua as suas despesas nas diversas regiões de um país pode determinar um mecanismo de ajuste ou de compensação extremamente útil para solucionar problemas de desequilíbrios nas balanças comerciais entre regiões. As atividades do governo central podem ter um efeito equilibrador quer como resultado da atuação de fatores inerentes ao seu funcionamento, quer porque o governo intervém diretamente para incentivar as atividades em uma região em depressão. As receitas de impostos e as transferências e gastos governamentais podem agir como estabilizadores no balanço de pagamento entre regiões. Os impostos representam um fluxo para fora da região, e quanto maior a progressividade dos impostos maior será o seu efeito estabili

zador. As transferências se confundem com as despesas e teriam um efeito estabilizador se dessem origem a um movimento de fundos inversamente relacionados aos níveis regionais de rendas.

De um modo geral, no que se refere às receitas tributárias, pode-se demonstrar que os impostos indiretos têm sua carga repassada para a frente, enquanto que os diretos tendem a incidir efetivamente sobre o agente tributado, podendo-se supor, no entanto que, no caso dos lucros empresariais, tal carga possa ser repassada via majoração dos preços. Essas considerações sistematizadas convenientemente, permitem avaliar o quanto cada região ou estado brasileiro é tributado, verificando-se ao mesmo tempo, se o sistema tributário é progressivo ou regressivo em relação à renda interna das regiões ou estados. Por outro lado, pode-se ainda ter uma indicação a respeito da quantidade de recursos retirados de uma área que lhe é devolvida sob forma de despesas governamentais.

A análise realizada dessa forma mostrará "os dois lados da moeda" permitindo uma avaliação global das políticas fiscais da receita e despesa e seus efeitos estabilizadores do comércio interestadual. Os resultados dependerão crucialmente, como é óbvio, das hipóteses colocadas quanto ao repasse de carga fiscal entre regiões. Por exemplo, se duas regiões trocam entre si produtos com diferentes valores adicionados (ainda que do mesmo valor global), os efeitos de tributação indireta serão diferentes conforme sejam introduzidos ou não a hipótese de repasse de carga fiscal para frente.

Com base em pesquisas já realizadas<sup>(1)</sup>, pode-se verificar a incidência dos principais impostos e das despesas governamentais dos governos federal e estadual. Dado que as despesas financiadas pelos impostos arrecadados ao nível estadual

---

(1) Os trabalhos básicos são de Eris et alli (1983) e FGV (1980); os resultados elaborados acham-se em Müller (1982), baseados em Romaldini (1980).

(basicamente o ICM), são realizadas inteiramente na região onde o mesmo é lançado, considera-se que elas se distribuem entre as diferentes áreas conforme o local de sua geração.

Quanto à incidência do sistema tributário federal, as pesquisas citadas colocam diversas hipóteses de repasse de carga tributária. Objetivando simplificar a apresentação, serão consideradas aqui apenas as duas alternativas que produziram os resultados mais extremos, além do caso de referência onde não é colocada hipótese de repasse<sup>(1)</sup>. As tabelas 3.10, 3.11 e 3.12 mostram os resultados desta análise, em termos de incidência *per capita*, em relação à renda *per capita*<sup>(2)</sup>, e o gráfico 3.1 ilustra o resultado obtido em termos do saldo líquido global das transações do governo federal.

A observação desses resultados conduz inicialmente à constatação de que, à luz da alternativa 1 de repasse de carga fiscal, o sistema tributário federal mostra-se regressivo, com exceção do conjunto Norte + Centro-Oeste. Já a alternativa 2 sugere, novamente com a exceção indicada, que o sistema tributário federal é regressivo<sup>(3)</sup>.

(1) A alternativa 1 de repasse supõe que impostos sobre lucros e vendas são repassados para frente, o mesmo acontecendo com 50% de carga correspondente a impostos sobre salários. Já a alternativa 2 supõe que a carga dos três grupos de impostos não é transferida para frente. As duas alternativas supõem que os impostos sobre vendas são repassados; por esta razão, a incidência do ICM é igual para as duas alternativas.

(2) A incidência *per capita* de um imposto pode ser definida da forma seguinte:

$$\text{Incidência} = \frac{\frac{\text{Montante de imposto}}{\text{População}}}{\text{Renda}} = \frac{\text{Montante de imposto}}{\text{Renda} \cdot \text{População}}$$

Os dados de renda *per capita* foram obtidos em CME-PIMES, Relatório nº 1, pág. 19), e correspondem a 1970. Não tendo sido possível encontrar dados sobre renda regional para 1975, os valores para o referido ano foram recalculados com base na composição 1970.

(3) O caso do Rio de Janeiro deve ser considerado com ressalvas, posto que a receita fiscal realizada neste estado inclui expressivo montante de receitas não tributárias (basicamente, multas não vinculadas a tributos), cuja origem regional real não pôde ser determinada. Caso se considerassem as receitas tributárias, a incidência das mesmas encontraria-se um pouco acima da de São Paulo.

GRÁFICO 3.1

SALDO LÍQUIDO GLOBAL DAS TRANSAÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

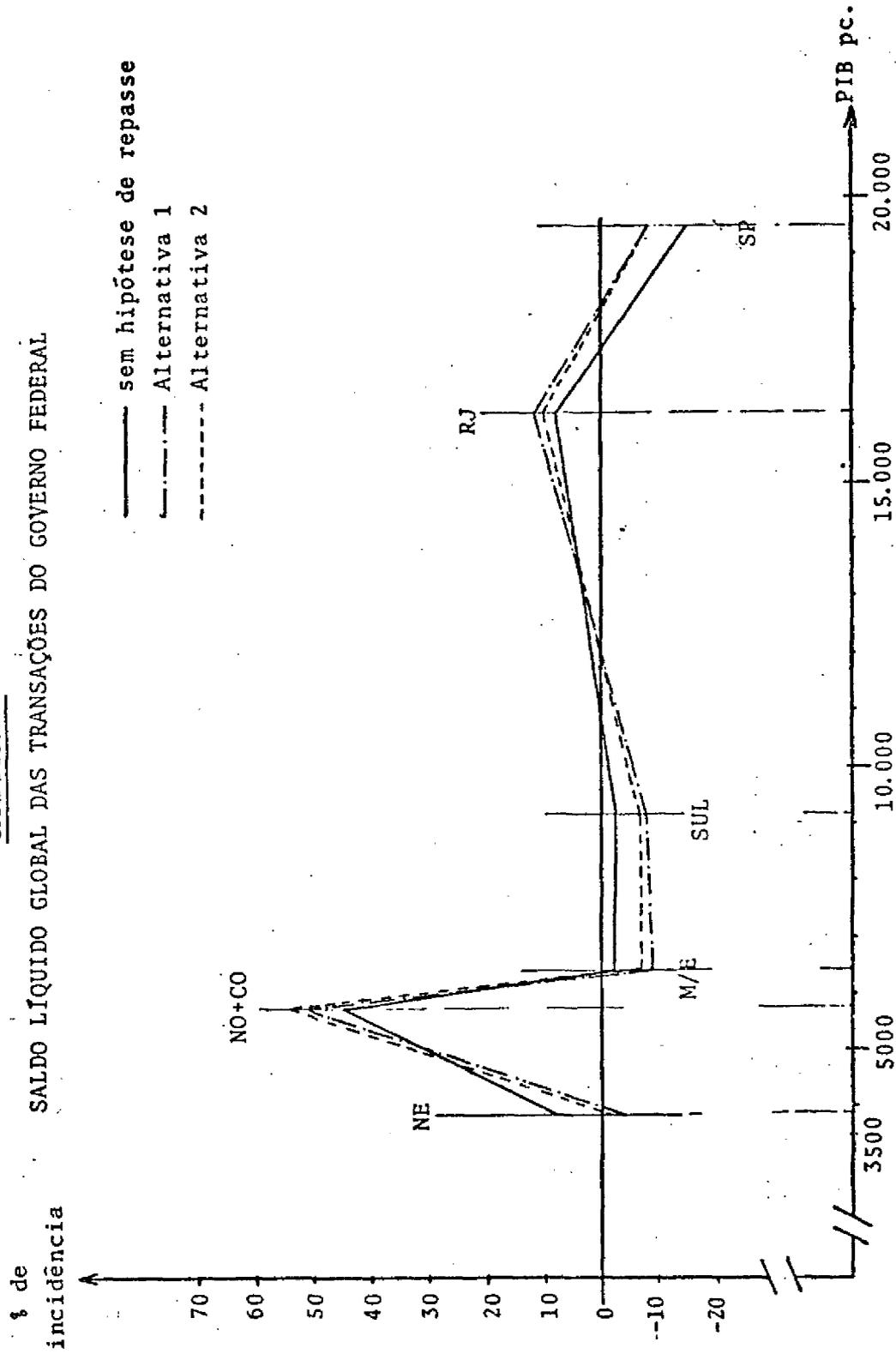




TABELA 3.10  
BRASIL: INCIDÊNCIA REGIONAL DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNAMENTAIS - 1975 -  
SEM HIPÓTESES DE REPASSE DE CARGA FISCAL ENTRE REGIÕES  
(RECEITA OU DESPESA/RENDA - %)

I T E M	R E G I Ã O						BRASIL
	RJ	SP	SUL	M-E*	NE	NO+CO	
<u>Governo Federal</u>							
- Impostos (1)	34,1	22,0	13,7	14,4	12,1	22,3	20,9
- Despesas (2)	43,1	8,6	11,0	13,1	20,5	67,8	20,2
- Saldo Líquido (3)=(2)-(1)	9,0	-14,6	-2,7	-1,3	8,4	45,5	-0,7
<u>Governo Estadual</u>							
- Impostos (4)	4,1	6,6	6,0	5,6	4,5	4,6	5,7
- Despesas (5)	4,1	6,6	6,0	5,6	4,5	4,6	5,7
- Saldo Líquido (6)=(5)-(4)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo Líquido Global (7)=(3)+(6)	9,0	-14,6	-2,7	-1,3	8,4	45,5	-0,7

FONTE: Elaboração própria na base de FGV (1980), Romaldini (1980) e Müller (1982).

\* Minas Gerais + Espírito Santo



TABELA 3.11

BRASIL: INCIDÊNCIA REGIONAL DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNAMENTAIS - 1975 -  
 COM HIPÓTESES DE REPASSE DE CARGA FISCAL ENTRE REGIÕES - ALTERNATIVA 1  
 (RECEITA OU DESPESA/RENDA - %)

I T E M	R E G I Ã O							BRASIL
	RJ	SP	SUL	M-E*	NE	NO+CO		
<u>Governo Federal</u>								
- Impostos (1)	31,4	16,4	19,3	20,9	21,3	14,8	20,9	
- Despesas (2)	43,1	8,6	11,0	13,1	20,5	67,8	20,2	
- Saldo Líquido (3)=(2)-(1)	11,7	-7,8	-8,3	-7,8	-0,8	53,0	-0,7	
<u>Governo Estadual</u>								
- Impostos (4)	5,3	4,3	6,3	7,2	8,5	5,8	5,7	
- Despesas (5)	4,1	6,6	6,0	5,6	4,5	4,6	5,7	
- Saldo Líquido (6)=(5)-(4)	-1,2	2,3	-0,3	-1,6	-4,0	-1,2	-0,0	
Saldo Líquido Global (7)=(3)+(6)	10,5	-5,5	-8,6	-9,4	-4,8	51,8	-0,7	

FONTE: Idem Tabela 3.10.

\*Minas Gerais + Espírito Santo



TABELA 3.12

BRASIL: INCIDÊNCIA REGIONAL DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNAMENTAIS - 1975 -  
 COM HIPÓTESE DE REPASSE DE CARGA FISCAL ENTRE REGIÕES - ALTERNATIVA 2  
 (RECEITA OU DESPESA/RENDA - %)

I T E M	R E G I A O							BRASIL
	RJ	SP	SUL	M-E *	NE	NO+CO		
<u>Governo Federal</u>								
- Impostos (1)	31,9	18,4	17,7	19,1	17,7	13,3	20,9	
- Despesas (2)	43,1	8,8	11,0	13,1	20,5	67,8	20,2	
- Saldo Líquido (3)=(2)-(1)	11,2	-9,6	-6,7	-6,0	2,8	54,5	-0,7	
<u>Governo Estadual</u>								
- Impostos (4)	5,3	4,3	6,4	7,2	8,5	5,8	5,7	
- Despesas (5)	4,1	6,6	6,0	5,6	4,5	4,6	5,7	
- Saldo Líquido (6)=(5)-(4)	-1,2	2,3	-0,3	-1,6	-4,0	-1,2	0,0	
Saldo Líquido Global (7)=(3)+(6)	10,0	-7,3	-7,0	-7,6	-1,2	53,3	-0,7	

FONTE: Idem Tabela 3.11.

\*Minas Gerais + Espírito Santo

TABELA 3.13  
RECEITAS E DESPESAS DA UNIÃO, POR ESTADOS  
1975

ESTADOS	UNIÃO		
	RECEITA (1)	DESPESA (2)	(1)/(2)
Acre	60.349	370.233	6,13
Amazonas	1.081.615	2.417.711	2,23
Roraima	32.857	201.604	6,14
Pará	1.508.539	3.384.064	2,24
Amapá	99.890	504.581	7,72
Região Norte	2.783.250	6.877.993	2,47
Maranhão	411.435	1.817.419	4,42
Piauí	309.941	1.426.552	4,60
Ceará	1.421.812	3.395.674	2,39
Rio Grande do Norte	584.790	1.693.432	2,90
Paraíba	741.403	1.860.551	2,51
Pernambuco	4.449.540	6.280.545	1,41
Alagoas	696.817	1.312.059	1,88
Sergipe	409.032	988.080	2,42
Bahia	5.258.470	5.539.509	1,05
Região Nordeste	14.283.240	24.313.821	1,70
Minas Gerais	11.737.514	10.104.196	0,86
Espírito Santo	1.397.685	1.891.068	1,35
Rio de Janeiro	57.770.159	73.118.413	1,27
São Paulo	88.043.718	34.429.792	0,39
Região Sudeste	158.949.076	119.543.469	0,75
Paraná	6.892.751	5.342.284	0,78
Santa Catarina	3.526.899	3.617.002	1,03
Rio Grande do Sul	13.605.327	10.364.240	0,76
Região Sul	24.024.977	19.323.526	0,80
Rondonia	97.883	310.315	3,17
Mato Grosso	1.082.780	1.746.873	1,61
Goiás	1.577.396	2.245.027	1,42
Distrito Federal	7.852.523	29.565.711	3,77
Região Centro-Oeste	10.610.582	33.867.926	3,19
BRASIL	210.651.125	203.926.735	

Fonte: Regionalização das Transações do Governo Federal - FGV/1980.

A nível estadual, o ICM apresenta-se claramente regressivo, com a exceção mais uma vez do Centro-Oeste + Norte, ainda que em grau relativamente moderado. Note-se que se se considera só o nível estadual, São Paulo é o único estado que consegue um saldo positivo.

Do ponto de vista das despesas, os gastos federais introduzem alterações sensíveis no quadro, redistribuindo rendas fiscais a favor basicamente do Rio de Janeiro e do NO + CO, que são os únicos estados/regiões que conseguem saldos finais positivos, nas duas alternativas de repasse. A razão deste comportamento pode ser, em grande medida, atribuída à concentração das despesas governamentais nas duas sedes mais importantes das repartições e autarquias federais (isto é, as cidades do Rio de Janeiro e Brasília). O restante das regiões apresentam saldos negativos entre receitas tributárias e transferências, com incidência moderada em relação à renda interna.

Como conclusão, pode-se indicar que em termos de fluxo líquido de recursos, o conjunto do Norte e Centro-Oeste (principalmente o DF) e o Rio de Janeiro são as duas áreas mais beneficiadas, enquanto que o resto do país sofre uma drenagem em termos líquidos, de impacto relativamente reduzido (mas não desprezível).

Uma análise mais simples pode, da mesma forma, evidenciar o montante de transferências existentes das regiões ricas para as mais pobres, transferências estas que tendem a compensar os déficits destas últimas com relação às primeiras.

A tabela 3.13 mostra dados de arrecadação efetuada pela União e a sua respectiva despesa classificados por estados. Através desses dados pode-se perceber que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebem transferências líquidas positivas que equivalem a respectivamente 147%, 170% e 219% da arrecadação de impostos efetuada em seus territórios. A nível de estados essas transferências são bem mais significativas chegando à ordem de 6 ou 7 cruzeiros gastos por cruzeiro arrecadado, para os então territórios federais, atingindo a cifra de

3 ou 4 cruzeiros para alguns estados, como por exemplo, Maranhão, Piauí e Rondônia.

Por outro lado, de uma forma geral, são os estados do Sudeste e Sul, superavitários em termos de comércio, os que mais cedem receitas para as demais regiões, sobressaindo nesse contexto o estado de São Paulo para o qual apenas cerca de 39 centavos são gastos internamente para cada cruzeiro arrecadado.

Evidencia-se, dessa forma, também nesta análise, uma transferência líquida de recursos dos estados com superávit para aqueles com déficit através do sistema arrecadado de impostos do Governo Federal, fazendo sobressair um mecanismo compensador entre estados, via política fiscal.

#### 3.3.4. Estruturas de produção e preços nas trocas entre regiões

Nas trocas entre duas economias a relação entre preços de importação e de exportação pode significar uma variável importante no mecanismo de ajustamento da balança comercial, na medida em que a flexibilidade dos preços (e custos) internos sejam uma função da oferta de meios de pagamentos. Entretanto, em sistemas de economias regionais, esse mecanismo clássico de ajustamento dificilmente funcionará, principalmente pelo fato de que a nível local (regional) os movimentos dos preços são bastante limitados em razão de os produtores operarem primordialmente com o mercado mundial ou nacional, estabelecendo preços que prevalecem em todas as regiões, anulando-se, em consequência, as vantagens eventuais de uma região deficitária.

Nesse contexto, uma análise mais interessante a ser efetuada a partir dos preços de importação e exportação diz respeito às possibilidades de transferência de esforço produtivo entre regiões sendo dadas as suas respectivas estruturas produtivas.

Este aspecto tem sido bastante discutido ultimamente dentro do contexto da teoria do intercâmbio desigual. Esta teoria, dentro de um enfoque neo-ricardiano foi aplicado ao Bra-

sil a nível regional em trabalho desenvolvido pela FIPE em convênio com o IPEA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>(1)</sup>, e pode ser utilizado complementarmente na análise das relações de trocas entre regiões brasileiras, com o intuito de compreender a dinâmica atual do desenvolvimento brasileiro no seu aspecto inter-regional.

De uma forma ampla, a teoria do intercâmbio desigual procura mostrar como o comércio entre nações tende a favorecer aquelas economias cujos preços são formados a partir de uma estrutura de custos onde predominem elevada capitalização do processo produtivo e onde a mão-de-obra seja remunerada segundo um salário real elevado.

O mecanismo pelo qual isso ocorre é relativamente simples e parte da idéia de que quando duas economias se envolvem em um processo de trocas é porque elas produzem mercadorias qualitativamente diferentes que possam ser intercambiadas para o proveito de ambas as partes envolvidas no comércio. Em razão da diferença qualitativa entre as mercadorias trocadas torna-se muito difícil estabelecer um padrão qualquer de comparabilidade que seja isento dos efeitos ilusórios provindos da utilização pura e simples dos preços de mercado sem se considerar as condicionantes que se encontram por detrás de tais preços.

Se se toma como referencial primário da formação de preços uma função de produção do tipo neo-ricardiana, onde a um volume de capital, compra de insumos e pagamentos de salários é aplicado uma taxa de lucros, pode-se verificar qual a influência sobre os preços de variações no grau de capitalização e no nível de salários.

A equação (representativa de uma função de produção do tipo neo-ricardiano),

$$P_j = \left( \sum_{i=1}^n p_i A_i + w_j L_j \right) (1 + r)$$

representa a formação do preço em um setor  $j$  qualquer como uma função dos insumos comprados  $\left( \sum_{i=1}^n p_i A_i \right)$  e do total de salá-

(1) Ver Ablas e Smith (1982).

rios pagos ( $w_j L_j$ ) cuja soma equivale ao total de capital utilizado no processo produtivo e sobre o qual deverá incidir uma taxa de lucro ( $r$ ). Neste caso fica claro que o esforço dispendido na produção de  $j$  será proporcional ao trabalho efetivamente utilizado nessa etapa de produção, no caso  $L_j$ . Conseqüentemente, processos de produção mais intensos em trabalho (com um  $L_j$  maior) gerarão preços de produção mais elevados como um reflexo de um esforço produtivo maior e a troca, estabelecendo-se proporcionalmente ao volume de trabalho incorporado em cada bem trocado, envolverá uma troca de equivalentes.

No entanto o valor do preço final  $p_j$  além de sofrer a influência do volume de trabalho será determinado ainda por duas outras variáveis: primeiro, o volume relativo dos insumos ( $\sum P_i A_{ij}$ ) quando comparado com o total de salários pagos ( $w_j L_j$ ) e segundo, o nível médio dos salários ( $w_j$ ) que eleva a folha de pagamentos sem elevar o conteúdo de trabalho incorporado no bem produzido ( $L_j$ ). Há ainda uma terceira variável que poderá influir no preço do produto desde que ela seja diferenciada por setor: a taxa de lucro  $r$ .

Dentro deste contexto, se se pretende verificar quais os efeitos recíprocos dos respectivos preços de produção em duas economias que se encontram envolvidas por um processo de intercâmbio de produtos diferentes (e portanto não comparáveis a não ser via preço) basta que se procure verificar a que níveis estariam se fixando o seu grau médio de capitalização, os seus salários reais médios e a taxa de lucro, desde que ela seja diferenciada entre as duas economias.

O trabalho desenvolvido anteriormente para o IPEA (Ablas e Smith-1982) demonstra, a partir da função de produção anteriormente citada, a fórmula abaixo, cuja utilização pode ser feita para a análise do intercâmbio desigual entre regiões:

$$VA^I - mL^I \approx L^I [\bar{r}(k^I - k) + (w^I - w)]$$

O primeiro modelo desta fórmula mostra de quanto o valor adicionado na região  $I$  ( $VA^I$ ) se afasta, negativa ou positivamente, do esforço produtivo desenvolvido em um período ( $mL^I$ ), sendo  $m$  um fator monetário que expressa em cruzeiros o valor médio de 1 hora trabalhada. O segundo membro decompõe essa diferença nas três variáveis anteriormente referidas: o grau médio de capitalização da região, comparado com a média nacional ( $k^I - k$ ); o salário médio, igualmente comparado com a média nacional ( $w^I - w$ ), e a taxa de lucros ( $r$ ).

Os dados apresentados no trabalho citado referem-se aos anos de 1970 e 1975 e estão dispostos na tabela 3.14 e representados nos mapas 3.4 e 3.5<sup>(1)</sup>. Desses dados são extraídas algumas conclusões que merecem ser aqui sumarizadas.

Inicialmente, tais resultados fazem sobressair uma certa tendência concentradora de recursos na região definida a partir do estado de São Paulo, que se apropria de uma parcela significativa do esforço produtivo desenvolvido no restante da nação.

Em segundo lugar fica claro que o fator que mais influi no fortalecimento da economia paulista não é o seu grau de capitalização, mas o diferencial de salários entre regiões com significativa vantagem para a região centralizadora.

Em terceiro lugar, ao contrário do que seria de se esperar, regiões como o Nordeste do País possuem estruturas produtivas com grau de capitalização relativamente elevado o que lhes confere uma vantagem significativa no que se refere às possibilidades de acumulação de capital.

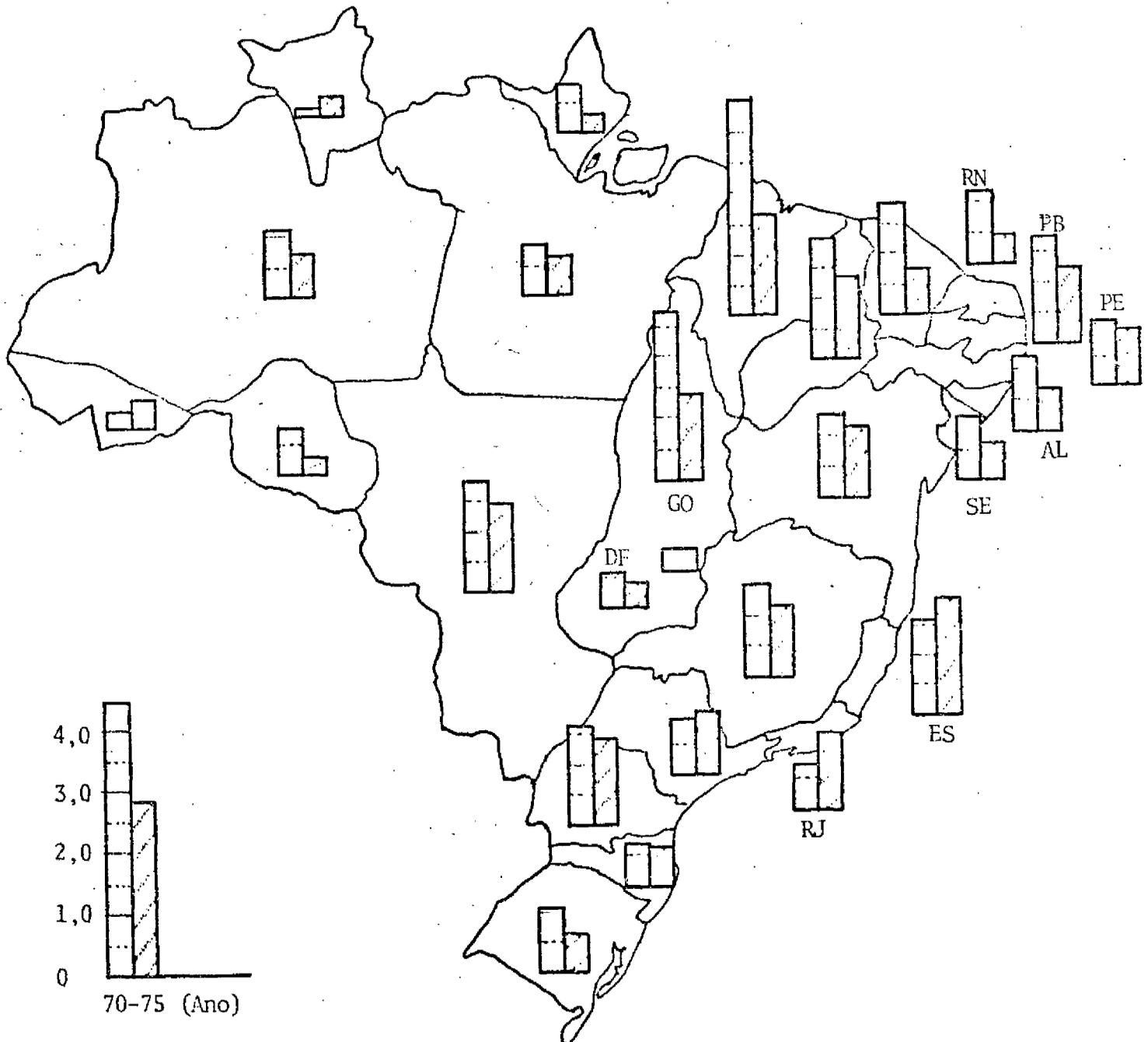
No tocante à taxa de lucro, no modelo teórico apresentado a mesma assume um papel neutro, na medida em que se considera uma mobilidade perfeita do capital, dando condições para a sua igualação entre os setores produtivos. Sabe-se, entretanto que na realidade, dificilmente tal hipótese irá se verificar, podendo-se admitir que aos setores onde prevalecem menores taxas de lucros irá corresponder uma situação deficitária na compara

---

(1) No trabalho em referência, os autores efetuam algumas comparações com resultados obtidos de outras fontes que mostram a consistência desses resultados.

MAPA 3.4  
BRASIL

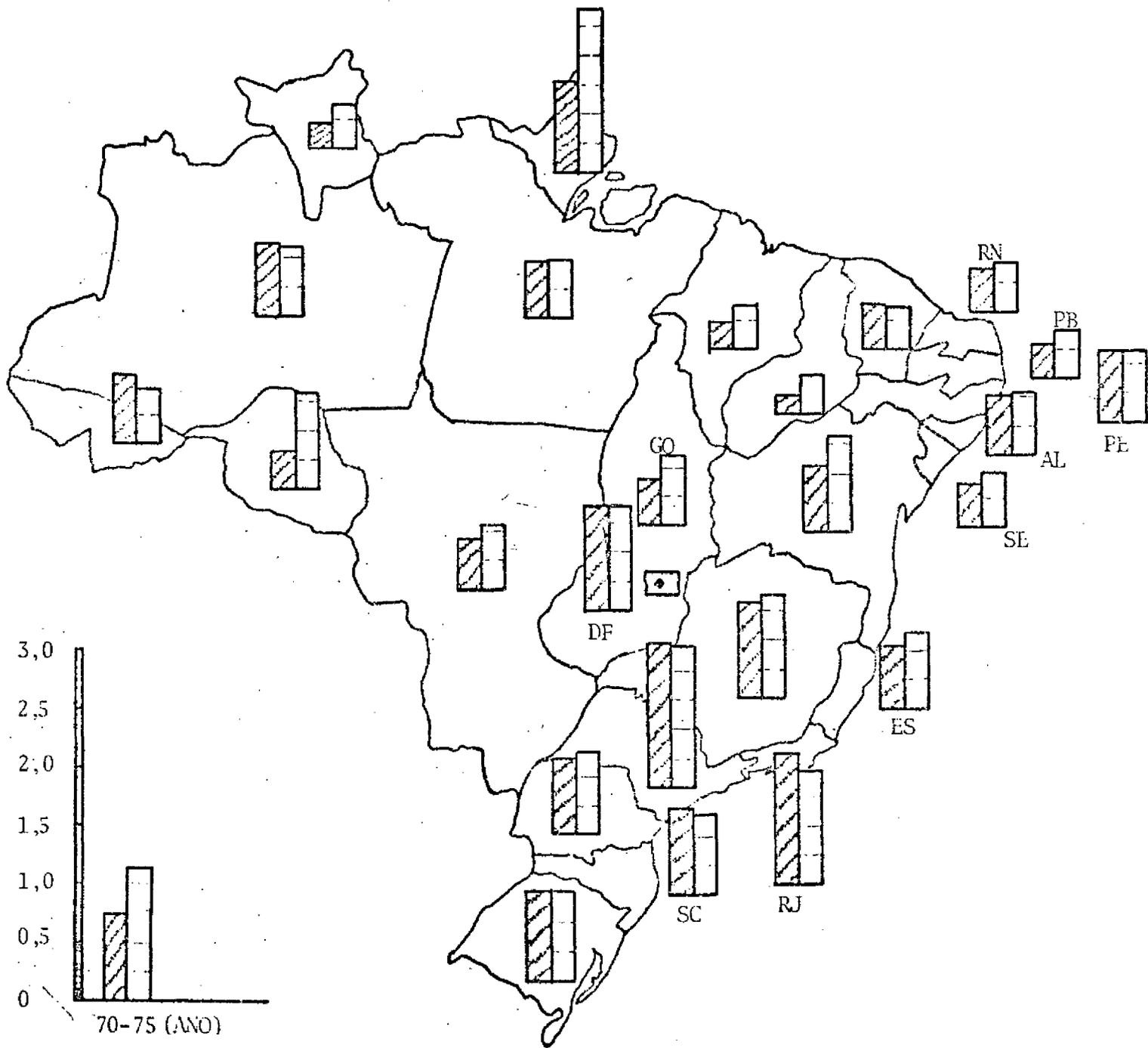
Grau Médio de Capitalização por Estado



Média Nacional igual a 1,0.



MAPA 3.5  
BRASIL  
Salário Médio por Estado



ção ( $VP^I - mL^I$ ) e vice-versa. Tal raciocínio poderá ser levado a nível regional quando se trabalha com valores médios regionais tendo em vista as respectivas composições das estruturas produtivas.

Em termos gerais, desde que exista concorrência entre as atividades produtivas pode-se admitir a igualização da taxa de lucro. Porém, à medida que são introduzidas imperfeições no mercado, é possível admitir a existência de taxas diferenciadas entre setores produtivos, o que conduzirá ao aparecimento de uma fonte extra de transferência de esforço produtivo entre setores e entre regiões.

No caso brasileiro pode-se fazer algumas inferências baseadas no senso comum a respeito da divisão em que atuaria essa variável. Inicialmente, é preciso dizer que o fenômeno da oligopolização é de difícil mensuração e possui uma variabilidade temporal que invalida a maioria das inferências baseadas em dados defasados no tempo. Entretanto, é possível admitir que os setores mais oligopolizados são os mais dinâmicos, mais modernos e, na maioria das vezes, os mais capital intensivos. Por outro lado, são, geralmente, detentores de elevadas economias de escala o que permite que sejam instaladas poucas unidades produtivas para atender à demanda espalhada por todo o território nacional, havendo, em razão disso, uma tendência à sua localização nos centros onde se concentra a maior parte dessa demanda. Neste caso, é de se esperar que o efeito da taxa de lucro diferenciada venha a favorecer as regiões mais desenvolvidas em detrimento das mais pobres.

Por outro lado, mesmo admitindo-se que as atividades mais oligopolizadas viessem a se instalar nas regiões mais pobres (no Nordeste por exemplo), tendo-se em vista a origem dos capitais ligados a essas atividades é de se esperar que passasse a existir algum tipo de transferência, via mercado financeiro, na direção dos centros mais desenvolvidos.

Tais hipóteses não podem ser comprovadas empiricamente a nível deste trabalho pela insuficiência de dados. Entretanto, pode ser admitido, sem grande margem de erro que, no mínimo,



a diferenciação da taxa de lucros não teria condições de favorecer as regiões menos desenvolvidas pelo fato de as mesmas estarem inseridas em um sistema econômico e social mais amplo que possui características centralizadoras nos centros mais dinâmicos.

Desde que se possa admitir que das três variáveis consideradas anteriormente - grau de capitalização, nível de salário e taxa de lucro - pelo menos duas têm uma ação negativa contra as regiões ou estados da periferia brasileira, sendo a terceira, aparentemente neutra sob esse ponto de vista, percebe-se que o mecanismo de preços tende a transferir esforço produtivo das regiões (ou estados) mais pobres para aqueles com um grau de desenvolvimento mais elevado. Ao contrário, portanto, do que preconizam os teóricos da economia de mercado, mesmo que a concorrência funcionasse perfeitamente, haveria a possibilidade da existência de tal drenagem, devendo-se por isso, prever algum tipo de mecanismo que tendesse a fortalecer as estruturas produtivas das regiões menos desenvolvidas com a finalidade de equiparar as condições de concorrência entre regiões.

Desta forma, aos mecanismos de transferência caracterizados anteriormente e oriundos de déficits crônicos nas balanças de pagamento entre estados, adiciona-se mais este, o que vem confirmar a fragilidade das estruturas produtivas regionais que são o resultado da forma como o desenvolvimento brasileiro tem sido feito e como, no correr dos anos, tal desenvolvimento tem se refletido de forma diferenciada sobre o território.



TABELA 3.9  
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS

	AC	AM	PA	AP	RO	RR	MA	PI	CE	RN
AC	-	-104,9	71,0	...	-64,1	-0,6	-0,3	...	-4,5	-1,9
AV	104,9	-	-169,9	0,7	17,4	108,6	2,7	5,5	-76,1	-13,8
PA	-71,0	169,9	-	179,8	18,0	5,8	216,0	84,5	30,6	-35,5
AP	...	-0,7	-179,8	-	...	...	0,2	-0,5	1,5	0,0
RO	64,1	-17,4	-18,0	...	-	...	...	-0,1	-1,1	-5,0
RR	0,6	-108,6	-5,8	...	...	-	...	-0,3	0,4	-2,3
MA	0,3	-2,7	-216,0	...	...	...	-	-535,1	-275,3	-6,7
PI	...	-5,5	-84,5	-0,2	...	...	535,1	...	-	-27,0
CE	4,5	76,1	-30,6	0,5	0,1	0,3	275,3	558,5	-	100,8
RN	1,9	13,8	35,5	-1,5	1,1	-0,4	6,7	27,0	-100,8	-
PB	0	11,2	34,1	0,0	5,0	2,3	70,6	26,8	24,6	230,8
PE	19,5	102,4	434,4	2,0	-0,2	0,1	293,5	363,6	976,7	970,0
AL	15,8	82,5	7,2	1,2	0,9	0,4	9,4	10,5	-5,9	-6,3
SE	0,3	-0,2	-4,9	0	0,2	0,1	28,9	10,7	-5,9	-36,8
BA	-0,6	-25,2	22,7	-64,5	-19,9	-1,1	-67,6	34,1	123,6	32,1
FN	...	...	...	...	...	...	0,2	...	...	...
MT	10,4	-2,7	-11,8	-0,1	30,9	-0,8	2,7	-12,5	-6,3	-13,4
GO	9,5	25,4	94,1	1,2	12,1	-0,2	37,7	-11,2	28,0	-8,4
DF	2,9	-14,0	-112,9	-5,1	1,9	1,5	-7,7	5,2	108,9	-7,8
MG	38,4	143,0	346,0	2,7	-8,6	9,4	-22,0	90,6	447,1	0,9
ES	1,1	-1,9	19,8	0,3	8,3	0,1	-2,4	9,8	4,0	-1,7
RJ	71,3	-53,7	1.608,1	75,3	120,1	18,6	402,6	332,2	1.470,5	285,9
SP	351,7	-1.812,5	4.911,2	218,5	666,5	99,0	1.126,5	1.313,8	5.572,0	1.234,5
PR	51,6	109,9	238,2	20,4	87,2	14,4	53,5	85,4	191,3	78,3
SC	14,0	60,8	129,2	6,7	20,5	8,4	29,4	62,3	58,0	49,4
RS	33,8	77,8	180,7	15,2	41,6	-0,6	52,4	68,4	256,1	98,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Revista de Finanças Públicas, Ministério da Fazenda, nº 344, 1980.

NOTA: ... não houve comércio.

Continua

TABELA 3.9

## SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS

Continuação

	PB	PE	AL	SE	BA	FN	MT	GO	DF	MG
AC	0	-19,5	-15,8	-0,3	+0,6	...	-10,4	-9,5	-2,9	-38,4
AM	-11,2	-102,4	-82,5	0,2	25,2	...	2,7	-25,4	14,0	-143,0
PA	-34,1	-434,4	-7,2	4,9	-22,7	...	11,8	-94,1	112,9	-346,0
AP	-2,0	-13,2	-1,2	0,0	64,5	...	0,1	-1,2	5,1	-2,7
RO	0,2	-8,9	-0,9	-0,2	19,9	...	-30,9	-12,1	-1,9	8,6
RR	-0,1	-2,7	-0,4	-0,1	1,1	...	0,8	0,2	-1,5	-9,4
MA	-70,6	-293,5	-9,4	-28,9	67,6	-0,2	-2,7	-37,7	7,7	22,0
PI	-26,8	-363,6	-10,5	-10,7	-34,1	...	12,5	11,2	-5,2	-90,6
CE	-24,6	976,7	5,9	5,9	-123,6	...	6,3	-28,0	-108,9	-447,1
RN	-230,8	-970,0	6,3	36,8	-32,1	...	13,4	8,4	7,8	-0,9
PB	-	1.444,7	33,6	51,7	106,8	...	6,3	12,2	-23,5	70,7
PE	1.444,7	-	1.221,8	110,2	803,3	1,6	10,3	15,0	45,9	-932,2
AL	-33,6	-1.221,8	-	10,1	227,3	...	1,4	8,1	3,7	-99,9
SE	-51,7	-110,2	-10,1	-	-581,0	-0,1	-0,5	19,4	-9,5	-52,2
BA	-106,8	-803,3	-227,3	581,0	-	0,2	-10,8	-39,0	-5,5	-1.397,0
FN	...	-1,6	...	0,1	-0,2	-	+0,1	-2,2	-0,1	-13,4
MT	-6,3	-10,3	-1,4	0,5	10,8	-0,1	-	-21,6	-31,9	-362,2
GO	-12,2	-15,0	-8,1	-19,4	39,0	2,2	21,6	-	38,2	-160,4
DF	23,5	-45,9	-3,7	9,5	5,5	0,1	31,9	-38,2	-	-
NG	-70,7	932,2	99,9	52,2	1.397,0	13,4	362,2	160,4	1.044,1	-
ES	-5,2	-4,0	4,9	-10,5	-145,6	1,5	7,3	6,3	10,6	-33,4
RJ	269,6	2.235,9	519,9	507,9	3.726,0	36,5	346,4	1.080,3	2.551,2	977,1
SP	1.786,5	10.845,2	2.424,5	501,9	9.172,5	8,1	5.045,3	6.495,9	7.096,1	20.497,4
PR	144,8	521,0	113,2	71,9	583,1	0,3	806,3	1.022,2	375,3	1.571,7
SC	53,6	-155,7	23,2	55,3	622,2	1,5	74,4	140,4	150,2	873,1
RS	195,4	965,9	165,0	91,6	1.128,2	0,5	1.237,5	227,4	360,0	123,3

Continua

TABELA 3.9

## SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS

Continuação	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	Saldo
AC	1,1	-71,3	-351,7	-51,6	-14,0	-33,8	-725,0
AM	1,9	53,7	1.812,5	-109,9	-60,8	-77,8	+1.277,2
BA	-19,8	-1.608,1	-4.911,2	-238,2	-129,2	-180,7	-7.298,0
CE	-0,3	-75,3	-218,5	-20,4	-6,7	-15,2	-466,3
DF	-8,3	-120,1	-666,5	-87,2	-20,5	-41,6	-947,9
ES	-0,1	-18,6	-99,0	-14,4	-8,4	0,6	-268,0
GO	2,4	-402,6	-1.126,5	-53,5	-29,4	-52,4	-3.043,4
MA	-9,8	-332,2	-1.313,8	-85,4	-62,4	-68,4	-2.529,2
MT	-4,0	-1.470,5	-5.572,0	-191,3	-58,0	-256,1	-8.258,9
MS	1,7	-285,9	-1.234,5	-78,3	-49,4	-98,4	-2.914,5
PA	5,2	-269,6	-1.786,5	-144,8	-53,6	-195,4	-3.231,6
PB	4,0	-2.235,9	-10.845,2	-521,0	155,7	-965,9	-8.502,8
PE	-4,9	-519,9	-2.424,5	-113,2	-23,2	-165,0	-4.239,7
PI	10,5	-507,9	-501,9	-71,9	-55,3	-91,6	-2.021,6
PR	145,6	-3.726,0	-9.172,5	-583,1	-622,2	-1.128,2	-17.061,3
RN	-1,5	-36,5	-8,1	-0,3	-1,5	-0,5	-65,5
RO	-7,3	-346,4	-5.045,3	-806,3	-74,4	-1.237,5	-7.943,3
RJ	-6,3	-1.080,3	-6.495,9	-1.022,2	-140,4	-227,4	-8.898,4
RS	-10,6	-2.551,2	-7.096,1	-375,3	-150,2	-360,0	-11.631,9
SC	33,4	-977,1	-20.497,4	-1.571,7	-873,1	-123,3	-18.971,0
SE	-	-3.574,8	-4.288,2	58,4	-120,7	-552,8	-8.608,8
SP	3.574,8	-	-28.242,5	-883,3	-425,1	727,8	-8.666,6
TO	4.288,2	28.242,5	-	13.827,3	4.622,6	16.695,7	+145.230,9
TR	-58,4	883,3	-13.827,3	-	2.195,1	-3.097,8	-7.765,1
MT	120,7	425,1	-4.622,6	-2.195,1	-	-2.916,5	-6.911,5
MS	552,8	-727,8	-16.695,7	3.097,8	2.916,5	-	-5.537,8

TABELA 3.14

BRASIL

GRAU DE CAPITALIZAÇÃO E SALÁRIO MÉDIO POR ESTADO E REGIÃO

	$k^I-k$		$w^I-w$	
	1970	1975	1970	1975
Norte	0,92	0,65	0,55	0,58
Rondonia	0,76	0,29	0,32	0,83
Acre	0,26	0,45	0,59	0,47
Amazonas	1,12	0,74	0,63	0,60
Roraima	0,13	0,32	0,21	0,38
Pará	0,83	0,67	0,48	0,49
Amapá	0,79	0,29	0,79	1,40
Nordeste	1,33	0,93	0,49	0,58
Maranhão	3,53	1,64	0,24	0,37
Piauí	1,99	1,38	0,17	0,34
Ceará	1,85	0,74	0,39	0,38
Rio Grande do Norte	1,23	0,50	0,37	0,44
Paraíba	1,78	1,27	0,29	0,41
Pernambuco	1,07	0,94	0,63	0,64
Alagoas	1,21	0,70	0,52	0,54
Sergipe	1,01	0,61	0,37	0,48
Bahia	1,36	1,17	0,56	0,82
Sudeste	0,97	1,08	1,16	1,15
Minas Gerais	1,56	1,19	0,82	0,89
Espírito Santo	1,58	1,92	0,55	0,66
Rio de Janeiro	0,72	1,28	1,15	0,98
São Paulo	0,91	1,02	1,24	1,23
Sul	1,07	0,78	0,73	0,74
Paraná	1,63	1,43	0,65	0,71
Santa Catarina	0,68	0,63	0,75	0,70
Rio Grande do Sul	1,05	0,62	0,76	0,78
Centro-Oeste	1,95	1,13	0,46	0,64
Mato Grosso	1,86	1,46	0,41	0,54
Goiás	2,71	1,39	0,40	0,60
Distrito Federal	0,59	0,41	0,89	0,89
Brasil	1,00	1,00	1,00	1,00

FONTE: Ablas e Smith (1982).



#### 4. ALGUNS CANAIS DE SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS ESPACIAIS DA POLÍTICA ECONÔMICA

##### 4.1. Alguns Canais de Síntese

Nas duas partes anteriores do presente trabalho foram delineadas as grandes características da dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro. Inicialmente, dentro de uma ótica descritiva, foram evidenciados os grandes movimentos populacionais que definem e caracterizam a ocupação do território brasileiro, evidenciando-se, e confirmando análises anteriores, que nas últimas décadas a ocupação do território nacional teria se dado segundo duas vertentes: o adensamento da região sudeste do país, com fortalecimento da sua posição de centro dinâmico e a ocupação da fronteira agrícola demonstrada a partir de um movimento migratório na direção da região centro-oeste do país.

Em segundo lugar, através do privilegiamento de uma linha que deu ênfase à dinâmica inter-regional do desenvolvimento brasileiro, foi evidenciada a disparidade acentuada entre as diversas estruturas produtivas presentes nas diversas porções do território nacional e o seu relacionamento, podendo-se nesse caso concluir que a atual divisão espacial do trabalho deverá levar, no futuro, a uma acentuação das especializações atuais pela dinâmica de inter-relacionamento que prevalece no presente entre as diversas regiões.

Olhada de uma perspectiva histórica mais ampla é fácil concluir que a atual divisão espacial do trabalho prevalecente entre as regiões brasileira e caracterizada por uma desigualdade significativa, é um reflexo da incidência espacial diferenciada do desenvolvimento global da sociedade brasileira. Não têm sentido, portanto, as tentativas de análise de uma região isolada sem considerá-la na sua articulação com as demais regiões e com o processo global de desenvolvimento brasileiro.

A concentração da população e da produção na região sudeste do país tem suas origens na própria forma de colonização do Brasil e nas características de solo e clima que prevalecem

nessa porção territorial. As características assumidas pelo processo de substituição de importações a partir da crise econômica de 1929 e a seqüência em que se deu tal substituição criaram, ao longo dos últimos 50 anos, as condições para o fortalecimento cada vez maior do centro dinâmico composto pelo aglomerado de São Paulo e sua periferia imediata. Este fortalecimento, como foi evidenciado pela análise do relacionamento inter-regional tratado no capítulo 3 deste trabalho, ao longo do tempo, fez funcionar alguns mecanismos que tendem a retirar a força de crescimento das demais regiões em benefício do centro dinâmico, apesar da existência de alguns mecanismos compensatórios que de alguma forma reduzem os efeitos negativos detectados.

Entretanto, qualquer análise desta problemática, ao contrário do que preconizam alguns teóricos da economia espacial, terá que ser feita a partir de um relacionamento entre as "formas espaciais" assumidas pelo desenvolvimento brasileiro e as "estruturas sociais" (aí incluídas as de produção) evitando-se assumir uma posição espacialista tendente a explicar a conformação espacial a partir de características do próprio espaço.

Em termos espaciais estáticos, a "*forma espacial*" assumida pela sociedade brasileira pode ser resumida na existência de um centro dinâmico em torno do qual gravitam, em níveis diferentes, vários tipos de periferia. A um primeiro nível, o núcleo dinâmico é constituído pela área metropolitana de São Paulo, abarcando, já a um segundo nível de consideração, as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte que definem o chamado "*triângulo industrial*" brasileiro. Desse núcleo ampliado fazem parte algumas áreas predominantemente agropecuárias com características modernas e de elevada produtividade que incluem o interior do estado de São Paulo, o triângulo mineiro e o norte do Paraná.

A um terceiro nível, pode-se detectar uma primeira periferia ainda dinâmica, resultante da expansão na direção do sul do país, composta de toda uma área constituída basicamente pe-

lo restante do estado do Paraná, e pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa mesma periferia dinâmica poderia incluir o estado do Espírito Santo e mais recentemente parte da Bahia.

A expansão da fronteira agrícola tem consolidado, a um quarto nível, uma periferia que recebe os efeitos dinâmicos do centro propulsor. Esta área é composta basicamente pelos Estados do Mato Grosso (atual), Goiás, Sudeste do Pará, Rondônia e Acre. Estas áreas, embora mais distantes do centro dinâmico, acham-se diretamente ligadas ao seu complexo urbano industrial através da infraestrutura de comunicações e pela complementaridade das suas atividades econômicas com as atividades produtivas concentradas em São Paulo e nas demais áreas urbanas importantes da região sudeste.

Finalmente, a um quinto nível de periferia, pode-se situar toda a região do Nordeste, com a possível exceção de áreas de ocupação mais recente do estado do Maranhão. Esta porção do território caracteriza-se por relações de competitividade com o núcleo dinâmico e em razão disso perde posição relativa ao longo dos anos. Sua alta densidade populacional e a baixa produtividade da sua agricultura não permitem que o seu relacionamento com as porções restantes do território nacional e, especialmente com a região sudeste, lhe seja favorável.

Procurando-se identificar a correspondência entre o processo social amplo que tem caracterizado o desenvolvimento brasileiro com a forma espacial resultante do tal processo percebe-se que o caráter eminentemente capitalista e reflexo que caracterizou tal processo principalmente após a crise econômica de 1929 é o responsável pelos padrões atuais das estruturas produtivas especializadas que vigoram nas diversas porções do território nacional. Com efeito, se se retrocede no tempo pode-se facilmente verificar que, uma vez definida a localização inicial da ocupação territorial brasileira ainda na época do Brasil colônia, fica também definida a evolução posterior da forma espacial que assume o processo de desenvolvimento de caráter capitalista e dependente.

No momento em que as condições externas permitiram o início do processo de substituição de importações propiciando as condições para o desenvolvimento industrial do país já se encontravam definidas as bases territoriais mínimas para a ocupação futura do território. As indústrias que se implantam no país com a finalidade de suprir os bens de consumo até então importados localizam-se, como não poderia deixar de ser, junto à demanda pré-existente para tais produtos. Tal demanda achava-se então concentrada basicamente na região dominada pelo eixo Rio-São Paulo, onde se concentrava a maior parte da produção cafeeira.

As etapas seguintes do processo substitutivo de importações (bens intermediários, bens de consumo duráveis e, mais recentemente, bens de capital) acabaram por acentuar as características de ocupação do espaço já definidas no período anterior.

À medida que o processo se firmou principalmente na região sudeste (triângulo industrial) e se espraiou para o sul do país, criaram-se as condições de mercado principalmente de matérias-primas que permitiram a expansão da produção na direção das regiões centro-oeste e norte, ampliando-se a fronteira agrícola.

Nas etapas mais recentes, o processo de desenvolvimento brasileiro caracteriza-se, como foi detectado anteriormente, por um inter-relacionamento entre as diversas estruturas produtivas que tende, ao longo do tempo, a um fortalecimento cada vez maior do centro propulsor do desenvolvimento nacional.

Na medida em que se detecta essa tendência, qual teria sido o papel dos poderes públicos no sentido de atenuar os problemas que têm surgido e que tendem a surgir ao longo do tempo pela permanência desses padrões de desenvolvimento e o seu reatamento espacial?

Para tentar responder a esta questão, na parte seguinte deste capítulo serão tratadas algumas políticas governamentais que tenham tido algum efeito espacial no decorrer dos últimos 20 anos, abarcando, portanto, o período de 1960 a 1980.

## 4.2. Considerações sobre os Efeitos Espaciais da Política Econômica

O problema de avaliar os efeitos de uma política governamental qualquer envolve a definição de um quadro referencial a partir do qual seja possível efetuar considerações coerentes a respeito do grau em que uma política tenha atingido os seus objetivos. Entretanto, o próprio delineamento desse quadro tem caráter ambíguo na medida em que o papel do estado em uma sociedade é controvertida a nível das formulações teóricas. A fim de melhor situar esse aspecto, acredita-se ser útil efetuar uma rápida resenha sobre esse assunto criando-se assim as condições para o estabelecimento de um quadro referencial que permita a avaliação que se seguirá.

### 4.2.1. Considerações preliminares de ordem teórica

Na teoria tradicional das finanças públicas, é usual partir da apresentação de uma economia dita "*sem governo*", caracterizada pelo desenvolvimento de trocas onde os indivíduos são soberanos. A "*introdução*" do governo é, neste contexto, entendida como a de um agente cuja peculiaridade consiste na possibilidade de obrigar os indivíduos a mudar preços e quantidades em suas trocas, mediante impostos, subsídios e restrições quantitativas, que se traduzem em transferências interpessoais da renda e em mudanças na composição setorial da demanda de bens e serviços. Na medida em que o governo interfere no desenvolvimento das trocas de indivíduos soberanos, introduzem-se alterações que só podem se justificar se elas possibilitam uma melhoria na situação da coletividade, seja do ponto de vista alocativo (isto é, melhorando o emprego dos recursos disponíveis), seja do ponto de vista distributivo (isto é, visando uma distribuição de renda considerada justa ou conveniente).

Neste contexto, a pergunta referente à avaliação dos efeitos da política econômica do governo, em geral, possui uma

conotação específica que consiste em comparar a situação "real" (de referência) que se observa com uma situação hipotética onde o governo não interviria (ou literalmente, não existiria), ou onde sua intervenção teria características apenas reguladoras.

Neste ponto, a formulação tradicional defronta-se com um primeiro obstáculo: a rigor, não é possível imaginar uma sociedade sem um estado que garanta o direito dos indivíduos para realizar livremente suas transações.

A resposta do enfoque ortodoxo á esse obstáculo, consiste simplesmente em indicar que se pode aceitar a existência de um "estado-gendarme", cujas funções consistiriam exclusivamente em garantir as trocas dos indivíduos, e não mais do que isso.

Entretanto, se esta resposta salva a coerência interna do enfoque tradicional, ela gera novos problemas no momento de sua operacionalização. Basicamente, a principal dificuldade diz respeito ao peculiar conceito de estado pressuposto neste enfoque, e que pode ser colocada nos seguintes termos: o "estado ortodoxo" consiste numa entidade cujo comportamento é avaliado (e eventualmente guiado) por critérios de racionalidade, mas que não pertence a rigor aos indivíduos, sendo que eles permanecem numa posição externa e passiva; externa, porquanto não é explicitado se (e como) eles têm acesso ao seu controle, e passiva, porquanto não existe uma interação entre estado e indivíduos, sendo que estes se limitam a rever suas decisões quando há mudanças nas decisões adotadas pelo estado.

Pode-se sugerir que este enfoque poderia pretender possuir um certo grau de realismo para o caso histórico daquelas sociedades onde uma "elite" burguesa-liberal se opôs, em sua expansão, aos entraves impostos por um estado que não lhe pertencia. Mas, com certeza, este não poderá pretender ser um enfoque válido se se defronta com uma situação onde essa "elite" já possui efetivamente o controle do estado. Neste caso, ele torna-se um instrumento de grande importância, aliás, para o

desenvolvimento do projeto que essa "elite" formula para a sociedade em seu conjunto<sup>(1)</sup>.

Parece evidente que neste último caso não existe mais a possibilidade de interpretar a inserção do estado como agente externo aos indivíduos, posto que um grupo destes tem acesso a seu controle, instrumentando-o para que a sua atuação responda a uma "racionalidade orientada" pela "elite" dominante.

No entanto, esta noção de "racionalidade orientada" deve ser devidamente qualificada, posto que se trata de uma racionalidade evidentemente limitada, que impede uma reconstrução racional estrita dos objetivos governamentais a partir de suas políticas, por duas razões. Em primeiro lugar, nunca esse "projeto" numa formulação detalhada, abrangente e congruente em seus objetivos, metas e instrumentos, posto que a "elite" que o sustenta é representativa de interesses não necessariamente harmoniosos em todas as suas dimensões de atuação; o projeto deve ser o suficientemente genérico para obter o maior consenso possível, dentro dos limites determinados.

Em segundo lugar, não é possível, teoricamente, alcançar uma completa racionalidade na formulação e implementação do "projeto", pela simples razão que não é possível alcançar um completo conhecimento — e, portanto, controle — do conjunto do sistema econômico.

A discussão desenvolvida até aqui permite salientar três aspectos importantes, para a avaliação, em geral, do papel e de inserção do estado na economia. Primeiro; esta avaliação deve ser realizada considerando que as políticas implementadas respondem a um "projeto" global, formulado pela "elite" que

(1) Neste contexto, referimo-nos à "elite" como sendo um grupo homogêneo relativamente reduzido de indivíduos com possibilidades de acesso ao poder político, e portanto ao controle do estado, condição que, em épocas "normais" implica dispor de margem decisiva para a imposição de um programa para o conjunto de sociedade. Não vale a pena entrar na questão da "representatividade" da "elite" de diferentes grupos ou classes sociais, aceitando-se apenas a sua existência a partir de uma constatação empírica.

controla o estado; segundo, deve-se formular inicialmente o conteúdo deste projeto, para em seguida avaliar a coerência entre ele e as políticas implementadas; terceiro, podem-se avaliar os efeitos não previstos das políticas implementadas.

Estes três aspectos orientarão a avaliação do ponto de vista espacial da política econômica governamental do Brasil, no período 1960-1980. Para este fim, tais políticas serão avaliadas como pertencentes a um projeto global de desenvolvimento que visou introduzir padrões de crescimentos específicos.

Neste sentido, a análise desdobrar-se-á nas seguintes etapas:

- Em primeiro lugar, será caracterizado brevemente o que se considera essencial do "projeto" de desenvolvimento vigente para o Brasil, projeto este implementado em boa medida através da ação do estado;

- A seguir, serão enumeradas as principais políticas implementadas, fazendo distinções entre aquelas que tiveram e as que não tiveram objetivos espaciais explícitos;

- Finalmente, serão avaliados os efeitos espaciais destas políticas.

#### 4.2.2. O projeto de desenvolvimento do Brasil em 1960-1980

Pretende-se apresentar aqui uma síntese do que se considera o "projeto de desenvolvimento" que orientou a evolução da economia brasileira, ou seja, o padrão (ou padrões) de desenvolvimento vigente, no período 1960-1980<sup>(1)</sup>.

A rigor, deveriam ser avaliados separadamente três sub-períodos diferenciados. O primeiro, que consiste num estágio de reajustamento, vai até 1967; o segundo que coincide com o denominado "milagre", compreende o período de 1967 a 1973; o ter-

(1) Associa-se aqui os termos "projeto" e "padrões" do desenvolvimento, supondo que os padrões observados efetivamente refletem, em medida significativa, o "projeto" formulado pela "elite" dominante.

ceiro, caracterizado pela desaceleração do crescimento econômico, vai até 1980<sup>(1)</sup>.

Não se pretende, no entanto, caracterizar o "projeto" de cada sub-período, posto que a análise se alongaria excessivamente, preferindo-se, alternativamente, selecionar os seus aspectos mais significativos, mesmo não abrangendo a totalidade do intervalo 1960-1980. Com base na formulação de Serra (1982) e Tavares (1972), tais aspectos seriam os seguintes:

- O crescimento baseou-se principalmente no setor industrial de bens de consumo durável, de bens de capital de consumo e de construção civil (obras de infraestrutura);
- No referente ao setor agropecuário, foi incentivada a produção de exportáveis, fortalecendo o movimento de ocupação de fronteira agrícola;
- Este padrão de crescimento foi sustentado mediante a intervenção combinada do estado e de grandes empresas nacionais e estrangeiras, incrementando sensivelmente o grau de concentração de economia;
- Um fator fundamental na implementação deste projeto foi a compressão salarial das camadas de renda baixa. A renda liberada (seja devido ao arrocho, seja devido ao próprio crescimento) foi em boa parte destinada à ampliação de setores de renda média e alta, mesmo assalariados, que constituíram o grupo mais beneficiado deste período, em termos relativos, além, é claro, dos mercados de consumo dos bens duráveis que lideraram a expansão.

#### 4.2.3. As principais políticas econômicas associadas ao projeto de desenvolvimento

O grau de participação do estado na atividade econômica não sofreu grandes variações ao longo do período, no que tange à apropriação e transferência de renda pelo sistema tributário.

(1) Esta é uma periodização tradicionalmente aceita. Ver, por exemplo, Serra (1982).

A pressão tributária bruta (incluindo impostos federais e estaduais e receitas previdenciárias) permaneceu em torno de 22% entre 1965 e 1980, com um mínimo de 19,1% em 1965 e um pico de 24,8% em 1973<sup>(1)</sup>. Ao longo do período, a participação dos impostos diretos (incluindo as receitas previdenciárias) aumentaram de 30% para 50% aproximadamente mas a presença de importante tributação indireta, aliada a determinadas características do sistema previdenciário, tem determinado um perfil de incidência que tende a penalizar as classes de renda mais baixa<sup>(2)</sup>.

Um aspecto que convém salientar é que aumentou o poder de decisão da União em detrimento dos estados, no que tange à faculdade de tributação destes últimos e à participação em fundos formados por impostos federais.

Já em função do padrão de desenvolvimento adotado, o estado, em geral, fez amplo emprego de isenções fiscais para a promoção das atividades consideradas prioritárias.

Com respeito às despesas federais financiadas pela tributação geral, não existem elementos para estabelecer políticas explícitas. Pode-se assinalar apenas que elas se concentraram além de suas três áreas "*tradicionais*", como administração geral, educação, saúde e defesa - em investimentos em infra-estrutura, em subsídios diretos ao setor privado e no setor previdenciário<sup>(3)</sup>. A nível estadual, as despesas tradicionais repre

(1) Dados calculados em base em informações coletadas em diversos números de "*Conjuntura Econômica*", fornecidos pelo Prof. Carlos A. Longo. É de se notar, de passagem, que estes valores encontram-se bem abaixo dos observados em países desenvolvidos.

(2) Num abrangente estudo Eris e outros (1983, pág. 95 e seguintes) avaliam o efeito distributivo do sistema tributário, à luz de seis diferentes hipóteses de repasse de carga fiscal. Em três delas, evidencia-se a presença de regressividade; em duas, de proporcionalidade; e em apenas uma, de progressividade.

(3) Em 1975, por exemplo, 35% da despesa federal corresponde aos itens denominados "*tradicionais*" 41% à previdência social, 10% a subsídios ao setor privado e 14% a investimento em infra-estrutura e transportes e energia (Müller, 1982, quadro 3).

sentaram parcela importante, deixando margem menor para investimentos e transferências ao setor privado<sup>(1)</sup>.

A participação do estado como investidor em empresas foi crescente no período, seja através da estruturação e/ou crescimento de empresas estatais, seja através de participação como sócio minoritário em empreendimentos privados. Os investimentos estatais orientaram-se basicamente para a solução do estrangulamento na provisão de insumos e serviços básicos (insumos industriais e energéticos, principalmente). Já a participação nos investimentos privados foi distribuída entre os setores de bens duráveis de consumo, de insumos e de bens de capital, os mais dinâmicos no período. É importante notar que os grandes investimentos em infra-estrutura fortaleceram decididamente o setor de firmas empreiteiras de construção civil e grandes projetos.

Outro poderoso instrumento de promoção para o setor industrial foi o do financiamento, principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (agora Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), mediante linhas de crédito a juros reduzidos, que contribuíram significativamente para a formação do patrimônio das empresas do setor privado. Os setores privilegiados por este Banco foram novamente os mais dinâmicos do período.

No que se refere à política para a fronteira agrícola não houve intervenção do estado como investidor direto, mas sua orientação sobre as decisões privadas foi sensível. Pode-se distinguir neste ponto duas etapas diferenciadas, no que tange à expansão agrícola da fronteira: a primeira vai até 1968, começando a segunda a partir dessa data.

Num primeiro estágio, a promoção da fronteira agrícola, especialmente na Amazônia, foi baseada em ambiciosos planos de colonização, implementados, em sua maioria, diretamente pe

(1) Em 1975, 41% da despesa dos estados destinou-se a custeio de administração, 14% a investimentos, e só 3% a transferências ao setor privado. (Fonte: FGV, 1980).

lo estado. O objetivo declarado era a instalação de população principalmente procedente do Nordeste, a fim de diminuir a pressão demográfica e social existente nesta região.

A partir de 1968, e com a justificativa de ineficácia do sistema, esta política é progressivamente abandonada, sendo substituída por outra de cunho oposto, onde os grandes investidores agrícolas são os principais favorecidos, permitindo a consolidação do grande capital (e do grande empreendimento) na fronteira agrícola. A política de crédito agrícola foi provavelmente o principal instrumento de promoção, através de financiamentos (muitas vezes fortemente subsidiados) veiculados principalmente pelo Banco do Brasil, em parte com acesso direto a recursos do orçamento monetário.

No resto do setor rural, pode-se dizer que a política governamental reforçou basicamente a produção de exportáveis, mediante uma política que remunerou diferenciadamente seus produtores, em detrimento dos produtores de alimentos. Este fato tendeu a criar uma associação entre produtores de exportáveis e grandes proprietários (tipicamente, na produção de soja e na pecuária), e entre produtores de alimentos e pequenos proprietários. Cumpre finalmente assinalar a importante participação do estado na construção de infra-estrutura de acesso aos espaços agrícolas, especialmente aos da fronteira.

Até aqui, foram resenhados brevemente os aspectos essenciais das políticas econômicas que não tiveram objetivos espaciais explícitos. É necessário considerar agora as que tendem explicitamente a atingir um padrão determinado de distribuição das atividades, do ponto de vista espacial.

Uma resenha do conteúdo dos sucessivos planos de desenvolvimentos no Brasil mostra que o Plano de Metas não contempla a questão regional, enquanto que o Plano Trienal de 1962 e o PAEG (1964) evidenciam, no nível retórico, preocupação com o padrão extremamente desigual de desenvolvimento, do ponto de vista espacial. Finalmente, os dois PND's mostram, além da menção explícita aos aspectos espaciais, uma inversão de perspectiva: já não prevalece uma preocupação com os desdobramen-

tos espaciais perversos do projeto de desenvolvimento, mas o desenvolvimento nacional é identificado com o desenvolvimento das regiões que compõem o todo do país.

Efetivamente a preocupação regional no planejamento brasileiro inicia-se no Nordeste com a SUDENE (1959), tendo continuidade em outras regiões, principalmente na região Norte com a SUDAM (1963) e SUFRAMA (1967). Com a justificativa de aumentar o emprego da mão-de-obra e reduzir os desequilíbrios regionais, nestes três programas a industrialização se constitui no ponto central da estratégia adotada. Basicamente os instrumentos utilizados constituíram-se em fortes incentivos fiscais e financeiros oferecidos à implantação de atividades nas áreas selecionadas.

Aliado à preocupação com uma política espacial explícita centrada na industrialização, seguiram-se alguns programas de cunho agrícola mas concebidas com a finalidade de favorecer as áreas menos desenvolvidas da nação, basicamente o Norte e o Nordeste, com algumas ampliações na direção das porções amazônicas do Centro-Oeste.

Na fase anterior ao II PND pode-se destacar a criação de programas específicos como o PIN (Programa de Integração Nacional) e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). O primeiro com o objetivo de integrar as duas regiões-problema (Nordeste e Norte) e o segundo buscando o equilíbrio social mediante o acesso à terra de populações marginalizadas. Além disso, foi proposta a extensão ao campo da aplicação dos incentivos fiscais.

Com o II PND, e fortemente influenciados pela idéia de pólos de desenvolvimento, surgem programas espaciais específicos cujo objetivo era fortalecer a estrutura de produção de algumas regiões selecionadas. Nesta direção surgiram os programas do POLONORDESTE e POLAMAZÔNIA para as duas regiões-problema e ainda o Projeto Sertanejo, especificamente para a área semi-árida do Nordeste. Para a região Centro-Oeste, e ainda com a finalidade de reforçar a sua estrutura de produção surgiram os programas POLOCENTRO, PRODEGRAN e PRODEPAN.

#### 4.2.4. Efeitos espaciais das políticas implementadas

Lembrando o enfoque proposto no início deste capítulo, a avaliação dos efeitos espaciais da política econômica consistirá basicamente em avaliar as repercussões espaciais do instrumental implementado. Neste sentido, serão avaliados inicialmente os efeitos espaciais das políticas de fomento às atividades agrícolas e industriais, seguindo-se o exame das políticas que tiveram objetivos espaciais explícitos. Os efeitos espaciais da política fiscal não serão aqui analisados pelo fato de já terem sido objeto de considerações no item 3.3 do capítulo anterior.

##### i) Políticas de Fomento às Atividades Agrícolas<sup>(1)</sup>

No que tange à fronteira agrícola, o impacto das políticas de apoio foi diferenciado, segundo se tratou das políticas de colonização até 1968/70 ou da política de apoio à grande propriedade capitalista, posteriormente.

A política de colonização foi implementada basicamente no Pará e no Maranhão. Nos dois casos, as tentativas governamentais fracassaram, posto que só foi possível atingir uma fração reduzida dos objetivos globais propostos, basicamente pela ineficácia do estado em proporcionar apoio adequado para a produção e comercialização.

A partir dos anos 70, o fato de se privilegiar a grande propriedade agropecuária significou reduzir acentuadamente as possibilidades de absorção de população na fronteira, seja pela dificuldade de acesso à terra, seja pelo fato de a grande propriedade concentrar-se na pecuária, atividade tipicamente pouco intensiva em mão-de-obra.

---

(1) As considerações deste item baseiam-se em CME-PIMES, Relatórios n.ºs. 2 e 7.

Finalmente, deve-se creditar ao estado a construção de infra-estrutura de acesso às áreas de fronteira (por exemplo, as rodovias transamazônicas, Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Santarém), viabilizando sua ocupação.

Já no que tange às políticas de fomento à atividade agropecuária em geral, deve-se salientar que os principais beneficiados foram as grandes empresas agrícolas capitalistas. Dado que estas predominam nos estados desenvolvidos, estes foram seus principais beneficiários. Por exemplo, os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste receberam, no curso dos anos 70, somente 12% do crédito rural nacional, apesar de concentrar (em 1970) 30% da renda do setor agrícola. Apenas 12% da produção agrícola do Nordeste e do Centro-Oeste foi beneficiado por financiamento via preços mínimos, enquanto no Sudeste e Sul, este percentual atingiu 30%<sup>(1)</sup>. Também os programas de desenvolvimento técnico rural concentram-se marcadamente no Sudeste e Sul do país.

Constata-se, como conclusão geral, que a política para o setor agrícola, ao ter como setor prioritário as grandes propriedades capitalistas, teve reflexos espaciais perversos, posto que favoreceu as regiões mais desenvolvidas<sup>(2)</sup>.

## ii) Políticas de Fomento à Atividade Industrial

Evidentemente, os efeitos espaciais das políticas de fomento à indústria terão estreita conexão com os critérios locacionais das atividades priorizadas (bens duráveis de consumo, de insumos e de bens de capital).

Inicialmente, é preciso esclarecer que no que se refere aos investimentos de ampliação de capacidade de plantas já instaladas, o efeito espacial de eventuais políticas de apoio ficará determinado pela localização das instalações já existentes, ratificando portanto padrões já estabelecidos. A avaliação das políticas, neste caso, torna-se um assunto quase trivial.

(1) Ver CME-PIMES, Relatório nº 7, pág. 64.

(2) Além de ter efeitos sociais também perversos, que se dobram em conflitos muitas vezes violentos, pela posse do solo.

No entanto, como é bem sabido, o Brasil experimentou, durante o período em análise, intenso processo de crescimento industrial, sendo que novas plantas foram instaladas em quantidade considerável.

Quais os padrões locacionais destas novas plantas?

As indústrias de bens duráveis de consumo instalaram-se, prioritariamente, na proximidade dos mercados consumidores, na região sudeste, e principalmente no estado de São Paulo.

As indústrias de insumos, dependendo crucialmente do fornecimento da matéria-prima, localizaram-se perto das fontes, tanto das domésticas como nas proximidades dos portos de importação. No primeiro caso, tem-se as indústrias de metais, (principalmente, siderurgia) cuja matéria-prima encontrava-se basicamente em Minas Gerais, portanto no Sudeste. No segundo caso, formaram-se complexos industriais significativos nas proximidades do porto de Santos. (SP-Sudeste) e de Salvador (BA-Nordeste), voltados à petroquímica.

Finalmente, as indústrias de bens de capital instalaram-se basicamente na região Sudeste, devido à própria concentração dos estabelecimentos dos demais setores industriais. Na tabela 4.1, são indicados alguns parâmetros locacionais da indústria de transformação no Brasil, em 1970.

Considerando-se os setores dinâmicos que foram favorecidos pela política governamental, fica evidente que mesmo a partir de um padrão já muito concentrado de distribuição espacial da indústria, o crescimento diferencial dos setores de bens de capital, de bens de consumo durável e de insumos não pode senão reforçar diferencialmente a concentração de atividades no Sudeste; isto porque, precisamente estes setores, são os que se apresentam como mais concentrados, em relação ao conjunto da indústria, na referida região.

No entanto, não se deve por isso concluir que a concentração cresceu muito, em termos relativos. Pelo contrário, os percentuais de participação, nos anos de 1959 e 1970, permaneceram em posições relativamente estáveis. Por exemplo, a partici

TABELA 4.1  
BRASIL: INDICADORES DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA  
ATIVIDADE INDUSTRIAL -- 1970  
(% sobre total do Brasil)

Setor	Região	Emprego	Valor de Transf. Ind.
Bens de Capital e Bens Duráveis de Consumo	Norte	0,4	0,1
	Nordeste	2,9	1,5
	Sudeste	87,0	91,8
	Sul	9,4	6,4
	Centro-Oeste	0,4	0,1
Insumos	Norte	1,8	1,0
	Nordeste	9,1	5,6
	Sudeste	65,3	79,1
	Sul	22,0	13,6
	Centro-Oeste	1,7	0,7
Bens de Consumo Duráveis	Norte	1,7	1,0
	Nordeste	13,0	7,8
	Sudeste	68,0	76,9
	Sul	15,8	13,2
	Centro-Oeste	1,4	1,2
Total Indústria de Transformação	Norte	1,5	0,8
	Nordeste	10,0	5,7
	Sudeste	70,4	80,7
	Sul	16,8	12,0
	Centro-Oeste	1,4	0,8

FONTE: CME-PIMES, Relatório nº 2, Parte I, pág. 88.

pação do Sudeste no total de emprego passou de 71,4% para 70,4%, enquanto que no referente ao valor de transformação industrial, tal região evoluiu de 79,2% para 80,7%<sup>(1)</sup>. Portanto, embora possa prever que a política governamental, baseada no "projeto" de industrialização, tenha atuado como fator decisivo de concentração, parece mais adequado afirmar que tal projeto ratificou padrões já vigentes os quais provavelmente não teriam mudado de forma substantiva, caso tivesse sido outro o "projeto" implementado (salvo uma muito improvável "desindustrialização").

### iii) Políticas Espacialmente Explícitas

Das políticas espacialmente explícitas talvez a experiência da SUDENE tenha sido a mais avaliada nos últimos anos, podendo-se concluir em grandes linhas, que a política da SUDENE resultou para o Nordeste em uma elevação da sua taxa histórica de crescimento da atividade industrial, embora tal taxa não tenha alcançado o mesmo nível daquela obtida para os centros mais dinâmicos localizados na região do SUDESTE.

As características da industrialização, tanto na área da SUDENE como na da SUDAM revelam a instalação de grandes empresas, utilizadoras de tecnologia avançada (às vezes mesmo superior àquela adotada pelas suas congêneres do centro-sul), concentrada em alguns setores específicos e com claras ligações com grupos econômicos da região SUDESTE.

Em razão dessas características, tal industrialização tem sido pouco absorvedora de mão-de-obra, o que justifica a existência de amplos bolsões de desemprego nessas regiões com significativos efeitos sobre o mercado de trabalho e sobre os salários, e de baixa ação germinativa, principalmente pela ausência de efeitos "para a frente" e "para trás", que tenderam a surgir nas regiões mais dinâmicas às quais as indústrias regionais estão ligadas.

No que se refere ao programa da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o objetivo primordial de criar um enclave re-exportador,

(1) Cfe. CME-PIMES, Relatório nº 2, 1978. As demais regiões exibem comportamento análogo, salvo o Nordeste, que apresenta queda moderada, entre os dois anos indicados.

tador com geração de emprego interno não foi plenamente atingido, constituindo-se a Zona Franca mais em um enclave de importação, principalmente de aparelhos eletro-eletrônicos. Não se pode dizer, no entanto, que para a Amazônia, especificamente, não tenha havido um conjunto de efeitos benéficos principalmente do ponto de vista da dinamização da economia regional situada em torno da cidade de Manaus. O próprio estado do Amazonas, como foi verificado anteriormente tem se beneficiado de saldos de balança de pagamentos favoráveis com relação ao resto do país.

No que se refere aos programas de cunho agrícola, o Programa de Integração Nacional, concebido para integrar as duas regiões-problema (Norte e Nordeste) através de um relacionamento intenso entre as duas, teve resultados tímidos pelo baixo nível de emigração do Nordeste para o Norte. O elevado investimento em infra-estrutura que deveria propiciar os meios para a integração acabou por se transformar em um instrumento das grandes empresas agropecuárias que se instalaram na região com base em elevados incentivos fiscais.

O PROTERRA, declaradamente um programa redistribuidor de terras, tornou-se, na prática, um financiador de infra-estrutura sem maiores preocupações com as condições para a fixação do homem ao campo. Os financiamentos, em sua maior parte, foram dirigidos para os médios e grandes agricultores, transformando o programa em um instrumento concentrador.

Os programas que pretendem basear-se na estratégia de pólos de desenvolvimento têm dado ênfase, de uma forma geral, às características qualitativas da produção, resultando em um atendimento prioritário às empresas com maior capacidade de modernização e que são exatamente as empresas médias e grandes. O POLOCENTRO e o PRODEGRAM, que se preocupam prioritariamente com o nível da produtividade agrícola, acabam por beneficiar empresas intensivas em capital, descurando-se, dessa forma, do aspecto relacionado ao emprego da mão-de-obra.



O POLAMAZÔNIA e o PRODEGRAN, por outro lado têm dado ênfase maior à pecuária resultando daí um forte estímulo ao desemprego da mão-de-obra.

Pode-se concluir que, tal como as políticas gerais de desenvolvimento colocadas em prática no país nos últimos anos, as políticas espacialmente explícitas têm tendido ao fortalecimento da empresa capitalista, não resolvendo os problemas em razão dos quais foram criados, ampliando um processo de modernização e pecuarização das regiões periféricas. Como resultado, o mercado de mão-de-obra assume características ofertantes, sendo a queda do nível de salário real um fato que tem influenciado a longo prazo o desenvolvimento nestas porções do território nacional.

## 5. CONCLUSÕES

Da análise efetuada anteriormente é possível retirar algumas conclusões sob o ponto de vista restrito da dinâmica espacial que tem assumido o desenvolvimento brasileiro nas décadas mais recentes.

Se se observa inicialmente as principais características do processo demográfico e do movimento populacional como uma indicação da ocupação do território, percebe-se que a população brasileira tem mantido os seus padrões históricos de crescimento global, diferenciando-se, entretanto, tais padrões a nível estadual e regional, evidenciado o caráter assumido pelo desenvolvimento das atividades produtivas e a sua localização.

De uma forma geral observa-se duas grandes tendências na distribuição da população pelo território brasileiro. Primeiro tem havido um reforço dos pontos mais dinâmicos principalmente ao redor da área metropolitana de São Paulo, embora se evidencie uma tendência à desconcentração dentro do próprio núcleo considerado. Paralelamente, a população tem tendido a ocupar os espaços demograficamente mais rarefeitos, evidenciando a ampliação da fronteira agrícola.

Essas duas tendências podem ser confirmadas pela observação dos grandes traços assumidos pelo processo migratório brasileiro. Com efeito, a região do Nordeste se apresenta como a grande fornecedora de migrantes para o restante do país, aparecendo a região do Sudeste e principalmente o estado de São Paulo como os grandes centros receptores desses migrantes. É interessante notar ainda que a ocupação da fronteira agrícola tem sido feita predominantemente com migrações oriundas do sudeste e do sul do país, evidenciando uma ocupação da região centro-oeste com características de expansão do centro dinâmico constituído pelo estado de São Paulo e seus arredores.

Esse padrão de ocupação territorial tem sido acompanhado por um processo de urbanização significativo em todas as porções do território nacional. Nas regiões mais dinâmicas, onde

um processo de industrialização está presente pode-se aceitar a relação industrialização-urbanização como um fato irreversível e que tende a permanecer no tempo, criando grandes e médias cidades onde a atividade industrial predomina. Entretanto, nas regiões de fronteira pode-se perceber uma urbanização relativamente elevada sem a presença de uma atividade industrial significativa. Tal fato pode estar evidenciando que a relação entre atividade agrícola e urbanização tende a assumir padrões ainda inéditos no desenvolvimento brasileiro e que precisaria ser melhor compreendido, através de uma análise a um nível territorial mais desagregado.

Obviamente, esse processo de urbanização acelerado possui uma contraface que se constitui em uma diminuição relativa (ou mesmo absoluta como parece ter ocorrido na última década) da população rural e que abre o caminho para análises mais aprofundadas sobre os padrões tecnológicos que têm prevalecido na atividade agro-pecuária no Brasil.

Ao mesmo tempo, quando se observa o processo de urbanização sob o ponto de vista da formação de uma rede urbana, pode-se constatar que o crescimento dos centros urbanos de tamanhos diferentes tem se feito segundo padrões que tendem a manter ou até aumentar a integração da rede urbana brasileira. Contrastando com essa característica geral, as áreas de fronteira têm apresentado um crescimento mais elevado dos centros maiores em detrimento dos menores, confirmando, outra vez, a característica ímpar do processo de ocupação territorial na fronteira do país.

Na tentativa de se fazer uma análise inter-regional dessa dinâmica de ocupação do território nacional, foi possível perceber, pelas análises efetuadas anteriormente, que há uma correspondência estreita entre a configuração territorial assumida pela sociedade brasileira e os seus padrões de desenvolvimento caracterizado em termos de estruturas produtivas diferenciadas espacialmente.

A análise efetuada no sentido de verificar as características da inter-relação entre as diversas parcelas do território

rio nacional evidenciaram a existência de um conjunto de espaços relativamente homogêneos que se relacionam entre si estabelecendo diversos níveis hierárquicos através dos quais fluem (se assim se pode dizer) os efeitos positivos e negativos que influenciam o desenvolvimento brasileiro. Tais níveis, conforme definidos anteriormente, seriam os seguintes:

- i) Um núcleo dinâmico, constituído pela área metropolitana de São Paulo;
- ii) Um núcleo ampliado que constitui o "*triângulo industrial*" brasileiro (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte);
- iii) Primeira periferia dinâmica, formada pelos estados do sul do país;
- iv) Segunda periferia constituída pela expansão da fronteira agrícola (Mato Grosso, Goiás e Sudeste do Pará, Rondônia e Acre);
- v) A periferia mais distante composta pelos estados do Nordeste.

Essa última área, por possuir características de concorrência com o Sudeste e Sul do país não se encontra diretamente integrada ao centro dinâmico da economia.

Observado de uma perspectiva histórica é possível verificar que o padrão de ocupação territorial encontra-se estreitamente ligado às características assumidas pelo processo de desenvolvimento nacional nos anos recentes, principalmente ao seu caráter dependente e capitalista. Como resultado pode-se observar atualmente uma situação em que o relacionamento entre as diversas porções do território que se diferenciam basicamente pelo grau de avanço das suas estruturas de produção tendem a assumir características que provocam uma drenagem de recursos das áreas menos desenvolvidas para as mais ricas. A balança comercial entre os estados, apresentando um déficit crônico contra os estados menos desenvolvidos obriga o governo central a lançar mãos de instrumentos compensatórios sem os quais o equilíbrio (ainda que tênue) entre essas regiões seria rapidamente rompido.

Ao mesmo tempo, em razão de características peculiares do mercado de trabalho, principalmente no nordeste brasileiro, e pela prevalência de salários reais mais baixos nessas áreas, faz com que a relação de troca seja desfavorável às regiões menos desenvolvidas o que reduz ainda mais a sua já carente capacidade de investimento, prejudicando, a longo prazo, o processo de desenvolvimento regional.

Quando se procura observar o papel dos poderes públicos nas últimas décadas, conforme foi enfatizado no capítulo 4, pode-se constatar que o mesmo vem se constituindo em um tipo de intervenção que tende a reproduzir nas áreas não desenvolvidas os mesmos padrões de desenvolvimento de características capitalistas que tem prevalecido no centro dinâmico, resultando em problemas de desemprego e inadequada utilização dos demais recursos disponíveis, principalmente a terra.

## BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, L.A.Q. e SMITH, R. *Diferenças de Produtividade, Intensidade de Capital e Níveis Salariais para Caracterização das Disparidades Regionais*, Programa BID-FIPE-IPEA de Ensino e Pesquisa em Economia Regional e Urbana, São Paulo, 1982.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Report*, Washington, 1980.
- CME-PIMES/UFPE. *Estado Atual e Evolução das Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. Rel. de Pesquisa nº 1, 3 vols, Recife, 1977.
- CME-PIMES/UFPE. *Efeitos Espaciais das Políticas Macroeconômicas e Setoriais do Governo Federal*. Rel. de Pesquisa nº 2, partes I a V, Recife, 1978.
- CME-PIMES/UFPE. *Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Regional*. Rel. de Pesquisa nº 3, Partes I a V, Recife, 1977.
- CME-PIMES/UFPE. *Migrações Internas e Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. Rel. de Pesquisa nº 4, volumes I, II e III, Recife, 1978.
- CME-PIMES/UFPE. *Efeitos Espaciais da Atividade do Setor Público*. Rel. de Pesquisa nº 6, Recife, 1978.
- CME-PIMES/UFPE. *Expansão Capitalista, O Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional no Brasil*, Rel. de Pesquisa nº 7, Recife, 1978.
- CME-PIMES/UFPE. *Subsídios para a Formulação de uma Política de Desenvolvimento Regional para o Brasil*, Rel. de Pesquisa nº 8, Recife, 1978.
- ERIS, C.C.C., ERIS, I. e KADOTA, D. e ZAGHA, N.R. *A Distribuição de Renda e o Sistema Tributário no Brasil*. in ERIS, C.C.C. (org.) *Finanças Públicas*, Edição FIPE Pioneira, São Paulo, 1983.
- FGV-FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CCN/IBRE. *Regionalização das Transações do Setor Público*. M. Hanson Costa (coord.) Rio de Janeiro, 1981.
- MÜLLER, A.E.G. "Os Efeitos das Transações do Governo Federal: Uma Avaliação". *Estudos Econômicos*. vol. 13, nº 3, set-dez. 1983.
- RICHARDSON, H.W. *Regional Economics, Location Theory, Urban Structure and Regional Change*, Weindenfeld & Nicolson, Londres, Inglaterra, 1969.
- ROMALDINI, Y.I. *Uma Avaliação da Atuação do Setor Público na Distribuição Inter-regional de Recursos no Brasil: 1975*, Tese de Mestrado, IPE/USP, São Paulo, 1980.
- SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra, *Rev. de Economia Política*, Vol. 2, nº 6, abril-junho 1982.

